

I N S I G H T

# INTELIGÊNCIA

ANO XIX • Nº 74 • JULHO/AGOSTO/SETEMBRO DE 2016

ISSN 1517-6940



## OS INTOCÁVEIS

Quem vigia os vigilantes da Constituição?



**& Família  
Calisto**  
apresentam\_

# Aprender: cada



# momento conta\_



Crianças estão sempre aprendendo, sempre.  
Cozinhar com elas, por exemplo, estimula a criatividade,  
além de ensinar o que são medidas e proporções.  
Que tal tentar em casa? Cada momento conta\_ ;-)

Educação\_  
**#issomudaomundo**

**DIRETOR**

LUIZ CESAR FARO

**EDITOR**

CHRISTIAN EDWARD CYRIL LYNCH

**EDITOR EXECUTIVO**

CLAUDIO FERNANDEZ

**PROJETO GRÁFICO**

ANTÔNIO CALEGARI

**PRODUÇÃO GRÁFICA**

RUY SARAIVA

**ARTE**

PAULA BARRENNE DE ARTAGÃO

**REVISÃO**

GERALDO RODRIGUES PEREIRA

**REDAÇÃO E PUBLICIDADE**

INSIGHT COMUNICAÇÃO

RUA DO MERCADO, 11 / 12º ANDAR  
RIO DE JANEIRO, RJ • CEP 20010-120  
TEL: (21) 2509-5399 • FAX: (21) 2516-1956  
E-MAIL: insight@insightnet.com.br

RUA LUIS COELHO, 308 / CJTO 36  
CONSOLAÇÃO • SÃO PAULO, SP  
CEP 01309-902 • TEL: (11) 3284-6147  
E-MAIL: insightsp@insightnet.com.br

www.insightnet.com.br

Os textos da **INSIGHT INTELIGÊNCIA** poderão ser encontrados na home page da publicação:

[www.insightnet.com.br/inteligencia](http://www.insightnet.com.br/inteligencia)

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

JUL/AGO/SET 2016

COPYRIGHT BY INSIGHT

Todos os ensaios editados nesta publicação poderão ser livremente transcritos desde que seja citada a fonte das informações.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da revista.

Insight Inteligência se reserva o direito de alteração dos títulos dos artigos em razão da eventual necessidade de adequação ao conceito editorial.

Impressão: Grafitto

**ACORDO DE COOPERAÇÃO**

BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

**CONSELHO EDITORIAL**

ALEXANDRE FALCÃO  
ANTÔNIO DIAS LEITE JÚNIOR  
CORIOLANO GATTO  
EDSON NUNES  
EMIR SADER  
JOÃO SAYAD  
JOAQUIM FALCÃO  
JOSÉ LUÍS FIORI  
LUCIA HIPPOLITO  
LUIZ CESAR TELLES FARO  
LUIZ ORENSTEIN  
LUIZ ROBERTO CUNHA  
MARCO ANTONIO BOLOGNA  
MÁRIO MACHADO  
MÁRIO POSSAS  
NÉLSON EIZIRIK  
PAULO GUEDES  
RENÊ GARCIA  
RICARDO LOBO TORRES  
RODRIGO DE ALMEIDA  
SULAMIS DAIN  
VICENTE BARRETO  
WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS

**CONSELHO CONSULTIVO**

ADHEMAR MAGON  
ALOÍSIO ARAÚJO  
ANTÔNIO BARROS DE CASTRO †  
ANTÔNIO CARLOS PORTO GONÇALVES  
ANTONIO DELFIM NETTO  
ARMANDO GUERRA  
ARTHUR CANDAL †  
CARLOS IVAN SIMONSEN LEAL  
CARLOS LESSA  
CARLOS SALLES  
CARLOS THADEU DE FREITAS GOMES  
CELINA BORGES TORREALBA CARPI  
CELSO CASTRO  
CÉSAR MAIA  
CEZAR MEDEIROS  
DANIEL DANTAS  
DÉCIO CLEMENTE  
EDSON VAZ MUSA  
EDUARDO KARRER  
ELIEZER BATISTA  
ELOÍ CALAGE  
EUGÊNIO STAUB  
GILVAN COUCEIRO D'AMORIM  
HÉLIO PORTOCARRERO  
HENRIQUE LUZ  
HENRIQUE NEVES  
JACQUES BERLINER  
JOÃO LUIZ MASCOLO  
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO  
JOEL KORN  
JORGE OSCAR DE MELLO FLÔRES †  
JOSÉ LUIZ BULHÕES PEDREIRA †  
JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS  
JÚLIO BUENO  
LUÍS FERNANDO CIRNE LIMA  
LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES  
LUIZ ANTÔNIO VIANA  
LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA  
LUIZ FELIPE DENUCCI MARTINS  
LUIZ GONZAGA BELLUZZO  
LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA  
MÁRCIO KAISER  
MÁRCIO SCALERCIO  
MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES  
MARIA SILVIA BASTOS MARQUES  
MAURÍCIO DIAS  
MAURO SALLES  
MIGUEL ETHEL  
OLAVO MONTEIRO DE CARVALHO  
PAULO HADDAD  
PAULO SÉRGIO TOURINHO  
RAPHAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES †  
RICARDO CRAVO ALBIN  
ROBERTO CAMPOS †  
ROBERTO CASTELLO BRANCO  
ROBERTO PAULO CEZAR DE ANDRADE  
ROBERTO DO VALLE  
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

FSC

# Recado

*Consummatum est. Deus salve a Novíssima República.*

Mal chegado do cemitério, onde repousa a Nova República, o vidente põe-se a acariciar a bola de cristal. Não tarda para que os primeiros vultos surjam em meio à névoa plúmbea. A direita é a primeira a se revelar, batendo no peito, triunfante, enquanto a esquerda, na lona, acusa o árbitro de parcialidade. O nacional-estatismo jaz roto e esfarrapado na calçada; o cosmopolitismo liberal pisa forte a largas passadas; o poder presidencial sobe de joelhos a rampa do Congresso; pautas das minorias apodrecem nas gavetas de assessores parlamentares; as siglas partidárias parecem menos numerosas, mas deputados e senadores continuam saindo pelo ladrao. O profeta enxerga hordas de promotores desfiando jeremiadas contra a PEC que lhes cortou as asas. Novez fora meia dúzia de colonistas políticos, o templo em que pregam parece estar vazio. Chega a vez dos magistrados, que dão lições diárias sobre ética e mérito aos eleitos do povo. O arúspice visualiza a árvore do trabalhismo tombada ao chão após seguidas machadadas. Não há desfecho à vista.

*Deus (nos) salve (Da Novíssima República).*

Banco digital:  
Montreal tem as  
soluções para o  
amanhã

# MUNDO DIGITAL MONTREAL

[www.montreal.com.br](http://www.montreal.com.br)



# INSIGHT INTELIGÊNCIA

Respeitável público, hoje vai ter marmelada? A vida será algodão doce? E a realidade, caramelizada? E vãs todas as filosofias? E açucaradas as transgressões? Insight-Inteligência arrisca responder as questões em um passeio pelas ilustrações extraídas da obra "The Circus", de Noel Daniel. Nossos patrocinadores assistem à exposição em localização privilegiada. Afinal, eles fazem o espetáculo acontecer.



The Barnum & Bailey Greatest Show on Earth



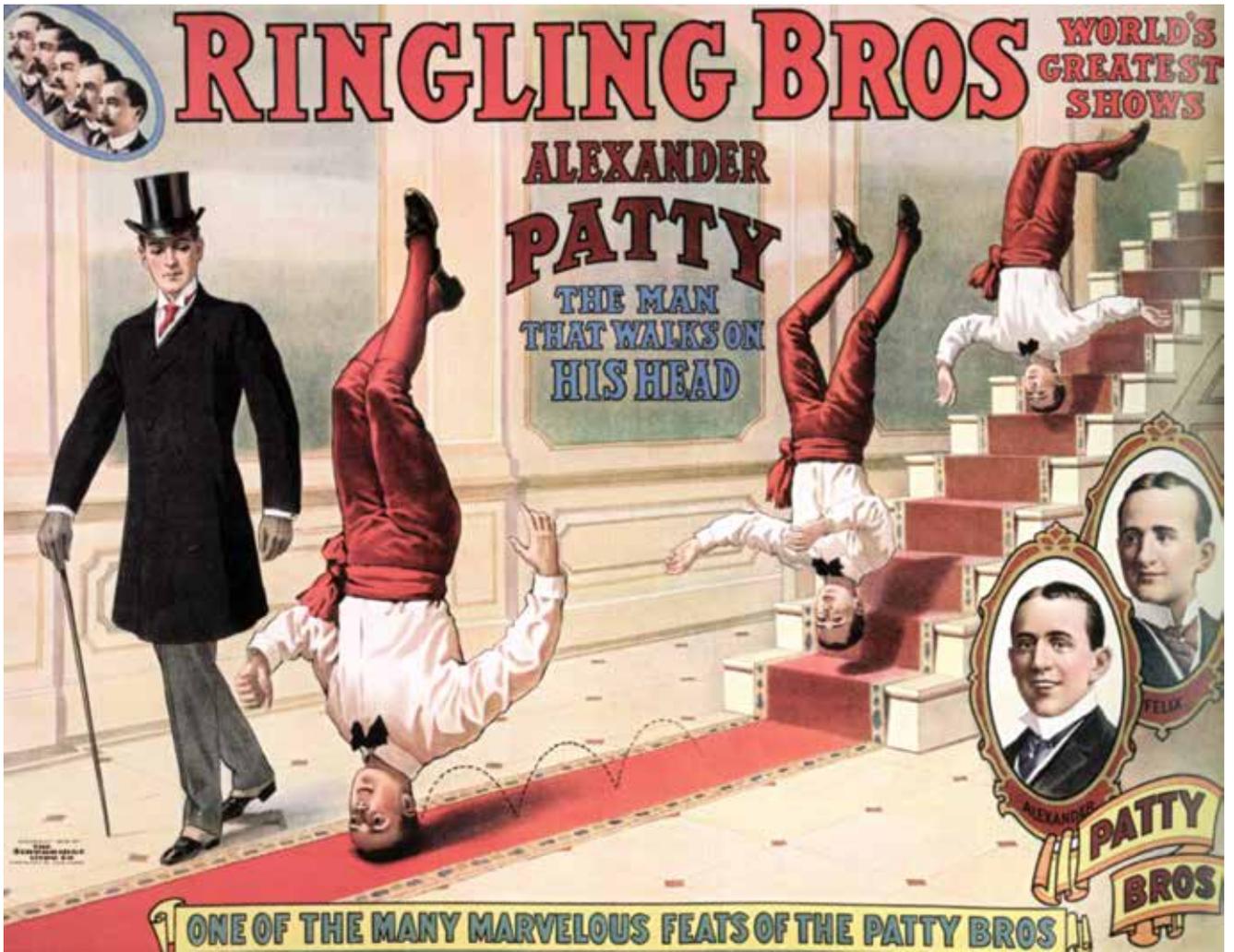
**LOOPING THE GAP**  
A PRODIGIOUS PARISIAN PARADOX  
SEEMINGLY IMPOSSIBLE  
YET SURELY  
ACCOMPLISHED

THE SENSATION OF SENSATIONS WHEREIN A DARELESS RIDER DAILY DALLIES WITH DEATH  
AND LAUGHINGLY CAVERTS THROUGH THE AIR LITERALLY TURNING SOMERSAULTS ON A FLYING BICYCLE AND DASHING DOWN FROM BUZZY HEIGHTS ORLINOUS OF ALL DANGER

THE WORLD'S LARGEST, GRANDEST, BEST, AMUSEMENT INSTITUTION.

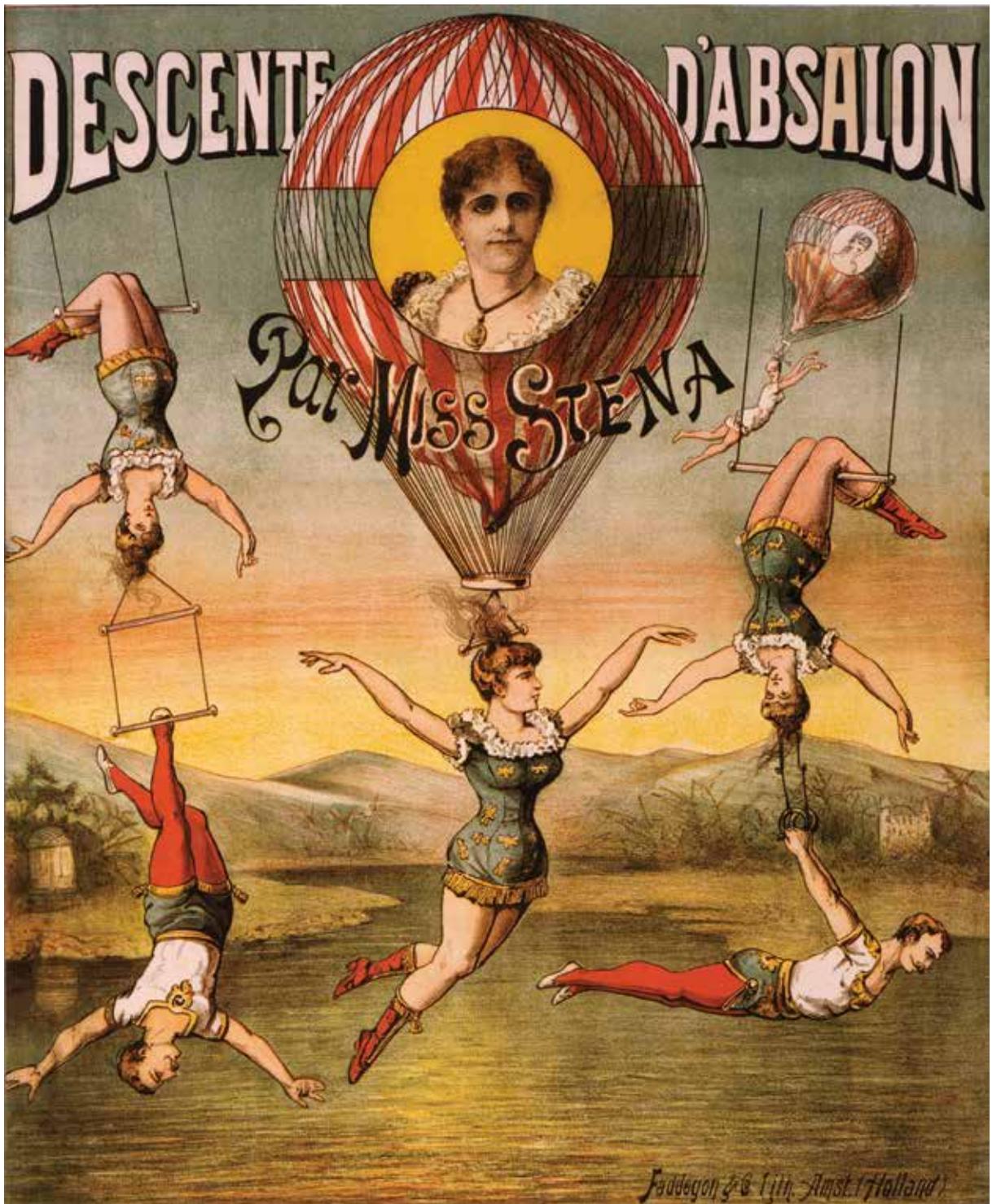
**SulAmérica**

associada ao **ING** 





**LION QUEEN** AND HER  
-DEN OF- **UNTAMABLE LIONS**





**B**  
**BancoBM**

# The Barnum & Bailey Greatest Show on Earth



**GRAND TURNOI PAR 20 CHAMPIONS SAUTEURS LES PLUS RENOMMÉS.**

**L'INSTITUT DE DIVERTISSEMENT LE PLUS GRAND ET LE PLUS MAGNIFIQUE DU MONDE.**

**SELLS BROTHERS**  
ROMAN HIPPODROME,  
THREE RING **GIRGUS** ELEVATED STAGE  
5 CONTINENT **MENAGERIE**

PERPETUAL UNION WITH  
**SELLS BROTHERS AND BARRETT**

**S.H. BARRETT'S**  
NEW **MONSTER**  
**SHOWS**

ORGANIZED 1872

ORGANIZED 1850

**THE MIKADO TROUPE** OF YEDDO JAPANESE—AN INVALUABLE RECENT AUGMENTATION TO THE MYRIAD NOVELTIES & STELLAR ATTRACTIONS WHICH ARE STRICTLY NEW TO AMERICAN AUDIENCES.



B A N C O  
B M G



**QUIS CUSTODIET IPSOS CUSTODES?  
A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, O  
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A  
SOCIEDADE ABERTA DE INTÉRPRETES  
DA CONSTITUIÇÃO**

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Douglas Carvalho Ribeiro e Victor Cezar Rodrigues da Silva Costa

16



**MORRO DO  
BUMBA: O  
DESASTRE  
DENTRO DA  
TRAGÉDIA**

Bruno Pereira da Cunha

Leitura obrigatória para gestores públicos

28



**SEGURANÇA  
PÚBLICA:  
MUITA POLÍTICA E  
POUCAS POLÍTICAS**

Gláucio Soares

Quando o achismo supera a ciência, dá nisso

42



**BESTIAL**

Poemas de Alex Polari

A tortura permanece mesmo quando acaba

54



**BANCO SCHOLAR:  
O ENSINO COM FINS  
(MUITO) LUCRATIVOS**

Edson Nunes e Ivanildo Fernandes

Hora do lanche que hora tão feliz

64

# SUMÁRIO

INSIGHT

# INTELIGÊNCIA

nº 74 julho/agosto/setembro 2016



## CABE A EDUCAÇÃO NA LEI ROUANET?

Antonio Freitas e Ana Tereza Spinola

Enfim, uma proposta acima da média

70



## A MAIS-VALIA DA LOROTA

José Vicente Santos de Mendonça

Esta é a mais pura verdade. Ou não

76



## TRANSGÊNICOS: TODA A SEMENTE SERÁ PERDOADA

Francisco Linhares

Controvérsia geneticamente modificada

80



## CIBERNÉTICA, NEUROCIÊNCIA E OUTROS IMPULSOS

Leonardo Braga Martins

E o homem pensava que pensava

98



## O MAIS QUERIDO DO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO

Renato Soares Coutinho

As outras torcidas podem começar a vaia

114



MARCELO ANDRADE CATTONI DE OLIVEIRA  
DOUGLAS CARVALHO RIBEIRO  
VICTOR CEZAR RODRIGUES DA SILVA COSTA

## Quis custodiet ipsos custodes?

# A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A SOCIEDADE ABERTA DE INTÉRPRETES DA CONSTITUIÇÃO



talvez de Franz Kafka um dos relatos mais pungentes sobre a relação existente entre o cidadão e a lei. Em seu texto "Diante da Lei", parte da coletânea *Um médico rural*, o autor tcheco explicita a angústia de um homem do campo que se coloca diante do portão da lei, com a crença de que ela "deve ser acessível a todos e a qualquer hora".<sup>1</sup> O homem, entretanto, se frustra, ao perceber que havia um guardião [*Türhüter*],<sup>2</sup> que o impedia de adentrar o portão que dava acesso à lei. O guardião ainda o alerta sobre as consequên-

cias da infração de seu comando: "Eu sou poderoso. E sou apenas o último dos guardiões. De sala para sala, porém, existem guardiões cada um mais poderoso que o outro. Nem mesmo eu posso suportar a simples visão do terceiro."<sup>3</sup> O acesso à lei é negado ao homem por um guardião, que supostamente é controlado por diversos outros, em uma estrutura de vigilância que se reproduz *ad infinitum*. Se o primeiro guardião vacila e deixa o homem adentrar o portão, tem-se a certeza que há outra proteção à lei propriamente dita, e assim por diante, na medida em que a capacidade de salvaguarda de um guardião é posta em xeque.



parábola “Diante da Lei” parece se encaixar com perfeição ao dilema das democracias constitucionais do Ocidente – em especial a brasileira – e isso se deve principalmente a dois motivos. Em primeiro lugar, quando o foco investigativo repousa nos termos usados por Kafka, percebe-se que o termo *Hüter*, parte integrante da composição linguística “guardião do portão”, é o mesmo utilizado em um longo debate no âmbito da teoria do direito constitucional que se inicia na década de 1930 e se arrasta até os dias atuais, a saber, quem deve ser o guardião da Constituição,<sup>4</sup> Com a crise do paradigma do Estado Liberal<sup>5</sup> e a concepção de interpretação atrelada a este, a hermenêutica de textos normativos deixa de ser vista como mero ato cognitivo, sendo atribuída ao intérprete uma função de criação em todo ato interpretativo.

O direito constitucional representa, nesse sentido, a área mais sensível às reviravoltas na teoria hermenêutica, pois, se não é possível a cognição de um sentido imanente ao texto constitucional, resta a pergunta acerca da competência em relação à interpretação que deve vigor sobre as outras. À época da deflagração do debate, as soluções variavam entre o presidente do Reich, como preconizado pela interpretação de Carl Schmitt,<sup>6</sup> e um órgão colegial, compreendido enquanto legislador negativo, como

defendia Hans Kelsen.<sup>7</sup> O desenvolvimento posterior do debate parece ter conferido unissonância à resposta em relação à salvaguarda da constituição no seio das democracias ocidentais: essa caberia primordialmente ao Tribunal Constitucional. Alguns tribunais mencionam, inclusive, essa função no âmbito de seus julgados, como se vê na decisão nº 21/52 do Tribunal Constitucional alemão referente ao funcionamento regular do partido *Deutsche Friedens-Union*, em que expressamente é assumida uma tarefa de salvaguarda da Constituição como decorrência direta da interpretação literal do art. 93 da Lei Fundamental.<sup>8</sup> Fala-se, inclusive, quando se vislumbra a posição do Tribunal Constitucional face à consagrada teoria da separação dos poderes, que ele figuraria enquanto um “poder conferidor de medida” [*maßstabsetzende Gewalt*].<sup>9</sup> A partir dessa concepção, afirma-se corriqueiramente que a constituição seria aquilo que o Tribunal diz que ela é.

Da associação entre a figura do guardião e o Tribunal Constitucional, advém o segundo motivo da aproximação do conto kafkiano com a realidade brasileira contemporânea. O Supremo Tribunal Federal (STF), conhecido como aquele que deteria a última palavra sobre o texto constitucional, vem tomando decisões de forma peculiar, seja de forma monocrática ou de forma colegiada, *vide* a decisão no Habeas Corpus 126.292/SP e, mais recentemente, nas Ações

Diretas de Constitucionalidade nºs 43 e 44, todas elas em torno do tema da presunção de inocência. Como afirmou o constitucionalista Conrado Hübner Mendes, aquele tribunal se encontra refém da fragmentação das convicções pessoais de seus julgadores,<sup>10</sup> o que leva a certo sentimento de insegurança sobre a sua capacidade de salvaguarda da Constituição. Afinal, se a posição do Supremo Tribunal Federal é posta em xeque, surge a pergunta sobre “quem vigia os vigilantes” (*quis custodiet ipsos custodes*), como já nos colocou o poeta romano Juvenal. O objetivo do presente ensaio é, justamente, a partir da discussão sobre os julgados acerca da presunção de inocência, refletir sobre os limites do poder de decisão do STF e a tensão existente entre as garantias consagradas historicamente pela dogmática penal e a pretensão de efetividade das decisões em matéria penal ainda que em contraposição às garantias fundamentais previstas no texto constitucional.

## PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Em recente palestra, o Ministro do STF Luís Roberto Barroso comentou a decisão colegiada que, por maioria, relativizou a presunção de inocência ao permitir a execução antecipada da pena. Segundo o magistrado, somente após tal decisão é que o direito penal passou a ser levado a sério no Brasil.<sup>11</sup> O julgado em questão se deu no âmbito do HC nº 126.292/SP, de relatoria do Min.

Teori Zavascki,<sup>12</sup> em que o STF contraria entendimento jurisprudencial anteriormente assentado quando do julgamento do HC 84.078/MG, de relatoria do Min. Eros Grau. Na origem do caso específico, como lembra Lenio Streck,<sup>13</sup> impetrou-se HC em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, uma vez que este negou provimento ao recurso de apelação em favor do paciente e determinou *de ofício* a imediata execução provisória da condenação, com a ordem: “Expeça-se mandado de prisão contra o acusado”. Tratava-se não de prisão cautelar, mas sim de execução provisória da pena. No voto do Min. Zavascki, assenta-se a controvérsia na necessária análise entre “(a) o alcance do princípio da presunção da inocência aliado à (b) busca de um necessário equilíbrio entre esse princípio e a efetividade da função jurisdicional penal, que deve atender a valores caros não apenas aos acusados, mas também à sociedade, diante da realidade de nosso intrincado e complexo sistema de justiça criminal”, conforme se extrai do acórdão.<sup>14</sup> Em suma, o que a decisão do relator consagra é a supremacia dos interesses punitivos estatais perante a liberdade individual.

Montesquieu já se referia n’*O Espírito das Leis* sobre a tensão entre liberdade e segurança dos cidadãos, orientado pela ideia de que “Quando a inocência dos cidadãos não está garantida, a liberdade também não o está”.<sup>15</sup> O corolário político desta conclusão é a ideia de que mesmo

que se corra o risco de absolver um culpado, não se condenará sem justificativa um inocente. Portanto, os direitos dos cidadãos são ameaçados não só pelos delitos, como também pela arbitrariedade do poder punitivo estatal.<sup>16</sup> Desde a escola clássica italiana, com seu precursor Cesare Beccaria, afirmou-se que, antes da sentença definitiva, não pode a sociedade tolher a proteção pública garantida ao cidadão, somente podendo fazê-lo quando decidido definitivamente sobre a violação dos pac-



SE A POSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL É POSTA EM XEQUE, SURGE A PERGUNTA SOBRE “QUEM VIGIA OS Vigilantes”

tos sociais instituídos.<sup>17</sup> Além disso, Francesco Carrara, também representante desta escola, considerou a presunção de inocência como princípio fundamental de toda a ciência processual e do qual decorrem todas as outras garantias envolvendo o processo judicial, em virtude do seu conteúdo atento à liberdade do imputado e a formação do lastro probatório.<sup>18</sup>

Contra esse conjunto de ideias, desde sua concepção, há muito se observam tendências históricas de ocorrência de regressos autoritários no sentido do fortalecimento do punitivismo estatal. Já no séc. XIX, por exemplo, ganhou relevância a produção da escola positiva, na qual seus representantes, tais quais Raffaele Garofalo e Enrico Ferri, sustentavam a inversão da lógica da presunção de inocência, chegando, inclusive, a exigir a prática da prisão preventiva imediata, quando da prática de crimes mais graves, o que subverte o raciocínio de caracterização da culpabilidade. Posteriormente, já no séc. XX, a escola fenomenológica, conhecida como Escola de Kiel, também se notabilizou pelas críticas ferrenhas ao conjunto de garantias classicamente albergadas pelo direito penal liberal. Georg Dahm, principal expoente daquela tradição teórica, retirou sua inspiração no pensamento de Carl Schmitt, especificamente na sua crítica ao normativismo como faceta típica do fenômeno denotado de liberalismo.<sup>19</sup> Daí resulta que, para os membros da Escola de Kiel, as garantias

penais típicas do Estado de Direito ocidental eram apenas fraseologias pertencentes a uma época marcada pelo capitalismo concorrencial, supostamente superada pela chegada de Hitler ao poder.<sup>20</sup> Digno, pois, de nota é a relação colaboracionista entre os teóricos seguidores de Dahm e o regime nacional-socialista.

Parece-nos, outrossim, que o regresso ao direito penal máximo se repete na atualidade, em especial no direito brasileiro, tanto no âmbito legislativo quanto na esfera judicante. No primeiro, menciona-se o exemplo da recém-promulgada Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/2016) e a proposta legislativa de medidas contra a corrupção, entre as quais se destacam a possibilidade de execução imediata da condenação quando o tribunal reconhece abuso do direito de recorrer; a extinção dos embargos infringentes e de nulidade; regras restritivas para o direito a habeas corpus; o uso de provas obtidas por meios ilícitos; e a possibilidade de execução provisória da pena após julgamento de mérito por tribunal de apelação. E no segundo, o citado julgamento da relativização da presunção de inocência por parte do STF.

Pensar-se-ia, no entanto, que tal episódio é fato isolado na história recente da Suprema Corte brasileira. No julgamento da Ação Penal 470,<sup>21</sup> de relatoria do Min. Joaquim Barbosa, conhecida como o caso *Mensalão*, aquele tribunal aplicou a *Teoria do Domínio do Fato* sobre pressupostos diversos daqueles pugnados

pelo penalista alemão Claus Roxin,<sup>22</sup> dado que foi considerada como uma teoria que permitiria a condenação sem um lastro probatório mínimo e não para diferenciar autor e partícipe como originalmente concebida.



ado esse estado de coisas, marcado pela relativização das garantias materiais e processuais penais, a comunidade jurídica como um todo se coloca em alerta. E o motivo parece evidente: a ansiedade política sobre a incerteza dos limites e possibilidades do alcance da atividade interpretativa praticada por aquele tribunal. Citando Luigi Ferrajoli, “toda vez que um imputado inocente tem razão de temer um juiz, quer dizer que isto está fora da lógica do Estado de direito,<sup>23</sup>” já que essa forma de organização política é caracterizada pelo esforço máximo de racionalização do exercício do poder político e, dentro deste, também do poder punitivo. Continua o mesmo autor afirmando que “o medo e mesmo só a desconfiança ou a não segurança do inocente assinalam a falência da função mesma da jurisdição penal e a ruptura dos valores políticos que a legitimam”.<sup>24</sup>

Sobre a relação entre ansiedade e política, a melhor contribuição acerca do tema talvez tenha sido a de Franz L. Neumann, jurista alemão membro do Instituto de Pesquisa So-

cial, cuja tradição filosófica e acadêmica ficou conhecida como “Escola de Frankfurt”. Em seu artigo intitulado “Ansiedade e Política”, Neumann fundamenta seu argumento nas diversas funções que a ansiedade assume para o indivíduo, a partir do esquema psicanalítico freudiano. Afirma ele que “a ansiedade pode desempenhar muitos papéis na vida do homem, o que quer dizer que a ativação de um estado de ansiedade por meio de um perigo pode ter um efeito benéfico ou destrutivo”.<sup>25</sup> A ansiedade pode desempenhar um papel de aviso para o homem, na medida em que o previne de experimentar riscos concretos advindos do ambiente exterior, entretanto pressentidos anteriormente. Mas há, contudo, outra modalidade de ansiedade, a chamada ansiedade neurótica, que “é produzida pelo ego com o fim de evitar, por antecipação, a mais remota ameaça de perigo”.<sup>26</sup> Segundo Neumann, essa ansiedade pode paralisar o homem, impedindo-o de tomar decisões de maneira racional.

Nesse sentido proposto por Neumann, infere-se que a função do Estado de Direito consiste – *no mínimo* – na prevenção das possíveis causas geradoras desse estado patologizante que aflige os cidadãos. Estamos convencidos que relativizar a presunção de inocência não contribui com o mister do Estado de Direito, mas, ao contrário, somente dissemina o temor da encarceramento sem o devido exercício do direito de defesa. Diante desse panorama de de-

cisões sem o mínimo de atenção às garantias consagradas na Constituição da República, surge o seguinte questionamento: *quem controla os controladores?*

## O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E A CRÍTICA JURÍDICA

Acerca dessa questão, pode-se dizer que foi Platão, n'A *República*, quem deu contornos iniciais a tais reflexões, quando a Sócrates é perguntado, afinal, quem guardaria os guardiões. Naquele momento, o debate girava em torno da questão da *Paideia* dos guardiões, do tema da "nobre mentira", segundo a qual eles mesmos se guardariam.<sup>27</sup> É evocada também a partir dos versos satíricos do poeta romano Juvenal (*quis custodiet ipsos custodes?*), como já mencionado, e em Norberto Bobbio, na obra *O Futuro da Democracia*, em que o autor se propõe a discutir o problema da transparência e da exigência do caráter público do exercício do poder político em uma democracia.<sup>28</sup>

A partir do caso da recente relativização da presunção de inocência por parte do STF, cabe refletir, a partir da filosofia política de Jürgen Habermas, em que medida aquele tribunal se distancia de um papel de garantidor ou, no máximo, de um tutor das condições deliberativas de formação da vontade política,<sup>29</sup> aproximando-se mais da função de regente, "que avoca para si uma responsabilidade paternalista de promover as condições éticas de convivência da comunidade".<sup>30</sup>

Voltando à parábola kafkiana e à associação da figura do guardião com o tribunal constitucional, tem-se que o tribunal não pode se colocar entre o cidadão e a lei constitucional, mas antes deve ser um facilitador no sentido do alargamento do rol de participantes no processo de interpretação e efetivação da Constituição. O tribunal não deve impedir o acesso à porta, mas sim *guiar* o cidadão comum naquele processo de concretização das diretrizes estabelecidas no projeto esboçado pelo constituinte originário.

A transição do paradigma do Estado Liberal para o Estado Social trouxe consigo um papel de centralidade das constituições, uma vez que foram conferidas a elas funções que excediam a mera organização do poder político e o estabelecimento de direitos fundamentais em sua dimensão meramente negativa, isto é, enquanto âmbito de limite à ingerência estatal na esfera do indivíduo. As constituições passaram a conter em si um projeto de comunidade política, ao determinar "os princípios diretivos segundo os quais deve formar-se a unidade política e tarefas estatais a serem exercidas",<sup>31</sup> como afirmou Konrad Hesse. A asserção de Hesse deixa clara a mudança de função das constituições, implicada pela transição paradigmática, uma vez que, em primeiro lugar, ao estabelecer princípios diretivos acerca da unidade política, rompe-se com a ideia liberal do Estado-máquina, neutro perante as diversas concepções

de mundo existentes. Soma-se a isso o fato de que os direitos fundamentais passam a ser entendidos em uma dimensão também positiva, isto é, na forma de prestações estatais ativas direcionadas ao cidadão comum. Essa resignificação da função das constituições trouxe consigo um aumento da importância dos tribunais constitucionais no seio das democracias ocidentais contemporâneas, uma vez que caberia ao tribunal a interpretação dos "valores contidos na constituição" e, se por um lado, todos os poderes constituídos se submeteriam à constituição, é o tribunal, por outro lado, que posuiria a última palavra sobre o que a constituição é – a partir desse modelo originado no pós-Segunda Guerra. Com o aumento substancial do âmbito de atuação dos tribunais constitucionais, estamos convencidos, portanto, que uma volta à teoria de Peter Häberle se faz necessária.<sup>32</sup>

Quando mencionamos o nome do jurista alemão, automaticamente somos remetidos a sua mais conhecida obra, *A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição*, texto originalmente publicado no ano de 1975 na revista *Juristenzeitung*, mas que somente teve uma versão brasileira cerca de 20 anos mais tarde.<sup>33</sup> Temos consciência da centralidade deste texto na produção acadêmica de Häberle; contudo, gostaríamos de efetuar uma leitura sistemática de seus trabalhos à época, menos conhecidos do público brasileiro em geral, como o conjunto de ar-

tigos contidos na coletânea *Verfassungsgesichtbarkeit zwischen Politik und Rechtswissenschaft* [Controle de Constitucionalidade entre a Política e o Direito], onde Häberle procura, de forma mais detida, analisar o papel da doutrina perante o centralismo da Corte Constitucional Alemã.

De pronto, pode-se afirmar, a partir das reflexões da penalista alemã Ingeborg Puppe, que a relação entre jurisprudência e doutrina nunca foi das melhores: a fim de exercer melhor seu arbítrio e evitar dialogar com esta, a jurisprudência – segundo a autora – se valeria de conceitos indeterminados,<sup>34</sup> dado que a caneta que assina não é a mesma que doutrina. Isso nos leva a um problema maior quando pensamos na atividade judicante no âmbito do tribunal constitucional, pois o que está ali em questão é o próprio conteúdo das disposições previstas na constituição acerca da relação, seja entre os poderes, seja entre o Estado e o indivíduo.

Comumente se acredita que a constituição é aquilo que o tribunal constitucional diz que ela é. Contra essa afirmação é que Häberle cunha sua mais conhecida teoria, qual seja, a da *sociedade aberta dos intérpretes da constituição*. De forma resumida, a tese do autor se desenvolve no seguinte sentido: “Propõe-se, pois, a seguinte tese: no processo de interpretação constitucional estão potencialmente vinculados todos os órgãos estatais, todas as potências públicas, todos os cidadãos e grupos, não sen-



NÃO HÁ DE SE FALAR  
PROPRIAMENTE  
EM CONTROLE DO  
CONTROLADOR, MAS  
SIM EM CONTRAPESO,  
COMO PRINCÍPIO  
FUNDAMENTAL  
PRESENTE NA PRÓPRIA  
TRADIÇÃO DO  
CONSTITUCIONALISMO  
**moderno**

do possível estabelecer-se um elenco cerrado ou fixado com *numerus clausus* de intérpretes da Constituição”.<sup>35</sup> O que Häberle busca chamar a atenção é que o tribunal constitucional, apesar da sua importância no sentido da consolidação da ideia de democracia constitucional, não se encontra sozinho no processo de interpretação e concretização do texto constitucional, sendo os outros ór-

gãos estatais, e até mesmo a esfera pública não estatal – esta bastante enaltecida pelo autor –, também participantes do círculo hermenêutico cujo objeto é a própria realização dos preceitos constitucionais. A fim de ressaltar a sua posição, ele chega até mesmo a afirmar em outro texto, chamado *Recht aus Rezensionen* [O direito advindo das resenhas], que os julgados do Tribunal Constitucional alemão não substituem a Constituição, do mesmo modo que os comentários às decisões da corte não substituem os comentários à chamada Lei Fundamental.<sup>36</sup>

Considerando o fato de que o STF não pode ser o único detentor da palavra final sobre o sentido e a extensão do texto constitucional, somos, portanto, como cidadãos, além de legitimados, impelidos como estudiosos a apresentar uma crítica às suas decisões, pois, assim como o Tribunal, participamos também de forma indispensável à concretização deste projeto sempre inacabado que é a Constituição. Especificamente em relação à presunção de inocência, estamos convencidos da existência de um grave retrocesso que recai sobre as garantias penais constitucionalmente tuteladas.

O inciso LVII do art. 5º da Constituição da República estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. A mera análise da literalidade de tal disposição já indica a clara violação da decisão tomada em plenário naquele Tribu-

nal, uma vez que se refere ao trânsito em julgado de decisão condenatória. Mesmo assim, o relator Min. Zavascki, por meio de um suposto raciocínio de ponderação, chegou à conclusão de que os interesses sociais albergados pelo poder punitivo estariam acima da pretensão individual de defesa. Nota-se com isso a consolidação de um sistema marcadamente inquisitorial, em que cada vez mais se prega a eficiência de resposta aos anseios sociais de punição, mesmo que em detrimento da paridade de armas entre acusação e defesa.

No início do mês de agosto, outra decisão foi tomada por parte do Min. Edson Fachin à ocasião de um julgamento de outro HC, de nº 135.752, impetrado pela defesa do Prefeito de Marizópolis (PB), condenado e com mandado de execução provisória da pena expedido. Tendo sido deferida a liminar pelo Min. Ricardo Lewandowski, durante o recesso judiciário, o Min. Fachin, analisando o mérito, o fez com base nas conclusões extraídas quando do julgamento do HC 126.292/SP. Em que pese não se tratar de decisão que confira caráter de efetividade *erga omnes*, o relator entendeu que a decisão tomada pelo Plenário “não teve, a rigor, como base apenas peculiaridades do referido caso concreto, tanto que culminou na edição de tese que, dentre outras funções, exerce a tarefa de indicar, em sentido geral, a compreensão da Corte Suprema sobre dada matéria”,<sup>37</sup> podendo, sim, constituir um germe de entendimento pa-

cificado. A liminar foi cassada, portanto, porque, para o Min. Fachin, a Corte “deve conferir estabilidade à sua própria jurisprudência”.<sup>38</sup> Ora, como pode haver estabilidade nas decisões da Corte, se o acórdão, decidido por maioria no âmbito do HC 126.292/SP contrariou entendimento dominante até então, assentado pelo HC 84.078/MG, de relatoria do Ministro Eros Grau? Percebe-se claramente que não há no âmbito do STF qualquer preocupação em relação à construção de uma linha argumentativa constante acerca de seus julgados. O que se vê é a utilização de conceitos vazios, que fundamentam a sua prática judicante arbitrária, para lembrar os dizeres da penalista Puppe.



oltemos então à pergunta inaugural: *Quem controla os controladores?* Quando formulamos a pergunta dessa forma, caímos no risco do regresso *ad infinitum*, já que haveríamos de nos questionar logo em seguida quem controla o controlador daquele que fiscaliza o cumprimento adequado das normas. Devemos reconhecer que um tribunal constitucional exerce um importante papel nos dias atuais, salvaguardando, por exemplo, os direitos e garantias constitucionalmente estabelecidos contra eventuais retrocessos propulsionados pelo órgão legi-

ferante; contudo, corre-se o risco de uma centralização excessiva de seu papel de atuação no seio da sociedade política, relegando à insignificância aqueles outros participantes do processo interpretativo de realização do projeto sempre aberto esboçado pelos constituintes.

A democracia constitucional, ao contrário, convive permanentemente com a tensão constitutiva entre os poderes do Estado, institucionalmente estabelecidos, e entre estes e a esfera pública de forma ampla e geral,<sup>39</sup> sem que possam ser desconsiderados os sistemas internacionais e comunitários de proteção a direitos humanos;<sup>40</sup> e, para além destes, o próprio *transconstitucionalismo*, cujas questões jurídicas, segundo Marcelo Neves, “perpassam os diversos tipos de ordens jurídicas”.<sup>41</sup>

Não há de se falar, portanto, propriamente em *controle do controlador*, mas sim em *contrapeso*, como princípio fundamental presente na própria tradição do constitucionalismo moderno, desde o seu surgimento, com a Revolução Americana de 1776.<sup>42</sup> É nesse sentido que Häberle nos dá outra contribuição importante: o elemento fundamental no balanceamento da atividade judicante do tribunal constitucional é a crítica aos seus julgados. “As críticas aos julgados”, dirá Häberle, “compõem, em uma comunidade onde o controle de constitucionalidade está institucionalizado, o contrapeso imprescindível no âmbito da divisão dos poderes face ao direito constitucional

pretoriano do controle de constitucionalidade.<sup>43</sup> Nisso, inclusive, reside a exigência constitucional-democrática de criticar tanto a leitura liberal, que reduz a jurisdição constitucional a uma função meramente contramajoritária, quanto também a leitura comunitarista, que atribui à jurisdição constitucional o lugar de guardião dos valores supostamente prevalentes na sociedade. Todavia, tal crítica se faz no sentido de reconstruir o papel da jurisdição constitucional na garantia dos direitos fundamentais como constitutivos da democracia, a ser exercido como forma de retroalimentação do próprio processo democrático e não em substituição, portanto, a ele.<sup>44</sup> Como não possui freios e garantias oriundos de si mesmo, o tribunal, segundo Häberle, necessita da crítica como motor da transformação de sua própria orientação, em constante aprendizado no sentido da realização máxima dos preceitos constitucionais.<sup>45</sup>

O argumento do Min. Fachin, de que o Tribunal deve decidir no sentido de conferir estabilidade à sua linha decisória, ignora o fato de que o Tribunal não é o único endereçado de suas decisões e, nesse sentido, *ele não tem competência de realizar uma autointerpretação autêntica de si mesmo*. Ao contrário disso, a integridade na jurisprudência exige uma consistência de princípio, algo nunca contrário aos direitos e garantias fundamentais. Face aos desacertos e equívocos interpretativos cometi-

dos pelo próprio STF, não há, portanto, outra saída que não seja a crítica permanente, reiterada e pública da prática judicante do Tribunal, quando essa se distancia da realização das garantias fundamentais próprias ao projeto constitucional-democrático de 1988.

### CONCLUSÃO

A partir das reflexões anteriormente esboçadas, algumas considerações surgem em face da ideia de que seria necessária à própria democracia constitucional uma instância plural que, de certo modo, se colocasse como vigilante dos atos praticados pelo STF. A tese que se buscou defender no presente ensaio foi no sentido de que as democracias constitucionais convivem, desde o surgimento do constitucionalismo à época das grandes revoluções do séc. XVIII, com uma tensão constitutiva entre os poderes constituídos e entre eles e a esfera pública em geral. A ideia seria menos de controle, mas sim de *contrapeso*, que, especificamente em relação à atividade jurisdicional do tribunal constitucional, é representado, sobretudo, pela crítica acadêmica de suas decisões, no entendimento de Häberle.

O que se viu, a partir do conjunto de decisões proferidas pelo STF no tocante à relativização da presunção de inocência, foi uma clara violação a uma lógica de proteção do indivíduo face ao poder punitivo arbitrário que vem se desenvolvendo desde o séc. XIX na tradição do direito

ocidental. Com base nos argumentos apresentados, na seara das garantias fundamentais, o STF não está autorizado a realizar uma interpretação restritiva no tocante àquelas garantias, como corolário do princípio do não retrocesso social. Percebe-se que, ao se portar de tal modo, o Tribunal não apenas inverte o ônus argumento no processo penal, restringindo o direito de defesa e violando o princípio do contraditório, mas também, com isso, ignora a legitimidade constitucional-democrática dos outros participantes do círculo hermenêutico relacionado ao processo de concretização dos preceitos constitucionais, inclusive a esfera pública em geral, simplesmente excluindo-os, sob o argumento de que tal restrição se justificaria em defesa da própria sociedade.

O papel do direito penal, pensado em moldes minimamente racionais, é, ao contrário, a proteção do indivíduo face à possibilidade de ingerência indevida no âmbito daquilo que é mais caro, qual seja, a liberdade. Sob a ameaça de sua vulneração, para lembrar com Neumann, os indivíduos estão à deriva de sua própria fortuna, em um estado patologizante que impossibilita a livre formação do processo de deliberação democrática, enquanto ponto nevrálgico do Estado Democrático de Direito contemporâneo.

Tendo em vista tal estado de coisas, qual seria, pois, o papel dos acadêmicos e juristas, tão inconformados com a demolição da proteção

da liberdade e do sistema de garantias penais constitucionalmente assegurados? Voltando, mais uma vez, a Neumann, este nos dá uma pista: "a tomada de posição nos assuntos políticos".<sup>46</sup> Mesmo que a crítica institucionalmente venha a ser excluída por parte do tribunal constitucional

e mesmo que alguns de seus juízes pretendam desqualificá-la, aos acadêmicos não é dada a faculdade de se furtar à crítica de seus julgados. Usemos, pois, a criticar. Caso não critiquemos, não nos resta outra coisa a perder, senão nossas garantias e liberdades. ●

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira é professor associado e subcoordenador do Programa de pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFMG  
mcattoni@gmail.com

Douglas Carvalho Ribeiro é mestrando no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG

Victor Cezar Rodrigues da Silva Costa é mestrando no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG

**Obs: O título do texto publicado na edição impressa de Insight Inteligência não é de autoria dos articulistas, mas, sim, dos editores da revista.**

## BIBLIOGRAFIA

ARENDR, Hannah. *Da revolução*. Brasília e São Paulo: UnB e Ática, 1988.

BACHA E SILVA, Diogo; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Presunção de Inocência: uma contribuição crítica à controvérsia em torno do julgamento do Habeas Corpus nº 126.292 pelo Supremo Tribunal Federal. Disponível em <<http://emporiododireito.com.br/presuncao-de-inocencia-uma-contribuicao-critica>>. Acesso em 15/09/2016.

BALKIN, Jack; SIEGEL, Riva (Ed.) *The Constitution in 2020*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2015

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Breves notas às decisões do Supremo Tribunal Federal na longa sessão da noite do dia 14 para 15 de abril de 2016: para um exercício de patriotismo constitucional. Disponível em <<http://emporiododireito.com.br/breves-notas/>>. Acesso em 16/09/2016.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Devido Processo Legislativo: uma justificação democrática do controle de constitucionalidade das leis e do processo legislativo*. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FERREIRA, Bernardo. *O risco do político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para uma interpretação plu-*

ralista e procedimental da Constituição. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Editora Sérgio Antônio Fabris, 1997, p. 13.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para uma interpretação pluralista e procedimental da Constituição*. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Editora Sérgio Antônio Fabris, 1997.

HÄBERLE, Peter. *Recht aus Rezensionen. In Verfassungsgerechtigkeit zwischen Politik und Rechtswissenschaft*. Königstein: Athenäum, 1980.

HABERMAS, Jürgen. *La Inclusión del Otro: estudios de teoría política*. Barcelona: Paidós, 1999.

HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Porto Alegre: SAFE, 1998.

KAFKA, Franz. "Diante da lei". In: *Franz Kafka essencial*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

KAFKA, Franz. *Vor dem Gesetz*. In: *Sämtliche Werke*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2008, p. 853.

KELSEN, Hans. *Quem deve ser o guardião da Constituição?* In: *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KIRCHHEIMER, Otto. *Das Strafrecht im nationalsozialistischen Deutschland*. In: *Von der Weimarer Republik zum Faschismus: Die Auflösung der demokratischen Rechtsordnung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1976.

LEPSIUS, Oliver. *Die maßstabsetzende Gewalt*. In: *MÖLLERS, Christoph et al. Das entgrenzte Gericht*. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2011.

MEYER, Emilio Peluso Neder. *Ditadura e respon-*

sabilização: elementos para uma justiça de transição no Brasil. Belo Horizonte: Arraes, 2012.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NEUMANN, Franz. *Ansiedade e Política*. In: *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NEVES, Marcelo. *Transconstitucionalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PLATÃO. *A República*. Tradução direta do grego Carlos Alberto Nunes. Belém, editora UFPA, 2000.

PUPPE, Ingeborg. *Ciência do Direito Penal e Jurisprudência*. *Revista Brasileira de Ciências Criminas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v.14, n.58, (jan./fev. 2006), p. 105-113.

ROXIN, Claus. *Autoria y Dominio del Hecho en Derecho Penal*. Madrid: Marcial Pons.

SCHMITT, Carl. *Der Hüter der Verfassung*. Berlin: Duncker & Humblot, 1996.

SILVA, Virgílio Afonso; MENDES, Conrado Hübner. *Habermas e a Jurisdição Constitucional*. In: *NOBRE, Marcos (org.). Direito e Democracia: Um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros, 2008.

STRECK, Lenio Luiz. *O estranho caso que fez o STF sacrificar a presunção de inocência*. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-ago-11/senso-incomum-estranho-fez-stf-sacrificar-presuncao-inocencia>>. Acesso em 16/09/2016.

STRECK, Lenio Luiz. *Presunção de inocência: Fachin interpreta a Constituição conforme o CPC?* Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-30/senso-incomum-presuncao-inocencia-fachin-interpreta-constituicao-conforme-cpc>>. Acesso em 16/09/2016.

## NOTAS DE RODAPÉ

1. KAFKA, Franz. *Vor dem Gesetz*. In: *Sämtliche Werke*, 2008, p. 853.
2. Optamos pela tradução do termo *Torhüter* como guardião da porta, e não como "porteiro", como optou a versão brasileira de Modesto Carone, cf. KAFKA, Franz. "Diante da lei". In: *Franz Kafka essencial*, 2011. Acreditamos que tal seria a melhor opção, dado que, como vamos adiante mencionar, o termo *Hüter* se encontra presente no âmbito da teoria constitucional quanto à questão de quem deve ser o guardião da constituição.
3. KAFKA, Franz. *Vor dem Gesetz*, op. cit., p. 853.
4. Tal semelhança é facilmente vislumbrável quando se observa os principais textos daquele debate, travado entre Hans Kelsen, autor do texto "*Wer soll der Hüter der Verfassung sein?*" [Quem deve ser o guardião da Constituição?], e Carl Schmitt, que no ano de 1931 publica a obra *Der Hüter der Verfassung* [O guardião da Constituição].
5. Para uma explicação concisa acerca dos paradigmas jurídicos, ver HABERMAS, Jürgen. *La inclusión del otro*: estudios de teoría política, 1999, p. 247-258.
6. SCHMITT, Carl. *Der Hüter der Verfassung*, 1996.
7. KELSEN, Hans. Quem deve ser o guardião da Constituição?. In: *Jurisdição Constitucional*, 2007, p. 237-298.
8. Decisão disponível em <<http://www.servat.unibe.ch/dfr/bv021052.html>>. Acesso em 15/09/2016.
9. LEPSIUS, Oliver. Die maßstabsetzende Gewalt. In: MÖLLERS, Christoph et al. *Das entgrenzte Gericht*, 2011, p. 168.
10. Conrado Hübner Mendes: "O STF é refém do capricho dos seus ministros". Disponível em <<http://www.osconstitucionalistas.com.br/conrado-hubner-mendes-o-stf-e-refem-do-capricho-dos-seus-ministros>>. Acesso em 15/09/2016.
11. Barroso afirma que antes do STF relativizar presunção de inocência, o direito penal não era sério. Disponível em <<http://justificando.com/2016/08/11/barroso-afirma-que-antes-do-stf-relativizar-presuncao-de-inocencia-direito-penal-nao-era-serio/>>. Acesso em 15/09/2016.
12. Cf. BACHA E SILVA, Diogo; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes; e CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Presunção de Inocência: uma contribuição crítica à controvérsia em torno do julgamento do Habeas Corpus n.º 126.292 pelo Supremo Tribunal Federal. Disponível em <<http://emporiadodireito.com.br/presuncao-de-inocencia-uma-contribuicao-critica>>. Acesso em 15/09/2016.
13. Cf. STRECK, Lenio Luiz. O estranho caso que fez o STF sacrificar a presunção de inocência. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-ago-11/senso-incomum-estranho-fez-stf-sacrificar-presuncao-inocencia>>. Acesso em 16/09/2016.
14. STF. HC n.º 126.292/SP, Rel. Min. Teori Zavascki. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246>>. Acesso em 16/09/2016.
15. MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*, 2000, p. 198.
16. FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão*, 2014, p. 506.
17. BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*, 1997, p. 61: "Um homem não pode ser chamado culpado antes da sentença do juiz, e a sociedade só lhe pode retirar a proteção pública após ter decidido que ele violou os pactos por meio dos quais ela lhe foi outorgada".
18. FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão*, op. cit., p. 507.
19. Sobre a questão do liberalismo em Carl Schmitt, ver FERREIRA, Bernardo. *O risco do político*, 2004.
20. Sobre a relação entre a Escola de Kiel e o regime nacional-socialista, ver KIRCHHEIMER, Otto. *Das Strafrecht im nationalsozialistischen Deutschland*. In: *Von der Weimarer Republik zum Faschismus: Die Auflösung der demokratischen Rechtsordnung*, 1976.
21. STF. AP n.º 470. Rel. Min. Joaquim Barbosa. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-abr-22/supremo-publica-integra-acordao-mensalao-8405-paginas>>. Acesso em 16/09/2016.
22. Cf. ROXIN, Claus. *Autoria y Dominio del Hecho em Derecho Penal*. Também entrevista de Roxin ao Conjur: <http://www.conjur.com.br/2014-set-01/claus-roxin-critica-aplicacao-atual-teoria-dominio-fato>.
23. FERRAJOLI. *Direito e Razão*, op. cit., p. 506.
24. Idem.
25. NEUMANN, Franz. *Ansiedade e Política*. In: *Estado Democrático e Estado Autoritário*, 1969, p. 302.
26. Idem, NEUMANN, p. 301.
27. Ver PLATÃO. *A República*. Tradução direta do grego Carlos Alberto Nunes. Belém, editora UFPA, 2000.
28. BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*, 2015, p. 54-55: "A velha pergunta que percorre toda a história do pensamento político - 'Quem custodia os custódios?' - hoje pode ser repetida com esta outra fórmula: 'Quem controla os controladores?' Se não conseguir encontrar uma resposta adequada para esta pergunta, a democracia, como advento do governo visível, está perdida. Mais que de uma promessa não cumprida, estaríamos aqui diretamente diante de uma tendência contrária às premissas: a tendência não ao máximo controle do poder por parte dos cidadãos, mas ao máximo controle dos súditos por parte do poder".
29. SILVA, Virgílio Afonso; MENDES, Conrado Hübner. Habermas e a Jurisdição Constitucional. In. NOBRE, Marcos (org.). *Direito e Democracia: Um guia de leitura de Habermas*, 2008, p. 209. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Devido Processo Legislativo*, 2016, p. 132.
30. Idem. *Ibidem*.
31. HESSE, Konrad. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*, 1998, p. 37.
32. Cabe, contudo, também registrar a importância da discussão contemporânea entre os norte-americanos sobre o tema. Desde, pelo menos, o texto de Dworkin, recolhido em 1978, em *Taking Rights Seriously*, sobre a desobediência civil, às críticas de Waldron, Sunstein ou Tushnet ao *Judicial Review*, bem como as controvérsias em torno do chamado *popular constitutionalism*, que envolvem também os textos de Kramer, Post, Siegel, Balkin e Friedman, entre outros (Cf. Balkin, Jack e Siegel, Riva (ed.) *The Constitution in 2020*, 2009).
33. HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional*. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para uma interpretação pluralista e procedimental da Constituição, 1997.
34. PUPPE, Ingeborg. *Ciência do Direito Penal e Jurisprudência*. Revista dos Tribunais, v.14, n.58, (jan./fev. 2006), p. 105-113.
35. HÄBERLE. *Hermenêutica Constitucional*, op. cit. p. 13.
36. HÄBERLE, Peter. *Recht aus Rezensionen*. In *Verfassungsgerichtsbarkeit zwischen Politik und Rechtswissenschaft*, 1980, p. 5.
37. STF. HC 13.5752, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 02/08/2016, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJE-164 DIVULG 04/08/2016 PUBLIC 05/08/2016. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28HC%24%2ESCLA%2E+E+135752%2ENU ME%2E%29+NAO+S%2EPRES%2E#base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/hzv7f7k>>. Acesso em 16 de Setembro de 2016.
38. Para uma crítica certa ao entendimento do Min. Fachin, ver STRECK, Lenio Luiz. Presunção de inocência: Fachin interpreta a Constituição conforme o CPC? Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-30/senso-incomum-presuncao-inocencia-fachin-interpreta-constituicao-conforme-cpc>>. Acesso em 16 de Setembro de 2016.
39. Cf. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Breves notas às decisões do Supremo Tribunal Federal na longa sessão da noite do dia 14 para 15 de abril de 2016: para um exercício de patriotismo constitucional. Disponível em <<http://emporiadodireito.com.br/breves-notas/>>. Acesso em 16 de Setembro de 2016.
40. Nesse sentido, cf. MEYER, Emilio Peluso Neder. *Ditadura e responsabilização*: elementos para uma justiça de transição no Brasil, 2012.
41. NEVES, Marcelo. *Transconstitucionalismo*, 2009.
42. Sobre a relação entre o pensamento de Montesquieu - preconizava a própria ideia de controles mútuos como fundamento do sistema político - e os revolucionários americanos, ver ARENDT, Hannah. *Da revolução*, 1988.
43. HÄBERLE, Peter. *Recht aus Rezensionen*, op. cit., p. 12.
44. Cf. CATTONI DE OLIVEIRA. *Devido Processo Legislativo*, 2016.
45. HÄBERLE, Peter. *Recht aus Rezensionen*, op. cit. p. 53.
46. NEUMANN, 1969, p. 322.



# PRONTOS PARA O SEU PRÓXIMO DESAFIO

OPERAÇÕES ESTRUTURADAS - FUSÕES & AQUISIÇÕES  
GESTÃO DE RECURSOS - PRIVATE BANKING - SEGUROS CORPORATIVOS  
INTERMEDIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fale com nossos especialistas  
(11) 3049-9100



# MORRO DO BUMBA

BRUNO PEREIRA  
DA CUNHA

Oficial de Marinha

## O DESASTRE DENTRO DA TRAGÉDIA

**E**m abril de 2010, Niterói foi o palco de uma das tragédias mais chocantes já ocorridas no Brasil: o desastre do Morro do Bumba. Após dias de fortes chuvas na cidade, houve um grande deslizamento de terra que se estendeu por cerca de 600 metros, levando casas e toda a infraestrutura urbana que havia sido instalada no Morro. Porém, essa tragédia não foi amplamente divulgada pela mídia em função do número de mortos, menos de 50, mas pelo bizarro fato dessa comunidade ter sido construída sobre um lixão desativado. A conjugação de um terreno instável devido ao depósito de lixo, sem qualquer tratamento, por anos, e o acúmulo de água nos espaços criados pela heterogeneidade do material deflagrou o deslizamento que, literalmente, arrastou seus moradores para debaixo do lixo.

O prefeito da cidade, na ocasião, definiu como um desastre de causas "naturais" e, junto com a mídia, focou nas ações de resposta para reparar os danos às famílias dos mortos e prometer novas moradias aos sobreviventes. É comum e até compreensível a ênfase nas ações de resposta a desastres, tanto pelo poder público quanto pela sociedade, mas é fundamental entendermos as causas de uma tragédia *sui generis* como essa. E não podemos cair na armadilha de atribuir a causas "naturais". Meu propósito inicial neste artigo é mostrar que o histórico de ações e decisões da gestão municipal de Niterói, desde o surgimento da comunidade do Bumba, a credencia como principal fator de risco que levou ao desastre. As chuvas foram apenas uma variável, de menor importância, entre muitas outras. Para tal, empregarei uma corrente sociológica que utiliza a abordagem sistêmica como referencial principal de análise, ou seja, emprega a teoria de sistemas.<sup>1</sup>

Um dos sociólogos mais importantes que utiliza a abordagem sistêmica é o alemão Niklas Luhmann, que desenvolveu a teoria de sistemas sociais, sob forte influência da cibernética de 2ª ordem.<sup>2</sup> Nesta teoria, um sistema só pode ser entendido em relação ao ambiente (tudo que é externo ao sistema) e se define como a diferença entre o sistema e o ambiente. A sociedade atual é constituída de diversos sistemas sociais, como o político, econômico, jurídico, científico, religioso, artes, família e outros que possuem funções próprias, se diferenciando entre si, e uns sendo ambiente dos outros. O interior do sistema é constituído por um continuum de operações, que no caso de sistemas sociais, são as comunicações, ou seja a sociedade é constituída exclusivamente por comunicação (LUHMANN, 2009). As pessoas estão, segundo essa teoria, no ambiente do sistema social, pois são um outro tipo denominado de sistema psíquico. Um sistema social não existiria sem as pessoas, mas adquire características próprias e evolui em direções não planejadas pelo homem.

Por exemplo, a função do sistema político é tomar decisões coletivamente vinculantes, sendo suas comunicações orientadas segundo um código próprio baseado

na disputa pelo poder. O sistema político de uma determinada sociedade adquire padrões de comportamento próprios, que são moldados ao longo do tempo, dependendo de uma extensa gama de variáveis externas e internas: é a estrutura do sistema. Quando se analisa, por exemplo, o sistema político brasileiro e suas diversas peculiaridades, é comum a expressão "o sistema funciona assim, quem não segue suas regras, não sobrevive na política". Ou seja, o sistema é quem determina as regras e não o homem, apesar deste, de forma coletiva, tê-lo moldado ao longo de séculos. Veremos, agora, a atuação da gestão municipal de Niterói, desde o surgimento da comunidade do Morro do Bumba.

O Morro do Bumba se situa no bairro do Viçoso Jardim, região Norte de Niterói. Antes de ser uma favela, o morro foi utilizado como um depósito de lixo da cidade entre 1970 e 1986, por decisão da Prefeitura. Porém, após a sua desativação, foi sendo ocupado pouco a pouco por algumas famílias de baixa renda que decidiram construir suas casas no local (LOGUERCIO, 2013).

**N**o primeiro mandato do prefeito Jorge Roberto Silveira (1989-1992), o modelo de gestão municipal voltou-se para o atendimento das necessidades básicas da população de baixa renda, com a implementação de projetos sociais como "Médicos de família" e "Vida nova no morro", que contemplavam diversas comunidades. Nesse contexto, foi realizada a urbanização do Morro do Bumba, com os serviços de iluminação pública e água. A melhora das condições de infraestrutura da comunidade atraiu mais famílias, que, assim, ocuparam o morro desordenadamente. Note-se que a decisão política de urbanizar o morro foi adotada poucos anos depois da desativação do lixão. Apesar da aparente "boa intenção", essa decisão é, provavelmente, a que mais contribuiu para aumentar o número de mortos no desastre.

No segundo mandato de Leonel Brizola do governo do estado (1991-1994), político do mesmo partido que o então prefeito de Niterói, o Morro do Bumba recebeu novas melhorias de infraestrutura e apoio de progra-

mas sociais. A Cedae<sup>3</sup> levou para o local, de helicóptero, uma grande caixa d'água para atender aos moradores. O morro também foi beneficiado pelo programa social "Uma luz na escuridão", além de ter sido construída uma quadra poliesportiva, uma creche e outros equipamentos públicos (SOUZA, 2012). Mais uma vez, decisões políticas, de cunho eleitoreiro, urbanizaram uma comunidade construída sobre um lixão desativado.

Com a melhora dos indicadores sociais no município, o então prefeito consegue eleger seu sucessor, João Sampaio (1993-1996). Há uma mudança no modelo da política urbana municipal, ao priorizar a construção de uma nova identidade para Niterói, enquanto uma cidade vocacionada para a cultura e incluída no circuito nacional e internacional do turismo cultural, sem a necessidade de ampliação dos projetos sociais para as populações de baixa renda. Em 1993, dá-se início o projeto da cons-

trução do Caminho Niemeyer, que, na versão original e completa, deveria conter dois templos religiosos, um teatro popular, o Centro de Memória Oscar Niemeyer e um Museu do Cinema. Em 1997, Jorge Roberto Silveira reassume a Prefeitura por dois mandatos (1997-2000 e 2001-2002) e mantém o modelo da política urbana de seu antecessor.

As políticas sociais e urbanas implementadas na década de 1990 resultaram na elevação do IDH<sup>4</sup> da cidade de 0,681 (1990) para 0,771 (2000), o terceiro maior do Brasil. Destaca-se que a elevação dos índices de escolaridade e renda (que muito contribuíram para a elevação do IDH) ocorreram também pela intensa migração, proveniente do Rio de Janeiro, de indivíduos da classe média alta, que optaram por viver na cidade. Entretanto, o decorrente encarecimento dos custos de moradia na cidade "empurrou" as classes sociais mais baixas

A MELHORA DA INFRAESTRUTURA DA COMUNIDADE ATRAIU MAIS FAMÍLIAS, QUE, ASSIM, OCUPARAM O MORRO



DESORDEN  
EM  
ADDA  
EM

para outros municípios (Maricá, São Gonçalo e Itaboraí, principalmente) e para a periferia da cidade, habitando em loteamentos irregulares, nas encostas dos morros (FERREIRA, RIBEIRO, 2014). O crescimento das populações em favelas da cidade, na década de 1990, inclusive no Morro do Bumba, relaciona-se diretamente com as políticas implementadas no período.

Além do crescimento das moradias de baixa renda, as decisões políticas municipais começam a chamar a atenção da sociedade, que se organiza para fiscalizar a atuação do poder público na cidade. O Conselho Comunitário da Orla da Baía (CCOB)<sup>5</sup> denuncia a atuação conjunta dos poderes legislativo e executivo em prol de uma política voltada aos interesses do capital imobiliário, na década de 2000. As seguintes passagens são fragmentos dos testemunhos de lideranças do CCOB sobre as sessões de votação do Plano Urbanístico Regional da cidade, em 2005:

Nós do CCOB participamos da discussão, não encaminhando propostas, mas tão somente no intuito de chamar a atenção da comunidade [...] de que a Prefeitura na realidade representava os interesses do capital especulativo e fizemos várias denúncias do que havia ocorrido (MENEZES, 2009, p.15, grifo nosso).

Não é novidade para ninguém a agressão implacável de que estamos sendo vítimas nesta cidade, com a invasão FRIA E CALCULISTA dos gigantescos prédios, verdadeiras aberrações, construídos pelo ganancioso mercado imobiliário da cidade, ante a complacência e o apoio total e irrestrito das nossas autoridades municipais, tanto o legislativo quanto o executivo. Não tiveram (...) a decência, quando na calada da noite e com a Câmara fechada ao povo, aprovaram uma lei (Plano Urbanístico Regional – PUR) (...) que ante uma propaganda enganosa de MELHOR QUALIDADE DE VIDA, acabaram por atrair empresários que somente objetivam o lucro, facilitado pelo poder público. Surgem então prédios monstruosos, com mais de 18 pavimentos, (...) em ruas sem qualquer infraestrutura, (...) o caos instalado nas vias construídas para ou-

tras épocas, e que jamais poderão ser preparadas para conviver com este Plano Urbanístico indecente aprovado e defendido pelas autoridades de nossa cidade... (MENEZES, 2009, p.19, grifo nosso)

Ao longo de duas décadas, as seguidas aprovações, pela Câmara de Vereadores, de diversos projetos nas áreas nobres que beneficiaram empresas de construção, com o aval do poder executivo, levaram a desconfianças quanto à questão do patrocínio das campanhas eleitorais, conforme o testemunho do analista político independente René Amaral, em 2010:

As empresas de construção, aliadas à especulação imobiliária, patrocinam fortemente as campanhas a vereador e prefeito em Niterói, sempre escolhendo candidatos inexpressivos que estejam dispostos a atender aos interesses da especulação. Com a grana da especulação são feitas campanhas milionárias, não só pelo gasto com propaganda, mas também com os gastos com COMPRA DE VOTOS. Eleitos, os canalhas propõem leis e diretrizes que só visam favorecer a especulação, afrouxam até aspectos relativos a: Patrimônio Histórico e Artístico, meio ambiente, preservação e segurança.<sup>6</sup>

Assim, pode-se inferir que os interesses da especulação imobiliária influenciaram significativamente o modelo de política urbana da Gestão Municipal de Niterói nas décadas de 1990 e 2000, em detrimento de outros temas, como a política de mitigação de riscos em áreas de baixa renda. As comunicações entre sistema econômico e o sistema político são reciprocamente priorizadas,<sup>7</sup> pois trazem benefícios mútuos: aumenta os lucros em um e o poder no outro.

No que diz respeito ao sistema jurídico, a gestão municipal de Niterói ignorou sistematicamente a legislação existente. Apesar de não haver lei específica que tratasse da proibição de construção de casas sobre aterros sanitários até o ano do desastre do Bumba (até por sua obviedade), uma série de políticas municipais e federais, implementadas por lei nas décadas de 1990 e 2000, tor-

POLÍTICAS MUNICIPAIS E FEDERAIS TORNAVAM ILÍCITA A EDIFICAÇÃO DE UMA COMUNIDADE NAS CONDIÇÕES GEOLÓGICAS DO

MORRO DO BUMBA



nava ilícita a edificação de uma comunidade nas condições geológicas do Morro do Bumba, com a decorrente possibilidade de responsabilização civil da gestão municipal de Niterói no caso de inação. É certo que existem dezenas de favelas em Niterói, mas construída sobre um lixão desativado só havia uma, o que torna singular esse caso.

**A** começar pelo Plano Diretor da cidade, implementado em 1992, que previa a urbanização do Morro do Bumba sem considerar suas condições impróprias de edificação. Três anos depois, a lei municipal 1468/95, sobre o parcelamento do solo, proibia a edificação em áreas sem condições geológicas apropriadas. Em 2001, o Estatu-

to das Cidades (Lei 10.257/01) regulamentava a Constituição Federal no que tange à política urbana e estabelecia novas bases para uso e parcelamento do solo em áreas ocupadas por populações de baixa renda. Por fim, em 2005, a Lei Municipal 2233/05 implementou o Plano de Urbanização da Região Norte de Niterói, estabelecendo claramente a necessidade de remanejamento de famílias em áreas impróprias para ocupação, como na Área de Especial Interesse socioambiental do Morro do Bumba. Vemos, neste caso, que o sistema político ignorou, sistematicamente, as comunicações do sistema jurídico, o que denota a ascendência de um sistema sobre o outro, com a certeza da impunidade perante leis que não saem do papel quando se trata de controlar as ações da política.

No que toca a relação entre a gestão municipal e o sistema científico, também notou-se a mesma soberba. Estudos realizados por um órgão técnico da própria Prefeitura de Niterói, em 1994 e 1999, identificaram os riscos de deslizamento no Morro do Bumba e a problemática ambiental do lixo. Outro estudo realizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2004, e visitas realizadas por especialistas dessa universidade geraram recomendações sobre o risco de deslizamento no Morro do Bumba à Prefeitura de Niterói, na gestão de Godofredo Pinto (2002-2008). Os referidos estudos recomendavam uma série de medidas, entre elas o remanejamento das famílias que ocupavam o local onde era o lixão para uma área adjacente, que não corria risco de deslizamentos, dentro do próprio assentamento.

**P**orém, esses estudos técnicos não sensibilizaram a gestão municipal a ponto de serem tomadas as decisões que preveniriam o desastre. Mesmo com o testemunho dos professores que produziram os estudos e os explicitaram em diversas entrevistas concedidas, o então reitor da UFF declarou ao jornal O Globo,<sup>8</sup> após o desastre, que nenhum dos estudos da UFF tratava “especificamente” do Morro do Bumba. Esta declaração minimizou a responsabilidade do prefeito Jorge Roberto Silveira (2009-2012), que já havia administrado a cidade por quatro mandatos, pelo menos para a opinião pública no momento em que o desastre possuía grande repercussão na mídia. Tornou-se patente a ascensão do sistema político sobre o sistema científico, tanto pelo “bloqueio” da verdade científica realizada pelo reitor da UFF por questões políticas, quanto pela reincidente indiferença às conclusões dos estudos técnicos realizados que já apontavam um grau de risco elevado para a comunidade.

Assim, além do fator natural que contribuiu para o desastre, ao vermos o “filme” desde o início da ocupação, podemos destacar como fator contribuinte principal a atuação do sistema político local, dotado de certos padrões de comportamento que se repetiram por diversos mandatos. São características estruturais de

um sistema que se reproduzem em diversas escalas<sup>9</sup> no país, desde o governo federal até pequenos municípios interioranos.

Atingido o primeiro propósito deste artigo, podemos nos aventurar a chegar nas causas mais profundas do problema. Para tal, identificaremos, também sob a ótica sistêmica, alguns aspectos da formação da estrutura do sistema político nacional, a fim de entendermos o porquê da forma de atuação da gestão municipal de Niterói, no caso do Bumba.

A primeira pá de lixo colocada no Morro do Bumba tem origem bem antes do ano de 1500, ponto de partida para análise do processo de formação do sistema político brasileiro. É preciso compreender como funcionava o sistema português, que, a partir do início da colonização, se transferiu para o Brasil e foi o núcleo original, moldado posteriormente em virtude do diferente processo sócio-histórico aqui vivido.

A formação étnica e cultural do português é uma resultante de influências europeias e africanas. Uma mescla entre a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português. Conforme, brilhantemente, sintetiza Gilberto Freyre:

O sangue mouro ou negro correndo. O ar da África, quente, oleoso, amolecendo as instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da igreja medieval (FREYRE, 2006, p.66).

Essas influências resultaram em uma constituição social vulcânica que se reflete no quente e plástico do caráter nacional lusitano, das suas classes e instituições, nunca endurecidas nem definitivamente estratificadas, fazendo de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua política, um regime de influências antagonico que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. O português é, sem dúvida, um povo cosmopolita e heterogêneo (FREYRE, 2006).

O domínio dos mouros (de origem africana) sobre os visigodos (de origem germânica) por mais de sete séculos em Portugal contribuiu, significativamente, na for-

mação da estrutura social portuguesa. Uma vez vencido o povo africano, sua influência persistiu através de uma série de efeitos. O modelo de colonização agrária escravocrata, polígamo e patriarcal utilizado no Brasil é uma continuidade do adotado pelos mouros nos cristãos em Portugal e vice-versa após a vitória militar dos cristãos no século XIII. Nessas guerras de reconquista, a igreja se aproveitou largamente e, através de suas ordens militares (templários), se tornou proprietária de latifúndios enormes, que deram origem à colonização latifundiária e semifeudal no Brasil (FREYRE, 2006).

Raymundo Faoro (2012) nos explica que, fruto deste peculiar processo sócio-histórico, forma-se, em Portugal do século XV, um grupo social dominante constituído de peritos nas leis e nas técnicas de mando, que se revela indispensável ao rei: o estamento. Portugal, precoce em sua unificação em relação aos demais países da Europa, inicia sua expansão comercial corporificada nas grandes navegações. A estrutura política, nesse momento, é formada pelo rei e seu estamento, que exercem o poder com um caráter patrimonial, no qual a fazenda pública se confunde com a propriedade do mandatário maior. Isso significou a constituição de um capitalismo pautado pela gestão estatal, em vez de orientado pela lógica de mercado.

De caráter burocrático, o estamento atua no interesse de sua perpetuação no poder, adaptando-se às mudanças e gerando mecanismos para reservá-lo para si. Uma burocracia de caráter aristocrático, com uma ética e um estilo de vida particularizado, em que a troca de benefícios é a base da atividade pública, direcionada ao poder e ao tesouro do rei.

Já para Sérgio Buarque de Holanda (1995), o complexo cultural a definir o português é um só: a cultura da personalidade ou personalismo, que implica o império dos vínculos afetivos, o domínio da esfera das relações pessoais animada pela lógica da reciprocidade e da dependência – por isso a ética do fidalgo – filho de algo. Assim, prevalecem as relações de caráter orgânico (familiar principalmente) na esfera pública, que deveria basear-se em formas de ordenação pessoal.

Tal estrutura social-política aporta no Brasil em 1500. A partir desse momento, inicia-se um processo histórico distinto, que irá moldar o sistema político brasileiro com outras variáveis, ainda que fortemente influenciado pela metrópole nos três séculos seguintes.

Com as características sociopolíticas e econômicas já descritas do nosso colonizador, a organização inicial do Brasil Colônia, baseada na agricultura, se formou a partir de três elementos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Mutatis mutandis, a mineração, outra grande atividade da colônia a partir do século XVIII, adotará uma organização idêntica à da agricultura, preservadas as distinções de natureza técnica. O último grande setor da economia colonial era o extrativismo, que apesar de não configurar o elemento da grande propriedade, a forma de exploração com grande quantidade de mão de obra escrava permanece (PRADO JR, 2011). Esse modelo econômico se espalhou pelo Brasil, com destaque para o nordeste e o Rio de Janeiro. É com base nessa economia que se desenvolve uma sociedade semifeudal, em que se origina a grande concentração de riquezas em uma aristocracia, que contribuiu para termos, no Brasil, uma camada social similar ao estamento português, já presente como ethos a ser seguido.

**O** outro fator fundamental que moldou o peculiar sistema político brasileiro foi a decisão portuguesa de delegar à iniciativa privada todos os ônus e bônus da colonização, associada a grande distância da metrópole (do governo central). O sistema das capitanias hereditárias (1534-1759), aqui implantado, concedia a particulares o direito de exploração dos recursos, mas com os deveres de proteção contra invasões estrangeiras e de administração.<sup>10</sup> Enormes porções de terra entregues à fidalgos que detinham total liberdade de ação, ainda mais com o débil controle exercido pela metrópole em face das distâncias envolvidas. A despeito do êxito ou não desse sistema, o fato é que o seu modelo persistiu por todo o período colonial, seja com os senhores de engenho ou, mais tarde,

com os coronéis. Assim, os donos de terras e seus clãs cedo contestaram a autoridade dos representantes do rei (do governo) contra qualquer abuso da metrópole e da própria igreja. Bem diferente da América espanhola, onde, por longo tempo, os colonos ficaram sob à sombra dominadora das catedrais e dos palácios dos vice-reis, reinóis todo-poderosos (FREYRE, 2006).

Caio Prado Junior (2011) nos auxilia ao afirmar que o clã patriarcal, no Brasil, domina o cenário da vida da colônia, numa área vasta, onde a autoridade pública é fraca, quem "manda" é o senhor das terras. A célula orgânica da sociedade colonial é a grande família patriarcal, onde todos dependem do senhor, e este protege seus familiares e agregados, com o predomínio de interesses privados sobre o coletivo. Já para Gilberto Freyre e Ser-

gio Buarque, a família patriarcal forneceu o único e obrigatório modelo de organização das relações sociais, inclusive de cunho político, emperrando o funcionamento abstrato e universalista do Estado e de suas instituições (não por acaso, na votação do processo de admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rouseff, um grande número de parlamentares utilizou a família como base de sua argumentação, revelando a mescla entre família e política, até hoje, em nossa sociedade).

Um sistema político de cunho autoritário e de compadrismo, em que a família patriarcal adquiriu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, a função do mando político, cujas consequências foram o oligarquismo e o nepotismo que aqui madrugaram. Essas características estruturais do sistema podem ser

OS DONOS DE TERRAS E SEUS CLÃS CEDO CONTESTARAM A AUTORIDADE DOS REPRESENTANTES DO REI CONTRA QUALQUER ABUSO DA

**METRÓPOLE**



vistas ao longo da história, com o predomínio constante de vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma burocracia impessoal. Entre estes círculos, sem dúvida, o da família é aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade (HOLANDA, 1995).

A estrutura colonial brasileira, com predominância do meio rural sobre o urbano, não se modificou até a abolição da escravatura, em 1888. Segundo Sérgio Buarque, a abolição representa um marco na evolução nacional com significado singular e incomparável. A partir das novas formas de produção de capital, sem o trabalho servil, o meio urbano começa a preponderar sobre o meio rural. Já para Caio Prado, a abolição da escravatura não representou uma ruptura tão impactante nas relações sociais e políticas, pois os homens livres, embora desvencilhados tanto do jogo do trabalho forçado quanto da apropriação direta dos benefícios da escravidão, nunca se evadiram por completo da órbita do domínio senhorial, estando a ela submetidos pelo vínculo pessoal do favor, que lhes permitia conseguir benefícios em troca da lealdade, ou seja, uma relação clientelista em substituição ao domínio servil.

O fim do período colonial é um marco do ponto de vista histórico, porém o mesmo não se pode dizer do ponto de vista sociológico, em que o que houve foi uma continuidade dos modelos conformados e consolidados em mais de 300 anos. No âmbito do sistema político nacional, se poderiam identificar certos padrões de comportamento já estabilizados em sua estrutura: oligarquismo, patriarcalismo, patrimonialismo, autoritarismo, personalismo, nepotismo e clientelismo, para mencionar os principais.

Segundo Roberto DaMatta (1997), a proclamação da independência está longe de ser divisor de águas que de súbito improvisou tanto a nação quanto seu ordenamento político. A consolidação da ordem política pôs em primeiro plano os interesses de grupos regionais e sua disputa por definir um arcabouço institucional que preservasse sua autonomia, sem alcançar uma representação simbólica do nacional e o caráter integrador

das instituições políticas. É o estamento se adaptando às mudanças, preservando para si o poder. É o lixão do Bumba começando a ganhar forma e volume.

Caio Prado analisa da mesma forma ao afirmar que, após a independência, o sistema econômico e social se perpetuou com a existência dos senhores da terra e toda a riqueza de um lado e do outro a grande massa da população, uma máquina de trabalho apenas, sem outro papel no sistema. Já Sérgio Buarque pontua que, nesse período, o país necessitou criar uma estrutura burocrática própria. Assim, na ausência de uma burguesia independente, os candidatos às funções públicas criadas foram recrutados, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de uma mentalidade e tendência característica dessa classe. Toda ordem administrativa do país, durante o império e, mesmo depois, já no regime republicano, se comporta a partir de elementos vinculados ao velho sistema senhorial rural.

**N**esse ponto, é importante mencionar como Luhmann (2006) categoriza as diferentes formas de evolução das sociedades, utilizando o conceito de diferenciação. A forma que predominou durante o feudalismo na Europa e no período colonial brasileiro foi a "estratificada", em que os sistemas sociais são desiguais e divididos por classe. Todo o comportamento social orienta-se a partir da desigualdade entre as diferentes classes e igualdade dentro da mesma classe. Há uma distribuição desigual de recursos e oportunidades de comunicação, em que poucos têm muito e muitos têm pouco. O patrimônio conceitual se concentra nos estratos superiores enquanto os estratos inferiores estão comprometidos com problemas cotidianos de subsistência.

O aumento da complexidade na sociedade estratificada leva a outra mudança estrutural. O contínuo processo de diferenciação dos sistemas sociais os tornam cada vez mais autônomos, e não há mais como o estrato superior lidar com todas as demandas. O crescimento do sistema econômico, por exemplo, leva a novas for-

mas de inclusão nos estratos superiores com o acúmulo de capital pela burguesia. O surgimento das escolas públicas retira da nobreza a exclusividade do sistema educacional e permite, assim, a inclusão nos demais sistemas sociais.

No atual estágio de evolução, as sociedades se autodiferenciam nos sistemas sociais já descritos (político, religioso, jurídico, econômico, educativo etc.) conforme a função que desempenham. É a sociedade funcionalmente diferenciada. Os sistemas sociais não, necessariamente, evoluem para “melhor”,<sup>11</sup> mas simplesmente tornam-se mais complexos, com mais possibilidades de comunicação. Quanto mais complexos se tornam, mais subsistemas aparecem, e estes também se subdividem conforme o aumento da complexidade interna. Por exemplo, o sistema científico se autodiferenciou em diversos subsistemas ao longo do tempo (química, física, biologia etc.). Luhmann entende que não há um sistema que seja superior aos demais. Todos podem se interrelacionar. Logo, a sociedade moderna é acêntrica.

Na Europa, a transição para a sociedade funcionalmente diferenciada ocorre no final do século XVIII e início do século XIX. Entretanto, diferentemente da transição europeia, que ocorre “naturalmente”, o processo brasileiro é imposto de cima para baixo, com a implementação da república e todo um ordenamento jurídico e burocrático impessoal que não emergiu da sociedade brasileira, mas foi importado dos países de referência europeus. Em outros termos, as condições sociais para uma transição efetiva da sociedade estratificada para a funcionalmente diferenciada não ocorreram no Brasil, como, por exemplo, a ascensão de uma burguesia para contestar a estrutura de poder vigente. Não que esse seja o único caminho, mas foi o que escolhemos ao copiar as estruturas institucionais das sociedades europeias.

O resultado foi a permanência de uma sociedade estratificada existindo de fato, sob a aparência de uma sociedade funcionalmente diferenciada, principalmente no âmbito do sistema político, que herdou todos os privilégios e a posição hierárquica do estrato superior

da sociedade estratificada. Ao retornarmos ao Morro do Bumba, podemos compreender, sob a ótica sistêmica, os padrões de comportamento da gestão municipal de Niterói, um subsistema que reproduz as mesmas características estruturais do sistema político brasileiro, em sua escala.

**P**rimeiramente, na forma patrimonialista e de troca de benefícios na relação com os representantes do sistema econômico, ao tomar decisões em prol do capital imobiliário, desvirtuando a função pública para atender a interesses privados. Tal padrão de comportamento pode ser comparado ao da elite social do Brasil Colônia, originado a partir do estamento burocrático português. Na relação com os sistemas jurídico e científico, observa-se uma rejeição sistemática às suas comunicações, tanto no descumprimento de leis que proibiam a edificação de casas nas circunstâncias do Morro do Bumba quanto na inação ao tomar conhecimento de estudos técnicos que comprovavam os riscos existentes para os moradores. Pelo contrário, a Prefeitura e o governo do estado ainda edificaram e ampliaram a infraestrutura do morro, e foi realizada uma ação política no sentido de se mascarar os resultados dos estudos técnicos da UFF, quando seu reitor declarou não haver estudos “específicos” sobre os riscos no Bumba.

Esses fatos mostram uma autopercepção de impunidade e superioridade hierárquica dos representantes do sistema político em relação aos demais. Tais características nos remetem, diretamente, à forma de diferenciação estratificada da sociedade, em que o estrato superior está acima das leis e utiliza-se de sua posição hierárquica nas relações com os demais estratos, que, sobretudo, reconhecem e aceitam essa subordinação. Vemos que, apesar da distância temporal entre o desastre do Bumba (2010) e a abolição da escravatura/início do período republicano (1888/1889), muitos padrões de comportamento continuam ativos na estrutura do sistema político. Se incluirmos, na análise, os acontecimentos decorrentes da atual operação Lava-Jato na

política nacional, que está permitindo uma “dissecação” dessa estrutura, veremos a manutenção dessas práticas e procedimentos.

A Lava-Jato investiga um esquema de corrupção, em que grandes empreiteiras, organizadas em cartel, pagavam propina para altos executivos da Petrobrás e outros agentes públicos que integravam ou estavam relacionados a partidos políticos responsáveis por indicar e manter os diretores da empresa estatal. As empreiteiras ganhavam, assim, licitações fraudulentas e superfaturadas, e a propina era utilizada pelos partidos políticos como caixa dois de campanha, o que contribuía para a manutenção de seus representantes no poder, além do enriquecimento pessoal ilícito.<sup>12</sup> É o Bumba potencializado, metáfora da desvirtuação da função pública para atender a interesses privados e a troca de benefícios entre representantes de um “estamento” brasileiro em pleno século XXI, que atuavam com a mesma finalidade dos políticos e empreiteiros de Niterói, só que em uma escala diferente.

**T**ambém referente à operação Lava-Jato, foram gravadas conversas informais entre políticos, ao telefone, que vieram a público e revelaram várias tentativas de obstrução da Justiça. Entre elas, a conversa da ex-presidente Dilma Rousseff com o ex-presidente Lula, quando combinam o envio para a casa de Lula do seu ato de nomeação para a Casa Civil, com a finalidade de ser usado “em caso de necessidade”. Em outra ligação, Lula solicita ao então ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, que interceda por ele junto a um ministro do Supremo Tribunal Federal para obter uma decisão favorável em uma ação cível.<sup>13</sup> (Entenda-se os nomes citados como representação de uma classe e não como crítica direta do autor a esse ou aquele.) A despeito do êxito ou não dessas ligações, o importante é destacar a autopercepção de superioridade e impunidade dos representantes do sistema político em sua interação com o “ambiente”, da mesma forma com que a Gestão municipal de Niterói ignorou, sistematicamente, a legislação e os resultados dos

estudos técnicos que mostravam os riscos de acidente no Morro do Bumba.

Porém, a estrutura de um sistema social não é imutável.<sup>14</sup> Tanto no caso do Bumba quanto na Lava-Jato, podemos estar testemunhando uma mudança no ambiente, mais precisamente do sistema jurídico, que, se for contínua, poderá implicar uma evolução na estrutura do sistema político brasileiro. No caso do Bumba, após o desastre, o Ministério Público Estadual (MPE) realizou uma investigação preliminar e concluiu que houve indícios de omissão do governo municipal, o qual, mesmo tendo sido alertado, não tomou medidas preventivas para evitar a permanência de moradores nas áreas de risco. O MPE citou, também, estudos da UFF e reportagens que indicavam o risco de desabamento naquele e em outros locais da cidade.<sup>15</sup> A 6ª Vara Cível da Comarca de Niterói aceitou a denúncia do MPE e, em 2013, indiciou o prefeito, o secretário municipal de obras e o presidente da Empresa Municipal de Moradia e Saneamento (EMUSA) na ocasião do desastre, bem como o prefeito da gestão anterior, por dano ao erário e improbidade administrativa.<sup>16</sup> Em outra ação, o MPE, com base em relatórios da Defesa Civil, acionou a 6ª Vara Cível da Comarca de Niterói, cuja sentença obrigou a Prefeitura a agir preventivamente em áreas de risco da cidade.<sup>17</sup>

Já a operação Lava-Jato é considerada um marco na história do Brasil, ao investigar mais de cem políticos com foro privilegiado, contabilizar 59 inquéritos e 11 denúncias por corrupção, tendo promovido 46 acusações criminais contra 225 pessoas, que resultaram em 106 condenações, totalizando mais de 1.100 anos de pena.<sup>18</sup> Apesar de ainda não terem resultado em sentenças condenatórias para os representantes do sistema político, o Bumba e a Lava-Jato são exemplos de que está em curso uma alteração no “ambiente”, cuja influência, se contínua, poderá amolecer uma das estruturas sociais mais cristalizadas de nosso país. ●

---

O autor é mestre em Segurança e Defesa Civil e especialista em Relações Internacionais  
bpcmax@icloud.com

## BIBLIOGRAFIA

- DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.
- FERREIRA, Eleonora Freire Bourdette e RIBEIRO, Mariana Dias. Cidade saudável e moradia digna – ambientes sociais favoráveis à promoção da saúde: estudo de caso de Niterói. In: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI: Direitos sociais e políticas públicas. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 48 ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOGUERCIO, João Francisco Canto. Morro do Bumba, etnografando a transformação de uma paisagem sob múltiplos olhares: da invisibilidade à tragédia, uma página que não deve ser virada. Dissertação do Programa Pós-Graduação em Antropologia – PPGA da Universidade Federal Fluminense. 2013.
- LUHMANN, N. La sociedad de la sociedad. Ciudad de México: Herder, 2006.
- LUHMANN, N. Introdução à teoria de sistemas. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MENEZES, Isabela Müller. A atuação do Conselho Comunitário da Orla da Baía: quando a Cidade Sorriso chorou... Monografia (especialização e aperfeiçoamento) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Curso de Especialização *Latu-sensu* em Sociologia Urbana. Rio de Janeiro, 2009.
- PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SOUZA, Jamile Medeiros de. Insegurança em "zonas de sacrifício": a tragédia do morro do bumba. Congresso internacional Interdisciplinar em Sociais e humanidades. Niterói: aninter-sh/ ppgsd-uff, 3 a 6 de setembro de 2012 em Niterói.

## NOTAS DE RODAPÉ

1. A teoria dos sistemas desenvolve princípios unificadores que atravessam verticalmente os universos particulares das diversas ciências envolvidas, visando ao objetivo da unidade da ciência.
2. A cibernética, como ciência que estuda os mecanismos de comunicação e de controle, é dividida em duas: a cibernética de 1ª ordem, com o esquema input/output e controle por feedback, perfeitamente aplicável em sistemas mecânicos e de computação, porém com uma série de limitações para a análise de sistemas vivos e sociais. A partir da contribuição de diversas disciplinas, o campo da cibernética evoluiu, incorporando diversos conceitos úteis para a análise de sistemas vivos e sociais como: autonomia, auto-organização, cognição, autorreprodução e o papel do observador na modelagem do sistema, que deram origem à cibernética de 2ª ordem.
3. Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.
4. Índice de Desenvolvimento Humano.
5. Entidade associativa criada em 2002 visando discutir de uma maneira abrangente os problemas e propostas para Niterói.
6. <http://amoralnato.blogspot.com.br/2010/04/tragedia-em-niteroi-vamos-botar-na.html>. Acesso em 14 mai 2016.
7. Desde que não controladas eficazmente pelo sistema jurídico, como no caso.
8. <http://oglobo.globo.com/rio/reitor-da-uff-afirma-que-nao-tinha-estudos-especificos-sobre-morro-do-bumba-3023544>. Acesso em 12 set 2015.
9. Outro conceito da teoria de sistemas sociais é a repetição dos padrões de comportamento em diferentes escalas. É como se observássemos determinadas características estruturais de um sistema social se repetindo da escala micro a macro e vice-versa.
10. As funções de defesa militar e de administração (parcialmente) foram repassadas à metrópole, após a implementação do Governo Geral, em 1548.
11. Até porque a distinção melhor/pior depende do referencial de análise. O que é melhor para um grupo social pode ser pior para outros.
12. <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso em 4 set 2016.
13. <http://oglobo.globo.com/brasil/grampo-telefonico-sugere-que-dilma-agiu-para-tentar-evitar-prisao-de-lula-18891990>. Acesso em 4 set 2016.
14. A estrutura de um sistema social pode evoluir, basicamente, por dois motivos: novas possibilidades comunicativas em seu interior e, principalmente, uma alteração no ambiente que o pressiona a evoluir, pois os sistemas devem estar sempre adaptados ao ambiente. É justamente a descontinuidade entre ambiente e sistema que provoca esta evolução, desde que a estrutura do sistema tenha excessos de possibilidades comunicativas para poder variar.
15. <http://coad.jusbrasil.com.br/noticias/2213503/morro-do-bumba-mp-rj-ve-indicios-de-omissao-e-notifica-prefeitura>. Acesso em 12 set 2015.
16. <http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaProc.do?v=2&FLAGNOME=&back=1&tipoConsulta=publica&numProcesso=2013.002.005641-0>. Acesso em 12 set 2015.
17. <http://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/112284182/justica-determina-que-prefeitura-de-niteroi-faca-obras-de-contencao-de-encosta-em-areas-de-risco>. Acesso em 13 de setembro de 2015.
18. <http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/resultados/avala-jato-em-numeros-1>. Acesso em 05 set 2016.

O QUE EU QUERO:  
SAÚDE, EDUCAÇÃO  
E BEM-ESTAR.

O QUE EU NÃO QUERO:  
SEU COLO.

As crianças não querem colo.  
Elas querem um futuro com  
educação, saúde e proteção.  
Por isso, elas exigem que  
os candidatos assinem  
o compromisso com o Programa  
Prefeito Amigo da Criança.

Saiba mais:  
[prefeitoamigodacrianca.org.br](http://prefeitoamigodacrianca.org.br)

**96PNQC**

PARTIDO NÃO QUERO COLO



**#NÃOVAITERCOLO**

**GLÁUCIO SOARES**

CIENTISTA SOCIAL E POLÍTICO

# SEGURANÇA PÚBLICA

MUITA  
POLÍTICA  
E POUCAS  
POLÍTICAS





**H**á, no Brasil, poucos exemplos de planos estaduais de Segurança Pública que deram certo. Em vários casos, deram certo somente durante um tempo; em outros, não funcionaram e, na maioria dos casos, não houve nada que merecesse o nome de Plano de Segurança Pública. Fora do Brasil, encontramos semelhanças e diferenças com o que observamos aqui dentro. É importante conhecer as análises desses programas levados a cabo em circunstâncias muito variadas.

No Brasil, a jurisdição da Segurança Pública é estadual, embora certamente o governo federal possa contribuir para melhorá-la em tal ou qual estado e pensar em fazê-lo no âmbito nacional, mas governos municipais podem ser atores relevantes nessa área.<sup>1</sup> A análise dos casos exitosos, dos fracassados, e as análises comparativas entre eles são indispensáveis para que possamos aprender, aumentar o conhecimento e a qualidade de planos futuros. Para tal, é necessária uma formação adequada no trato de dados, sejam quantitativos, sejam qualitativos. Para absorver o que puder ser absorvido de milhares de pesquisas publicadas (mais de 48 mil, somente no *Google Scholar*) há requisitos, além da leitura nos idiomas em que foram publicadas: a complexidade do trabalho científico, requer um conhecimento razoável de técnicas de pes-

quisa e de Estatística para seu pleno entendimento.

Infelizmente, no Brasil, o conhecimento científico na área da Segurança Pública está ameaçado pelo achismo,<sup>2</sup> de um lado, e pelo domínio da ideologia e do partidarismo, do outro. Quando, há muitos anos, publiquei artigos e fiz conferências que ressaltavam o bom trabalho feito em Diadema por administrações petistas, recebi muitas críticas política e partidariamente motivadas.<sup>3</sup> Um dos argumentos que, sim, pediam para ser avaliados com exatidão, era o de que havia colinearidade entre o que acontecia em Diadema e o que acontecia no estado como um todo. Até que ponto a redução da violência em Diadema simplesmente refletia a tendência observada no estado e até que ponto refletia as políticas públicas competentes adotadas no município? Um alerta inteligente que, aliás, havia sido levantado nos Estados Unidos a respeito do Tolerância Zero. Até que ponto o decréscimo dos homicídios observado em Nova Iorque refletia, simplesmente, o que se observava no país?<sup>4</sup>

Há poucos meses, publiquei uma nota no *Facebook* sublinhando a continuação da redução da taxa global dos homicídios no estado de São Paulo, a despeito de problemas econômicos que pareciam ser de menor importância do que os avaliamos hoje. Meu objetivo era teórico, dentro de uma perspectiva institucionalista, que sublinhava a *autonomia relativa de uma área do estado em relação*

*ao estado como um todo e aos problemas da economia naquele nível.* Recebi várias críticas, todas de pessoas com militância de esquerda, que enfatizavam outras questões, como a violência policial e, sublinho, sem apresentar um só dado.

Essas experiências e o que eu tenho lido desde então, mostram que o campo da Segurança Pública está sendo subtraído à análise fria e objetiva e absorvido pelas ideologias em moda e pelo partidarismo.

Retomando a substância deste artigo: um dos pontos ressaltados na literatura especializada afirma que a política de segurança deve ser de estado e não somente de governo.<sup>5</sup> É uma expressão que captura a importância da continuidade. O exemplo de Bogotá é emblemático: políticas públicas iniciadas pelo prefeito Antanas Mockus (1995-96) e seu substituto, Paul Bromberg, foram continuadas por Enrique Peñalosa (1998-2000), que havia sido derrotado por Mockus, e novamente por Mockus, eleito para um segundo mandato trienal (2001-2003).<sup>6</sup> A taxa de mortalidade por homicídios por 100 mil habitantes, que era de perto de 80 em 1993, foi reduzida a 23 em 2003. É um decréscimo difícil de obter em apenas dez anos. Após 2003, muitas políticas continuaram, mas a queda, como seria de esperar, diminuiu de ritmo: em 2013, a taxa estava em 17. Política de estado que atravessou vários governos de partidos e prefeitos diferentes.<sup>7</sup>

A redução de homicídios no estado de São Paulo é outro exemplo

exitoso e conhecido, com mais de 10 mil trabalhos listados no *Google Scholar* (usando as palavras-chave "São Paulo" e "homicídios").<sup>8</sup> A taxa por 100 mil habitantes no estado passou de 43,9, em 1999, a 12,2 em 2007. Em 2015, a taxa ficou abaixo de 10, atingindo 8,7.

Vários fatores contribuintes foram sugeridos, alguns baseados em pesquisas adequadas, como o Estatuto do Desarmamento; um debate, que considero importante, é a influência do fato de que, no estado, há um quase monopólio do tráfico nas mãos do PCC, o que contribuiria para reduzir um dos tipos de homicídio frequentes, por exemplo, no estado do Rio de

Janeiro, o resultante da guerra entre facções;<sup>9</sup> o aumento do encarceramento;<sup>10</sup> o tamanho dos municípios;<sup>11</sup> o tamanho da "coorte perigosa", de adolescentes e homens jovens, principais autores e vítimas dos homicídios,<sup>12</sup> entre outros. Não obstante, não há pesquisa que elimine a continuidade das políticas públicas como explicação. Muitos a atribuem à sucessão de governos do mesmo partido; não obstante, essa não é condição suficiente. As políticas públicas específicas e os recursos são mais importantes do que o partido a que pertence o governador. Em Minas Gerais houve uma queda na taxa de homicídios que corresponde ao go-

verno de Aécio Neves. A taxa de homicídios, segundo o *Anuário do FBSP*, baixou a 21 em 2008. "No entanto, na gestão de seu sucessor, também tucano, a taxa de assassinatos (homicídios dolosos, latrocínios e lesões seguidas de morte) em 2012 já estava em 21."

O estado do Rio de Janeiro preencheu um dos requisitos recomendados pela teoria: há quase uma década existe uma política de estado. Não obstante, a continuidade não é do governador, nem do seu partido, mas do secretário de Segurança. Houve uma resposta inicial ao Estatuto do Desarmamento em 2004 e, a partir de 2007, como resultado das políti-



cas implementadas pelo secretário de Segurança Pública, José Maria-no Beltrame, houve uma consistente redução dos homicídios.<sup>13</sup>

A afirmação de que o êxito dos programas de Segurança Pública depende, em parte, de que eles sejam de estado e não, apenas, de um governo, está demonstrada, assim como a afirmação de que essa característica não é suficiente para assegurar o êxito de um programa. Não obstante, não podemos parar aqui. Ser “de estado” pode significar muitas coisas, particularmente numa visão complexa e realista do estado, que inclui subdivisões, contradições e conflitos internos. Lembro-me de que há várias décadas um cientista político americano, perguntado a respeito da política externa americana, respondeu com outra pergunta: “Qual delas?” O Departamento de Estado tinha uma, o do Comércio outra, e assim por adiante. A concepção do estado como monolítico e coerente já foi enterrada há muitos anos.

O êxito de alguns programas não é suficiente para garantir sua sobrevivência. Essa é uma área em que os conflitos podem ser intensos com repercussões negativas para a saúde do programa. As relações entre Beltrame e diferentes comandantes oscilou, mesmo em se tratando de um programa que reduziu as mortes violentas intencionais.

No Distrito Federal, um programa inovador implementado pelo secretário de Segurança Pública e já mostrava resultados foi muito al-

terado graças a um conflito entre a Secretaria e a PMDF, que resultou na saída do secretário. Aliás, o ex-secretário, excelente pesquisador, em artigo instigante analisa dados de pesquisa sobre as secretarias de Segurança Pública e mostra como suas funções, sua estrutura interna, assim como suas relações com

outras instituições públicas, dentro e fora do governo estadual, variam muito de estado para estado.<sup>14</sup>

Informações fidedignas que orientavam as ações da Secretaria mostram uma forte concentração dos homicídios em poucas Regiões Administrativas (RAs), o que é relevante tanto do ponto de vista aca-



TABELA 1

**CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS NO DISTRITO FEDERAL: NÚMERO DE MORTOS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA, 2015**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE HOMICÍDIOS
RA 09 - Ceilândia	111
RA 06 - Planaltina	55
RA 07 - Paranoá	53
RA 13 - Santa Maria	53
RA 03 - Taguatinga	49
RA 05 - Sobradinho	43
RA 10 - Guará	41
RA 12 - Samambaia	40
RA 15 - Recanto das Emas	39
RA 02 - Gama	38
RA 14 - São Sebastião	25
RA 01 - Brasília	23
RA 04 - Brazlândia	21
RA 17 - Riacho Fundo	10
RA 19 - Candangolândia	5
RA 18 - Lago Norte	4
RA 08 - Núcleo Bandeirante	2
RA 11 - Cruzeiro	2
Ra 16 - Lago Sul	0

dêmico quanto do ponto de vista da prevenção e da repressão. Esse é um dos muitos conhecimentos que podem orientar o planejamento espacial da ação policial. Do ponto de vista acadêmico, torna clara a necessidade de produzir pesquisas usando dados espaciais mais reduzidos e específicos. Infelizmente, raramente os dados oficiais estão disponíveis nesse nível de especificidade.

Levando adiante a tarefa de buscar informações fidedignas trocamos informações com o ex-secretário de Segurança Pública, cuja experiência resumimos:

Arthur Trindade Maranhão Costa que, durante um período relativamente curto, foi o secretário de Segurança do Distrito Federal, mostra alguns resultados, começando por uma redução de 14% no número de homicídios em 2015. Na opinião de Maranhão Costa, foram duas as ações específicas mais importantes para atingir vários resultados: clareza nos objetivos primários: redução da taxa de CVLI's e aumento da sensação de segurança. Foram estabelecidos objetivos intermediários: aumento do número de armas de fogo apreendidas (função na qual a PM era a maior responsável) e da taxa de elucidação de homicídios (função na qual a PC era a maior responsável).

As cinco RA's que mais reduziram os homicídios foram as que focaram nas gangues e instruíram melhor os inquéritos (Tabela 1).

Maranhão Costa enfatiza a necessidade de estabelecer priorida-

des nas metas, deixando claras as atribuições e jurisdições, evitando superposições e conflitos. Os objetivos específicos são muitos, como em todos os programas exitosos, mas hierarquizados com competências claramente estabelecidas.

As características das instituições contam e influenciam as relações e as alianças entre subdivisões do mesmo estado. Por exemplo: a alta rotatividade do comando das PMs conspira contra a estabilidade dos acordos entre as secretarias de Segurança Pública e as PMs.

**A** grave recessão por que passa o Brasil reduz os recursos disponíveis em todos os níveis. Afeta as políticas públicas. Na recessão desaparece o incrementalismo orçamentário e se acirra a disputa por recursos. As prioridades dos governos contam mais. Essa disputa pode afetar os recursos destinados à Segurança Pública. Afinal, policiamento ostensivo requer policiais; informatização requer programadores, operadores e digitadores. Programas, como o Disque-Denúncia, têm requisitos óbvios de pessoal e treinamento, equipamento, e outros não tão óbvios. E assim por diante. A continuidade na política de Segurança Pública requer recursos.

Nesse ponto da análise se encontram vetores empíricos de origem diferente. Os orçamentos contam, sejam municipais, estaduais ou

federais. Afetam a participação das polícias, dos secretários e, em níveis hierárquicos superiores, de prefeitos, governadores e presidentes, assim como seus legislativos e judiciário. As decisões tomadas em todos esses níveis influenciam os resultados, sem esquecer a influência possível da opinião pública. Como as divisões orçamentárias somam zero, outros departamentos e programas competem por recursos finitos e a correlação de forças entre eles entra na equação. Cresce a competição entre os postulantes a receber recursos públicos.

Há uma dialética interativa entre o "todo" analítico – até agora consideramos o estado *cum* economia, suas partes e divisões, e as suas subdivisões e assim por diante, que influenciam o resultado, a existência e o êxito das políticas de Segurança Pública.

A recessão profunda que o país enfrenta encolheu o bolo, e que houve mais pressões sobre os orçamentos das secretarias de Segurança Pública, das PMs e das PCs. Quão profunda foram as restrições e os cortes depende da mencionada correlação de forças.

Suas consequências já se fizeram notar: recrudescer a violência, voltaram a crescer os homicídios em várias *poleis* – *mas não em todas*. A recessão não afetou igualmente as políticas de Segurança Pública e seus resultados em todos os estados.

Vejamos poucos casos emblemáticos, começando por Pernambu-

co. Há vários “períodos”. Entre 1990 e 1994, há estabilidade num patamar alto (taxas entre 35 e 40, aproximadamente); uma explosão entre 1995 e 1998, quando a taxa atinge 59; uma estabilidade nesse novo e alto patamar entre 1999 e 2007; uma clara tendência ao declínio de 2008 a 2013 (taxas de 53, em 2007, e 34, em 2013), período que corresponde à duração efetiva do Pacto pela Vida; em seguida, novo crescimento em 2014 e 2015. Nóbrega Júnior calcula que a taxa de homicídios de 2015

no estado de Pernambuco foi de 41,6 – correspondente a 3.891 assassinatos.<sup>15</sup> Raphael Guerra usa dados recentes para demonstrar a perda de energia do Pacto pela Vida.<sup>16</sup> que “continua perdendo a batalha para a violência” De Janeiro a Abril, inclusive, houve 1.412 mortes, 105 a mais do que no mesmo período de 2015, quando houve 1.307 mortes.<sup>17</sup>

O panorama em Minas Gerais é diferente: houve uma pequena queda nos homicídios em 2015; porém, nos dois primeiros meses de 2016,

houve um aumento de onze mortes, de 738 para 749.

O Rio de Janeiro resistiu bem à crise de 2015 no que concerne a taxa de homicídios, que foi de 18,6 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Foi a menor taxa dos últimos 25 anos; uma queda forte, de 15%, em relação a 2014. Houve 745 homicídios dolosos a menos.<sup>18</sup> Porém, os dados do ISP seguem uma categorização diferente da do SUS.<sup>19</sup>

Não obstante, a continuação da crise econômica, o fato de que o Rio



de Janeiro tem um gigantesco rombo nas suas contas e as mudanças no governo (o novo governador está licenciado por doença), colocavam em dúvida a continuidade dessa redução. De janeiro a abril o estado teve um aumento de 15% no número de homicídios dolosos.

**N**o Espírito Santo, a despeito dos conflitos entre o governador e seu antecessor, houve importante progresso em 2015. Vemos que houve um crescimento do número de mortos entre 2000 e 2009, quando houve 2.007 mortos. Em 2009 se iniciou um rápido declínio desse número, que atingiu 893 em 2013. Sem dúvida, um êxito. O declínio continuou durante a recessão. Em 2015, o número de homicídios teve uma queda de 9% em relação a 2014, e a taxa foi a menor dos últimos 23 anos.<sup>20</sup> A crise não impediu a continuação da redução dos homicídios no Espírito Santo, que teve, no primeiro semestre de 2016, o menor número de homicídios desde 2000: 604. Em 2009, o pior ano, foram 1.025 mortes no primeiro semestre, mais do dobro dos registrados em igual período de 2016. O governador, Paulo César Hartung Gomes, fora eleito pelo PSB em seu primeiro mandato, passou para o PMDB, partido pelo qual se elegeu em 2004. As boas políticas continuaram.

O estado de São Paulo atingiu uma taxa de homicídios dolosos mui-

to baixa, para os padrões brasileiros. Durante o primeiro semestre do difícil ano de 2016, continuou a redução no número de vítimas de homicídios e latrocínios, de 1.934 para 1.729 homicídios, e de 177 para 162 latrocínios. No total, de 2.111 para 1.891, duzentas e vinte vidas salvas. Porém, persiste o número elevado de mortes pela polícia, que é incompatível com esses resultados.

Analisamos as reações do número e taxas de homicídio em cinco estados. São, pelo menos, quatro padrões diferentes: piora visível em Pernambuco; em Minas Gerais, houve redução pequena em 2015, seguida de aumento no início de 2016 – em 2015 houve redução significativa no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em São Paulo; mas, no primeiro quadrimestre de 2016, o Rio de Janeiro sucumbiu aos seus problemas, ao passo que o Espírito Santo e São Paulo continuaram a fazer progressos importantes na redução dos homicídios dolosos e dos latrocínios.

Essa variação coloca em cheque a afirmação simplista de que, quando a economia vai bem, tudo vai bem; e de quando ela vai mal, tudo vai mal. Há, sem dúvida, uma relação, mas há muitos outros fatores influentes e intervenientes que provocam respostas diferenciadas.<sup>21</sup>

#### APÊNDICE METODOLÓGICO

Recentemente, em trabalho sério, Daniel Cerqueira levantou a questão das mortes com intencionalida-

de ignorada que, cuja correção, em algumas análises, seria suficiente para desacreditar a afirmação de que houve um declínio considerável da taxa de homicídios durante a administração Beltrame na SSP.<sup>22</sup>

Tenho três possíveis contribuições a fazer nessa área:

**I** – É um problema antigo, que precede em muitos anos a administração de Beltrame, e já foi muito mais grave. Não foi, portanto, uma fabricação criada para maquilar os números publicados que mostram queda de homicídios durante sua administração.

Apresento um gráfico que publiquei em *Não Matarás*,<sup>23</sup> que permite várias conclusões relevantes para o melhor entendimento da questão (Gráfico 1).

Enfatizando: é um fenômeno antigo, presente desde 1979, quando os dados foram sistematizados pela primeira vez;

Tendeu a crescer, com altos e baixos, até 1988-1990, com um forte declínio, isolado, em 1990. Em dois anos desta série, chegou a representar mais de 45% do total dos homicídios;

Foi, no período de 1979 a 1995, muito maior no estado do Rio de Janeiro do que nos demais estados;

A alta taxa do Rio de Janeiro alterou, significativamente, nesse período, a média nacional;

Houve redução acelerada no final do período (de 1992 em diante), observando-se uma queda da faixa de mais de 45% para a faixa de mais de 15%.



GRÁFICO 1

### AS MORTES COM CAUSAS IGNORADAS COMO % DO TOTAL DE MORTES VIOLENTAS RIO DE JANEIRO E BRASIL COM E SEM RIO DE JANEIRO, 1979 A 1995

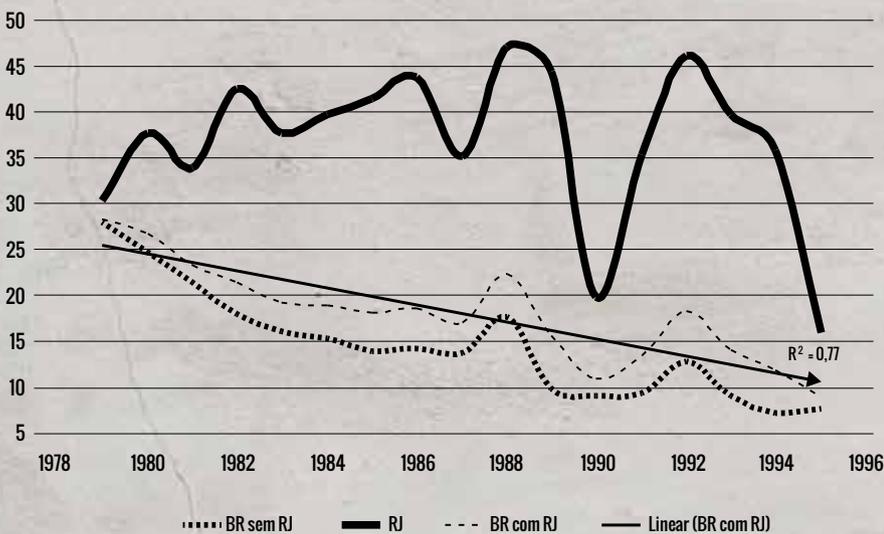
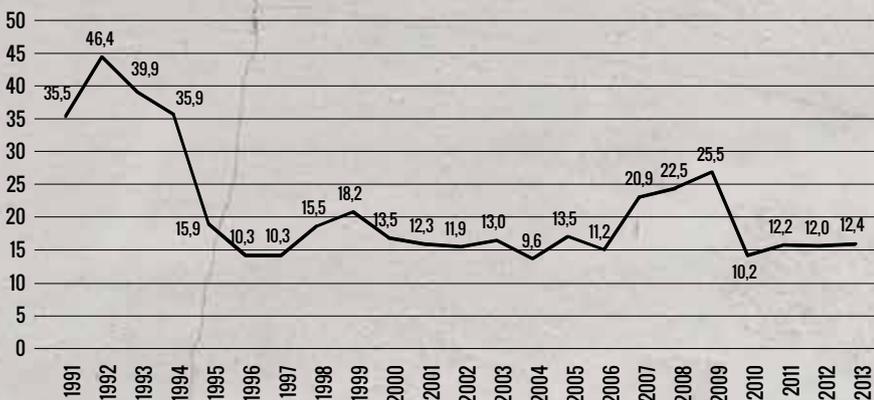


GRÁFICO 2

### PERCENTUAL DE MORTES POR CAUSAS INDETERMINADAS SOBRE O TOTAL DE CAUSAS EXTERNAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1991 A 1993



Uma interpretação das estimativas de Cerqueira levaria a crer que boa parte do *declínio* observado no Rio de Janeiro seria devido a essas mortes mal contabilizadas. Para que essa interpretação fosse verdadeira, a porcentagem das mortes “com intencionalidade indeterminada”, sobre o total dos homicídios, teria que ter crescido substancialmente, de maneira a compensar o declínio observado nas taxas de homicídio.

**II** – Há propostas sobre como “distribuir” os dados com intenção indeterminada. Quando, há vários anos, essa dificuldade foi colocada, propus que considerássemos os casos sem intenção determinada como se fossem amostra aleatória dos demais, somando os subtópicos assim recalculados aos já registrados como homicídios, suicídios e acidentes. A base seria nacional. Ignácio Cano e Dorian Borges melhoraram essa correção propondo usar o mesmo procedimento *em cada estado*.

A resposta do ISP à crítica de Cerqueira e suas repercussões não foi hostil – ao contrário, foi muito positiva: o governo do estado criou o Núcleo de Qualificação Estatística de mortes por causas externas (Nuquali).<sup>24</sup> O Núcleo já produziu resultados, inclusive um texto no qual Renato Dirk compara os dados das vítimas que foram classificadas com causa da morte indeterminada nas Declarações de Óbito (DO) com os dados do IML e com os Registros de Ocorrência (RO).<sup>25</sup> Fizeram isso

objetivando “encontrar (nos dados de polícia) e recodificar (nos dados da SVS/SES-RJ) as mortes classificadas como indeterminadas”. O esforço produziu os Gráficos 2, 3 e 4.

Comparando “as mortes provenientes de intervenção legal de ambos os sistemas, percebe-se que houve importantes diferenças numéricas ao longo do tempo. Os dados da Segurança Pública apresentam números muito maiores que os dados do SIM, o que leva a crer que as diferenças entre um e outro estariam classificadas, pela saúde, como agressões. Assim, seria recomendável somar as intervenções legais às agressões, do lado do SIM, e somar os homicídios provenientes de intervenções legais aos homicídios dolosos, pelo lado da polícia.”

**III –** Minha terceira contribuição propõe que há muitas vantagens em trabalhar com os dois sistemas. O SIM ignora o local da ocorrência. Com isso, as mortes são registradas no município e estado em que a vítima morre. No caso do Distrito Federal, o “morar em um estado e morrer em outro”, onera o DF e alivia, também artificialmente, as estatísticas de violência letal de Goiás e de Minas Gerais. Quando a análise é municipal, aumenta, artificialmente a violência dos municípios onde há hospitais para os quais as vítimas são levadas. Esse procedimento pode aumentar, *artificialmente*, em muito as taxas de mortes violentas de todas as origens, inclusive homicídios.

GRÁFICO 3

PERCENTUAL DE MORTES POR CAUSAS INDETERMINADAS SOBRE O TOTAL DE CAUSAS EXTERNAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2000 A 2014

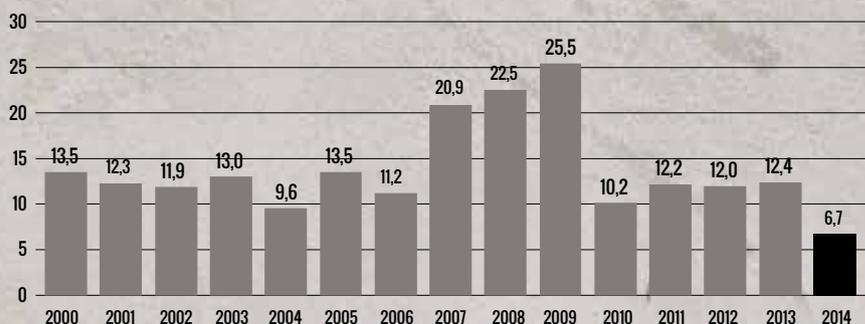
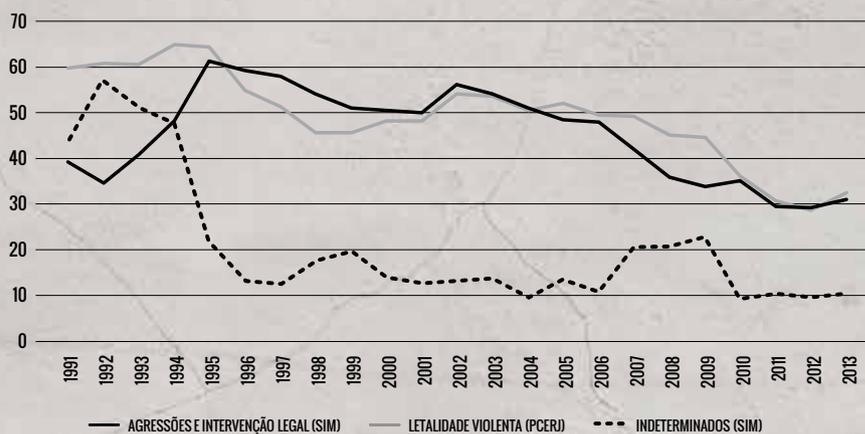


GRÁFICO 4

AGRESSÕES E INTERVENÇÃO LEGAL E LETALIDADE VIOLENTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TAXAS POR 100 MIL HABITANTES - 1991 A 2013



O comportamento ideal está implícito no trabalho de Dirk: usar os dois registros (Polícia e Saúde) para formar uma base integrada com informações mais exatas e completas do que as duas que a comporiam se usadas isoladamente. Infelizmente, a melhoria mais importante nos dados só é atingível em longo prazo por-

que requer treinamento e reeducação de todas as forças – para a melhoria dos BOs – e das equipes médicas – para a melhoria dos laudos baseados nas necropsias. ●

O autor é pesquisador do IESP/UERJ  
soares.glaucio@gmail.com

## NOTAS DE RODAPÉ

1. Novo Hamburgo é um exemplo recente. Ver a matéria em <http://www.fadisma.com.br/noticias/nusec-divulga-balanco-dos-principais-resultados-da-politica-municipal-de-seguranca-cidada-de-novo-hamburgo/>.
2. João Manoel Pinho de Mello é um dos muitos analistas competentes que enfatizam o prejuízo que o achismo trouxe e traz para a análise criminológica. Ver "Menos achismo e mais evidência científica no debate", publicação online, Instituto Millenium, 27/05/2014. Ver <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/menos-achismo-mais-evidencia-cientifica-debate/>
3. Sobre alguns exemplos municipais de crescimento e de redução das taxas de homicídios, ver <http://conjunturacriminal.blogspot.com.br/2009/02/as-politicas-estaduais-e-as-tendencias.html>
4. Recomendo a leitura de duas publicações do NBER: David R. Francis, What Reduced Crime in New York City, em <http://www.nber.org/digest/jan03/w9061.html> e Hope Corman e Naci Mocan, Carrots, Sticks and Broken Windows. NBER Working Paper No. 9061, Issued in July 2002. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w9061>
5. Um dos meus leitores sugere que ser "de estado" significa coisas diferentes para pessoas diferentes, sublinhando que há muitos que têm uma visão jurídico-burocrática na qual nada é "de estado" se não tiver uma lei que assim a defina, de preferência orgânica, inclua carreiras burocráticas, e mais.
6. Os prefeitos de Bogotá podem ser eleitos para mais de um mandato, mas não consecutivamente.
7. Na Colômbia, a jurisdição mais importante na área da Segurança Pública é municipal.
8. Para comparação, substituindo "São Paulo" por Bogotá, obtemos sete mil. Usando dados obtidos através do *Advanced Search* do *Google Scholar* e o número de páginas como indicador. Sublinho que não é uma contagem exata; é, apenas, uma estimativa.
9. Dois trabalhos de 2016, ainda não publicados, reduzem a margem para incerteza De Mello e Lima concluíram, provisoriamente, que 7% da redução dos homicídios nas favelas paulistas dominadas pelo PCC poderiam ser atribuídas a essa hegemonia, ao passo que Justus, Kahn e Cerqueira não encontraram efeitos significativos. Kahn, em Túlio Kahn – "Queda da criminalidade em São Paulo: culpa do PCC?", em *Espaço Democrático*, 21-06-2016 resume o debate.
10. P. Nadanovsky, O aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005, em *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(8):1859-1864, ago, 2009. O melhor ajuste, segundo esse trabalho, é com um "lag" de três anos.
11. José Dínio Vaz Mendes, Redução dos homicídios no Estado de São Paulo, em BEPA, *Bol. epidemiol. paul.* (Online) vol.7 no.78 São Paulo jun. 2010.
12. Ver, nessa linha, João Manuel Pinho de Mello e Alexandre Schneider, Mudança demográfica e dinâmica dos homicídios no Estado de São Paulo, *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2007.
13. SOARES, G.A.D. Baixam os homicídios no Rio de Janeiro. *Academia.edu*, 2015. [http://www.academia.edu/13068216/Baixam\\_os\\_homic%C3%ADdios\\_no\\_Rio\\_de\\_Janeiro](http://www.academia.edu/13068216/Baixam_os_homic%C3%ADdios_no_Rio_de_Janeiro) e Soares, G.A.D., Terron, S. y Andrade, S., Matar y morir in Río de Janeiro, Trabalho apresentado ao 8º Congreso Consejo Europeo de Investigaciones Sociales en América Latina, organizado pelo Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, 28 de junho a 1º de julho de 2016.
14. Arthur Trindade Maranhão Costa, "Estado, Governança e Segurança Pública no Brasil. Uma Análise das Secretarias Estaduais de Segurança Pública". A ser publicado em *Dilemas*.
15. A história dos homicídios em Pernambuco, em Opinião, Blog do Jamildo, 22/01/2016.
16. Uma análise importante dos anos positivos do Pacto pela Vida é a de José Luiz Rattón, Clarissa Galvão, Michelle Fernandez, O pacto pela vida e a redução de homicídios em Pernambuco, Artigo Estratégico, Instituto Igaraapé, Agosto de 2014.
17. <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/ronda-jc/2016/05/04/epidemia-da-violencia-pernambuco-registra-em-media-12-assassinatos-por-dia/>
18. Não podemos ignorar que as facções declararam sua intenção de recuperar território e iniciaram uma campanha letal contra a polícia e as UPPs.
19. Sublinho que os dados do ISP são organizados por uma equipe honesta, transparente e competente. A diferença em relação ao SIM reside em que a categorização usada está baseada na definição legal de homicídio.
20. Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp).
21. Justus dos Santos e Kassouf fizeram uma revisão séria dos estudos da criminalidade a partir de fatores econômicos. Ver Marcelo Justus dos Santos e Ana Lúcia Kassouf, Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias. Pode ser baixado de [www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p343\\_372.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p343_372.pdf)
22. Daniel Cerqueira, Mapa dos Homicídios Ocultos no BRASIL. IPEA, TD 1848, Brasília, julho de 2013. Essa é a versão publicada, mas há, pelo menos, um documento anterior, Cerqueira, Daniel. Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. 1ª versão – outubro de 2011. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/content/mortesviolentas-n%C3%A3o-esclarecidas-norio-de-janeiro>.
23. Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios, FGV, 2008, ISBN: 85-225-0666-3.
24. Participam um servidor da Secretaria de Estado de Saúde lotado no ISP, um servidor da PCERJ lotado no ISP e o coordenador do ISP. Núcleo de Qualificação de Estatísticas de Mortes por Causas Externas, Decreto nº 44.976 de 1º de outubro de 2014. Diário Oficial. ANO XL - Nº 184. 2 de outubro de 2014.
25. Comparação entre os Registros de Ocorrência (PCERJ) e as Declarações de Óbitos (SVS-SES/RJ).

# SAIBA ANTES DE QUEM SABE ANTES.

Assine o **Relatório Reservado** e receba  
diariamente as informações mais exclusivas  
da economia e da política.

(21) 2526-7004  
[www.relatorioreservado.com.br](http://www.relatorioreservado.com.br)  
[www.facebook.com/relatorioreservado](https://www.facebook.com/relatorioreservado)

**Relatório Reservado**



# bestial

**FOTOS** MUSEU DA TORTURA MEDIEVAL DE PRAGA  
**POEMAS** ALEX POLARI

Não era mole aqueles dias  
de percorrer de capuz  
a distância da cela  
à câmara de tortura  
e nela ser capaz de dar urros  
tão feios como nunca ouvi.

Havia dias que as piruetas no pau-de-arara  
pareciam ridículas e humilhantes  
e nus, ainda éramos capazes de corar  
ante as piadas sádicas dos carrascos.

Havia dias em que todas as perspectivas  
eram prá lá de negras  
e todas as expectativas  
se resumiam à esperança algo cética  
de não tomar porradas nem choques elétricos.





Eu me lembro  
usava calças curtas e ia ver as paradas  
radiante de alegria.  
Depois o tempo passou  
eu caí em maio  
mas em setembro tava pelaí  
por esses quartéis  
onde sempre havia solenidades cívicas  
e o cara que me tinha torturado  
horas antes,  
o cara que me tinha dependurado  
no pau-de-arara  
injetado éter no meu saco  
me enchido de porrada  
e rodado prazeirosamente  
a manivela do choque  
tava lá – o filho da puta  
segurando uma bandeira  
e um monte de crianças,  
emocionado feito o diabo  
com o hino nacional.







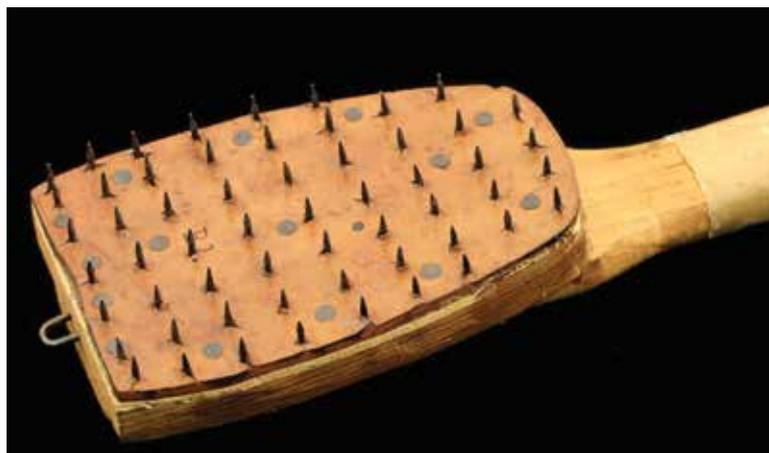
Nos instrumentos da tortura ainda subsistem, é verdade, alguns resquícios medievais como cavaletes, palmatórias, chicotes que o moderno design não conseguiu ainda amenizar assim como a prepotência, chacotas cacoetes e sorrisos que também não mudaram muito.

Portanto, para o pesar dos velhos carrascos nostálgicos, não é necessário mais rodas, trações, fogo lento, azeite fervendo e outras coisas mais nojentas e chocantes.





Eles costuraram tua boca  
com o silêncio  
e trespassaram teu corpo  
com uma corrente.  
Eles te arrastaram em um carro  
e te encheram de gases,  
eles cobriram teus gritos  
com chacotas.



Eles queimaram nossa carne com os fios  
e ligaram nosso destino à mesma eletricidade.  
Igualmente vimos nossos rostos invertidos  
e eu testemunhei quando levaram teu corpo  
envolto em um tapete.





**EDUU**

**À PROVA**

**À O**

**CA**

# BANCO SCHOLAR: O ENSINO COM FINS (MUITO)

# LUCRA

S  
O  
S

F

EDSON NUNES

Cientista social

IVANILDO FERNANDES

Pesquisador

Em agosto de 1997 o Brasil criou um novo setor econômico por meio de Medida Provisória<sup>1</sup>, incentivando as pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior (IES) a assumir qualquer forma jurídica, de natureza civil ou comercial.

Nascia um novo setor econômico: o ensino superior com finalidade lucrativa, que desde então cresceu à taxa média de 6% ano. Este setor infante e fogoso,

deverá ser, em 2017, responsável por 50% de todas as matrículas no ensino superior no Brasil. O ponto de virada foi em 2014, quando as lucrativas passaram, em matrículas, as não lucrativas, atingindo 3.171.300 matrículas (40,5%), contra 2.706.899 das não lucrativas (34,5%). O Sistema e-MEC<sup>2</sup> aponta a existência de 1.196 IES com finalidade lucrativa, frente a 1.184 sem finalidades lucrativas. Além de 308 públicas. Cerca de 70 das IES sem

finalidade lucrativa também combinam a natureza comunitária, e 14 delas acumulam a característica confessional.

Em pouco mais de 15 anos o setor lucrativo saiu da inexistência para cerca de 50% da oferta e mais da metade do número total de IES. Estamos registrando o momento exato da virada, do sucesso da política iniciada naquele agosto, há 19 anos.

Então, combinemos, para aborrecimento de muitos: o ensino



superior brasileiro constitui um novo setor econômico, inventado por FHC e com poderoso fermento adicionado nos governos do PT. “Companheiros” sociais-democratas, o PSDB e o PT, inventaram algo que só existe no Brasil: a âncora lucrativa para o ensino superior, que vem prestando relevante papel no crescimento e massificação do ensino superior, vergonhosamente atrasado, em termos comparativos, em sua pífia cobertura. Sem a forte

taxa de expansão das lucrativas ainda estaríamos mais atrasados.

Existem IES com finalidade lucrativa em outros países, mas são marginais no número de estudantes e no conjunto de IES, além de apenas toleradas na maior parte dos países. E enfrentam escrutínios severos, como nos EUA onde a maioria do ensino superior é de oferta pública, mas lá se cobram mensalidades dos estudantes. E, acredite, também na China se cobram mensalidades, ou

melhor, contribuições, para soar melhor com o regime local.

Eis aí algo brasileiro, além da jaboticaba. Esta âncora lucrativa é invenção nossa. É política de Estado, escorada em lei do Congresso Nacional, de iniciativa do Poder Executivo. Não obstante, o setor privado, especialmente o lucrativo, é alvo de chacota e, acredite, costumava ser tratado aos tapas pelo próprio governo-mãe, que o germinou. Dirigentes e servidores do MEC

destinam ao setor um olímpico desprezo. Contudo, do sucesso da atividade mercantil decorre outro, de governo: o Fies e o Prouni. A invenção é um sucesso. Mas a burocracia do MEC ainda, frequentemente, manifesta desgosto pela sua criatura.

### ORGANIZAÇÕES DE INTELIGÊNCIA E O ENSINO SUPERIOR

Organizações de inteligência são entidades únicas, se comparadas com todas as outras. Na indústria, no comércio, na filantropia, nas organizações assistenciais não governamental, nos sindicatos, valem princípios organizatórios rotineiros e conhecidos pela teoria da administração, baseados na ideia de linha de comando, organização, rotina e poder. Nelas, a estrutura comanda a função, o organograma aponta fluxo, comando, hierarquia e obediência.

Organizações de inteligência não funcionam assim. Primeiro, havendo muitos degraus hierárquicos entre o jovem e indômito criador e o poder decisório, perde-se energia criativa e potencial de inovação, porque os escalões intermediários acabam bloqueando as inovações por amor a seus cargos e poder. Nestas, a distância entre o topo e a base técnica precisa ser mínima, sem hierarquia burocrática, de modo a viver do mérito explícito e não do mérito hierárquico e postos

intermediários de chefia. Precisam ser sistemas abertos já que vivem de informação e trocas com o meio ambiente.

Daí que, naturalmente, organizações de inteligência precisam ser comandadas por lideranças técnicas competentes sem apego a hierarquias, sendo ilógico seu comando por corporações, grêmios estudantis, partidos políticos, religiosos, famílias de rentistas predadores ou banqueiros. Em tais organizações, ao contrário do que ensina a teoria administrativa, a função determina a estrutura, e não o contrário. Organizações de inteligência não se dão bem se administradas por organização hierárquica do trabalho, compartimentalizada<sup>3</sup>. Tal organização serve bem para processos repetitivos que independem de inovação. Não servem para universidades, grupos de teatro, ou mesmo bandas de rock ou criativas empresas do Vale do Silício, a partir das quais desenhou-se muito do conhecimento sobre organizações de inteligência e seu funcionamento.

A governança do ensino superior é dividida, desde a Lei nº 173 de 10/09/1893, entre "mantidas" e "mantenedores". Coisa esquisita, pois o termo parece subvertido do seu signo original. "Mantenedor" é proprietário ou benemérito de uma IES, seja o

banco, a ordem confessional, a família de rentistas e o governo. Exceto pelo governo, mantido por nós, mantenedor é mantido pelo negócio que o mantém. É a IES que gera recursos para os investidores, famílias de rentistas. O mantenedor, na maioria dos casos é o manteúdo.

### O MEC NÃO MANDA NADA?

Ele dá licenças burocráticas e submete as entidades ao calvário da avaliação regulatória, onde se contam, números de docentes obrigatórios por vaga-equivalente, oferta de cursos sobre a herança afrodescendente e outras várias medidas e informações compulsórias. São tidos como critério de qualidade, mas são de regulação, em que qualidade significa obedecer, por coerção, comandos que concedem voz e vez a diferentes atores. Na arena da educação superior, há disputa pela concepção de qualidade, e os vencedores terão o direito de impor, por decreto, sua concepção de qualidade aos vencidos.

O MEC também submete os alunos a um "Provão", apelidado de ENADE, indagando coisas que não servem para seu futuro. O Provão atribui 75% de sua nota aos componentes específicos do curso superior, atendido pelo aluno, e 25% da nota aos componentes gerais, de sua vida pretérita, familiar, ensino médio. Estranhamente, apesar da atenção

aos conteúdos “profissionais”, uma baixa percentagem de alunos, exceto em alguns cursos, notadamente os da área médica, trabalha nas “profissões” que estudaram. Entre, por exemplo, os formados em Direito, menos da metade dos egressos trabalha na profissão e de um modo geral cerca de 1/3 de egresso de cursos que levam às profissões atua em sua área, como revelam os dados do censo do IBGE/2010. Gasta-se fortuna examinando alunos em conhecimentos desnecessários à sua vida futura e, com base nestes resultados, inventam-se índices, baseados em pedaladas aritméticas, não testadas em qualquer outra parte do mundo, por meio dos quais dão notas, de 1 a 5, às entidades de ensino superior. Quanto aos índices do MEC, o presidente do Inep admitiu que sua “metodologia” buscava legitimar o desejo do ministro da educação, que queria ver, no *top 10* dos rankings, as IES que ele entendia como de qualidade<sup>4</sup>.

Há 43 profissões de ensino superior regulamentadas por lei no Brasil. O que chamamos de profissão, aqui, na maioria, são ocupações triviais de uma economia moderna escorada em grandes setores terciários, tais como administradores, bibliotecários, economistas, jornalistas. Cada um com seus direitos, monopólios e uma autarquia para chamar de sua,

extraído do Congresso lei que lhes dá fundamento “profissional” e lugar privilegiado na arena política. Estão organizadas em conselhos corporativos, sindicatos, na verdade, que lhes garantem um poder de voz e pressão política, a partir da qual extraem do Conselho Nacional de Educação (CNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para aquele curso específico. O ministro da Educação

as homologa. E está definido o que se vai ensinar. A LDB diz que existirão Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores, em todo o território nacional. Cursos com DCN são, preferencialmente, aqueles examinados no Enade. A inexistência de DCN para cursos experimentais e criativos tem servido de argumento para limitar tais iniciativas, sob a ameaça de não serem reconhecidas pelo MEC.

Aí fecha-se o círculo no qual o MEC só entrou como espectador, veículo da voz das corporações. O conteúdo do que se ensina é ditado por interesses de corporações “profissionais” protegidas por lei. Aprovado pelo CNE e pelo ministro da Educação, resulta em provas oficiais combinadas com algumas invenções aritméticas e determinações legais, a partir das quais se cria um **ranking** de IES, elaborado de forma tosca e primitiva e que não poderia ser comparado aos demais rankings da educação superior adotados mundo afora.<sup>5</sup>



## O CONTEÚDO DO QUE SE ENSINA É DITADO POR INTERESSES DE CORPORAÇÕES “PROFISSIONAIS”

### E NÃO HÁ CONCLUSÕES?

Inconcluso o capítulo a ser escrito sobre o futuro do ensino superior no Brasil. São muitas as dificuldades, as barreiras, as opiniões em conflito e, acima delas, o conglomerado de escolhas feitas ao longo

dos anos, ademais de um cipoal ideológico primitivo.

Por volta de 75% dos estudantes precisam pagar para estudar, sem desconto, salvo diminuta fração, do imposto de renda pago por suas famílias. Pagam duplamente, o imposto e o estudo.

Cerca de 25% dos estudantes não pagam para estudar. E suas famílias não pagam mais imposto de renda. Nestes casos, não há outra conclusão, usufruem de um imposto de renda negativo.

Tudo é fruto de provisões constitucionais, pelas quais as IES mantidas pelo governo, erroneamente chamadas de entidades públicas, devem oferecer ensino gratuito. Outra provisão constitucional: as universidades oferecem, indissociadamente o ensino, a pesquisa e a extensão. E ainda que o diga a Constituição, não é verdade que assim o façam as 233 universidades brasileiras, incluindo os institutos federais.

Querem os defensores de tal provisão argumentar que o ensino tem mesmo que ser constitucionalmente indissociável da pesquisa, uma invenção nossa. É lei, mas não é fato. O ensino não só é perfeitamente dissociável da pesquisa, como a literatura mundial especializada enfatiza que, em muitos casos, um não ajuda o outro.

Em adição, as universidades brasileiras não passam de

uma federação de escolas profissionalizantes dedicadas a ensinar conteúdos ditados por corporações profissionais por meio da chancela do CNE/MEC. E são federações porque, reza a lenda, o governo federal, após manifestar sua preferência pela universidade, em 1931, queria limitar a existência de estabelecimentos isolados, insistindo, até a década de 1970, em reuni-los em universidades<sup>6</sup>.

A pesquisa universitária brasileira ocorre somente na pós-graduação. E faz sentido. Se a graduação é uma federação de escolas profissionalizantes, o melhor que teria a fazer seria bem ensinar as profissões. Mas até isso seria de baixa serventia, já que os estudantes não trabalham naquilo que estudam, o que, por sua vez, permite concluir que tudo isso equivale a um enorme e desnecessário gasto de dinheiro e de pessoal.

Finalmente, se as universidades fossem de fato organizações de inteligência, como se espera, como poderiam ser governadas por sacerdotes, banqueiros, predadores e burocratas, seus "mantenedores"? Há ainda estranho fato, as IES confessionais, que já foram a maioria, estão minguando, são agora 36 (as PUCs, metodistas, presbiterianas e luteranas), com 3,6% das matrículas (280.636). Mas, a maioria das IES católicas já não é confessional,



## O MEC NÃO TEM FUNÇÃO ROBUSTA NO QUE SE REFERE À POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR

e os microdados do Inep (2014) apontam duas com finalidade lucrativa. O sacerdote-banqueiro, será mesmo um fato novo?

Não se imagine que estamos aqui a falar mal do setor mercantil. Não estamos. Presta relevante serviço. E geralmente é bem administrado, ao contrário das "não lucrativas" e "filantrópicas". O Brasil inventou um compósito institucional interessante, no qual tem cabido ao setor lucrativo a massificação do ensino superior. Mas ao inventar o compósito, o país se recusa a tirar proveito desta divisão social do trabalho institucional que criou. Tem insistido, por exemplo, que as universidades do governo

também se massifiquem. E ainda as organiza como burocracias típicas nas quais todos os professores auferem o mesmo salário em todo o território nacional, independentemente do seu trabalho científico, ou ausência dele. A pasteurização de todas as universidades não tem nos ajudado a ter universidades de ponta. Já o segmento “não lucrativo”, composto, inclusive por várias entidades filantrópicas, esconde muitas IES claramente mercantis, lucrativas e, portanto, predadoras de vantagens tributárias. Mais cristalinas são as lucrativas, já que muitas delas, além do olhar dos investidores, prestam contas à CVM e à NYSE, enquanto as não lucrativas não prestam contas a ninguém. Há pouco tempo, por exemplo, contrariamente ao bom senso, já que universidades não estão aí para serem fechadas, mas sim corrigidas, o MEC houve por bem fechar, no Rio, duas universidades “não lucrativas”, administradas por predadores. Há uma terceira a caminho,

igualmente administrada por predadores. As lucrativas são mais transparentes.

Não perguntem ao MEC. É um ministério sem função robusta, no que se refere à política de ensino superior. Funciona razoavelmente nas políticas sociais, como no financiamento estudantil, quotas, Prouni. Mas nenhuma delas tem conteúdo educacional. São operações de crédito ou de renúncia fiscal.

Há duas respostas para a questão.

A primeira se refere à pós-graduação, financiada e avaliada pela CAPES, mas governada por seus comitês técnicos, que buscam garantir a qualidade do segmento. Em resumo, a pós-graduação é governada pelos comitês científicos, não pelo MEC. E neste nível, sacerdotes, banqueiros, predadores rentistas e burocratas não têm voz. A praga corporativo-profissionalizante que comanda os conteúdos da graduação não tem voz, simplesmente porque na pós-graduação não se ensinam

conteúdos profissionalizantes, não se emitem licenças para monopólios profissionais sob o tacão de leis extraídas de nossos congressistas, tão cortesões com corporações, sindicatos e equivalentes.

A segunda, se refere à graduação. Por ser repetitiva, profissionalizante, parametrada, mimetizante, engessada por DCNs e ENADE, não dialoga com a criatividade e inovação. Assim como o MEC, refuta o novo. Pode, perfeitamente, ser governada pelo passado, pela lógica burocrática. O ensino superior é organização de inteligência no seu nível pós-graduado e organização rotineira e burocrática na graduação. ●

---

Edson de Oliveira Nunes é PhD em Ciência Política pela University of California at Berkeley- EUA, coordenador do Observatório Universitário/RJ e presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)  
[edsondnunes@gmail.com](mailto:edsondnunes@gmail.com)

Ivanildo Fernandes é pesquisador do Observatório Universitário/RJ, mestrando em educação pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Avaliação da Educação Superior pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/PR)  
[ramos.ives@gmail.com](mailto:ramos.ives@gmail.com)

## NOTAS DE RODAPÉ

1. A Medida Provisória (MPV) nº 1.477-39/1997 foi convertida na Lei nº 9.870/1999.

2. A consulta foi realizada em 03 set, 2016, em <http://emec.mec.gov.br/>

3. Para avançar no tema, recomendamos: NUNES, Edson; RONCA, Antônio Carlos Caruso. Avaliação, regulação, acompanhamento: Há competência técnica e equidade na atuação do Governo?.

Documento de Trabalho nº 59. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, 2006. Disponível em <[http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos\\_de\\_trabalho/documentos\\_de\\_trabalho\\_59.pdf](http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_59.pdf)>. Acesso em 03 set. 2016.

4. Entrevista concedida em 2014 a Ivanildo Fernandes (UCAM), José Carlos Rothen (UFSCAR) e Fabiane Robl (USP).

5. NUNES, Edson; FERNANDES, Ivanildo; ALBRECHT, Julia Vogel de. Regulação e Ensino Superior no Brasil. In: Paulo Tafner; Hamilton Tolosa; Léo da Rocha Ferreira; Carolina Botelho. (Org.). Caminhos Trilhados e Desafios da Educação Superior no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016, v. 01, p. 59-121.

6. Neste sentido, ver Parecer CFE nº 47/93, do conselheiro Edson Machado.

CABE A EDUCAÇÃO NA

# LEI ROD

# ANETTI?

ANTONIO FREITAS  
Engenheiro

ANA TEREZA SPINOLA  
Economista



**O** ano é olímpico, mas a educação brasileira está longe de conquistar um lugar no pódio. Levantamento realizado pelo movimento Todos pela Educação (TPE), com base no Censo Escolar de 2015, revelou que as escolas públicas de todo o País ainda têm muito a evoluir. Os dados indicam que apenas 4,5% dessas escolas possuem todos os itens de infraestrutura previstos no Plano Nacional de Educação (PNE). Itens básicos, como água, energia elétrica, rede de esgoto, além de espaços para práticas desportivas e acesso a bens culturais, com baixo percentual de oferta, são pontos que causam muita preocupação.

Os atuais problemas e desafios do sistema educacional brasileiro não param por aí. O Ministério da Educação apresentou os dados do Censo da Educação 2015, e os números mostraram que, não obstante os avanços obtidos em direção à universalização, ainda há muito a ser feito nesse campo. Foi apontado que, atualmente, três milhões de crianças, entre quatro e 17 anos, não têm acesso à escola. O número contraria o PNE, que prevê que todas as crianças até 17 anos estejam matriculadas. Além disso, a cada minuto, três alunos abandonam os estudos, e apenas 32,3% dos brasileiros, de 18 a 24 anos, cursam ou cursaram

o Ensino Superior, entre outras duras constatações.

Na contramão dos países desenvolvidos, bem posicionados nos rankings mundiais de educação, o Brasil carrega as marcas do atraso e corre o risco de retroceder nas suas parcas conquistas, caso não sejam realizadas mudanças profundas e efetivas. Os países mais avançados são justamente aqueles que investem – e bem – na educação. Um comparativo bem simples demonstra que o Brasil destina por estudante o valor de três mil dólares por ano enquanto os Estados Unidos dedicam 15 mil dólares e a Suíça, 16 mil dólares. Os dois exemplos de sucesso são superlativos, é bem verdade. Mas o que dizer do ranking mundial de educação, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano passado, no qual o Brasil figura na 60ª posição em educação?

Com um ensino de baixa qualidade e infraestrutura falha desde os primeiros anos de formação, a perspectiva de evolução intelectual e cultural dos alunos brasileiros segue uma perigosa curva descendente. Alguns problemas são de ordem estrutural e cortam verticalmente o setor de educação, a exemplo do tratamento de água e esgoto. Nesse contexto, é recomendável a aceleração de projetos e Parcerias



## ATUALMENTE, TRÊS MILHÕES DE CRIANÇAS, ENTRE QUATRO E 17 ANOS, NÃO TÊM ACESSO À ESCOLA

Público-Privadas (PPPs). As iniciativas entre o poder público e os entes privados, nas suas mais diversas formas, podem e devem ser utilizadas, aproveitando-se das experiências mundiais bem-sucedidas. Ou seja, podem-se suprir, por meio de outras fontes regulamentadas, a escassez de dinheiro público aplicado na área educacional e as respectivas ineficiências da máquina pública.

Entre as ações que ajudariam a educação brasileira a trilhar um novo caminho está o projeto de possibilitar que empresas

privadas possam deduzir parte do imposto de renda para investir em escolas públicas. Nos moldes da Lei Rouanet para a cultura, seria uma forma de captar e direcionar recursos privados para as políticas de ampliação dos investimentos e melhoria da qualidade das escolas públicas do País. Todo o processo seria acompanhado não só pelos órgãos do setor, mas também pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal (PF).

Uma pergunta que merece reflexão sem desmerecer a causa é: por que aqui no Brasil, a Lei Rouanet, voltada para a cultura, prevaleceu? A educação também é parte fundamental para a formação de um indivíduo, tanto no aspecto profissional como pessoal. É um dos pilares que sustentam

o desenvolvimento de um país. A educação e a cultura são complementares, devem andar juntas e merecem uma atenção igualitária dos governantes, dos líderes empresariais e da sociedade como um todo. As áreas de esporte, cultura e social já dispõem de uma legislação federal que fixa incentivos fiscais, mas o setor de educação ainda sofre com a falta de leis específicas.

Nos Estados Unidos, as empresas podem abater do imposto de renda para investir em universidades, por exemplo. Essa prática gera grandes avanços e bons resultados, tanto para a qualidade do ensino como para a área de pesquisa. Não é à toa que os Estados Unidos têm 60 instituições universitárias

entre as 200 melhores do mundo. No Brasil, todavia, essa iniciativa ainda está começando a ganhar corpo no Senado Federal. Já se encontra com os senadores Blairo Maggi (PR-MT), José Medeiros (PPS-MT) e Wellington Fagundes (PR-MT) anteprojeto de lei que propõe a criação de incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas que façam doações à área da educação. Apelidado de "Lei Rouanet do Ensino", visa captar e direcionar recursos privados a políticas de ampliação dos investimentos e melhorias nas redes de escolas públicas (e privadas) além de promover e estimular a construção e a ampliação de unidades escolares, financiar programas de atualização e aperfeiçoamento dos profissionais, propiciar a

**NOS ESTADOS  
UNIDOS, AS  
EMPRESAS PODEM  
ABATER DO  
IMPOSTO DE RENDA  
PARA INVESTIR EM  
UNIVERSIDADES**



concessão de bolsas de estudo, entre outros objetivos.

De acordo com o anteprojeto, no caso das pessoas físicas, a dedução chega até 100%, observado o limite de dedutibilidade de 6% do imposto total devido, sendo que não exclui o percentual máximo de aproveitamento dos incentivos fiscais, em cada ano, destinados aos demais incentivos federais – Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lei Rouanet e Audiovisual. Já a dedução do imposto de renda para as pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real, também chega a 100% dos valores despendidos com doações ou patrocínio de projetos educacionais, dentro do limite de dedutibilidade de 4% do imposto devido. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido poderão deduzir do imposto sobre a renda até 50% das doações a projetos educacionais. Esse anteprojeto é revolucionário na medida em que poderá alavancar, em muito, a educação básica e superior, sem a participação financeira direta da União.

Uma segunda iniciativa seria as empresas auxiliarem escolas e universidades públicas nos processos de gestão e melhoria de sua infraestrutura e de seus ativos fixos. Como, por exemplo, financiar a construção de salas de convivência, quadras esportivas,

laboratórios, bibliotecas e itens de higiene ou até complementar o salário de professores. A empresa ofereceria uma colaboração sem nenhuma contrapartida, apenas por saber o valor dessas benfeitorias – desde as mais simples até as mais grandiosas – para a melhoria do nível de ensino e da educação como um todo no País.

O retorno se daria de forma natural e automática para essas companhias, visto que estarão inseridas em um mercado com melhor nível de alunos e futuros profissionais, mais competitivos, produtivos, dinâmicos e bem remunerados. Em paralelo, aumentam-se o consumo e as vendas e estabelece-se um mercado mais aquecido e com maior poder aquisitivo. É desse ciclo virtuoso que o Brasil tanto precisa. Sem contar na diminuição da criminalidade, uma vez que a educação impacta diretamente na redução dos casos de violência.

Essa forma de parceria também é um ótimo instrumento de marketing e de relacionamento, uma vez que as empresas poderiam utilizar as instalações dos centros de ensino para divulgar os seus produtos e negócios. Sem contar que as companhias, em especial, as maiores, teriam a oportunidade de apresentar no balanço social, junto com os resultados financeiros, as ações sociais realizadas via

incentivos fiscais. Com isso, há uma maior empatia pela marca, alavancagem na comercialização dos produtos, bem como na cotação das ações das empresas listadas em bolsas de valores.

Outra forma de parceria, já amplamente difundida em alguns países, é o modelo *Charter School*, em que parceiros privados fornecem serviços educacionais mediante o pagamento do ente público, por meio de um contrato próprio. O projeto conta com metas e avaliação de desempenho que, de uma forma geral, desenvolvem a qualidade do ensino. Atualmente, há mais de seis mil escolas com esse perfil nos Estados Unidos. No Brasil, o governo do Pará está construindo 50 escolas de Ensino Médio para testar o modelo. O projeto conta com o apoio do Instituto do Banco Mundial, que tem atuado no País em projetos de PPP.

As escolas *Charters*, apesar de públicas, têm uma administração mais autônoma. Em vez de currículos rígidos, os gestores têm a liberdade para desenhar grades individuais que atendam melhor às demandas específicas de cada escola. Ao mesmo tempo, têm independência administrativa para adotar uma determinada organização interna e contratação e demissão de pessoal. Além disso, como o financiamento é condicional à performance, isso garante aos gestores públicos maior capacidade

de fiscalização e espaço para troca de boas práticas. Diversos estudos apontam que esse modelo tem um efeito positivo sobre o desempenho acadêmico dos alunos. As *Charter Schools* têm se provado exemplarmente eficientes em virtude dos cuidados que normalmente as grandes empresas têm com o aprimoramento de seus colaboradores e com a manutenção das suas instalações físicas.

No mundo inteiro, há experiências similares, como na Inglaterra França Japão e Austrália. No caso da Inglaterra, a partir do início desta década, o sistema foi batizado de “Academia”, em que o governo localiza escolas com problemas de gestão e de desempenho e convoca a iniciativa privada para melhorar esses aspectos. Nos países citados, entretanto, a regra é que o sistema *charter* não seja o predominante. Na Inglaterra, apenas 200 unidades operam nessa linha. Já os Estados Unidos ingressaram nesse modelo uma década antes, concentrando as primeiras ações em escolas localizadas em regiões violentas e que apresentavam baixo desempenho nas avaliações nacionais. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, trata as escolas *charters* como fundamentais para a ampliação da qualidade da rede pública no país.

Também nos Estados Unidos, as doações de empresas,

milionários e ex-alunos são parte fundamental do orçamento das universidades e estão até mesmo na origem de muitas dessas instituições. Para que se tenha uma ideia, o valor dos dez maiores fundos de universidades americanas, os *endowments funds*, ultrapassava US\$ 140 bilhões em 2011, segundo dados do Instituto de Ciências da Educação dos EUA. Esses recursos patrocinam desde projetos de pesquisa, construção de salas ou prédios até bolsas para os alunos. As universidades americanas estão totalmente organizadas para receber essas verbas. Já aqui no Brasil, essa prática ainda esbarra no receio de os recursos doados não serem bem utilizados, na burocracia e na falta de estrutura para as doações.

Doações feitas por filantropos, ex-alunos e empresários são essenciais para a manutenção de diversas universidades do mundo. Nos Estados Unidos, até 40% do orçamento de instituições – como a universidade Harvard ou o Massachusetts Institute of Technology (MIT) – é proveniente dos *endowment funds*, compostos por dotações de grandes doadores cujos rendimentos são investidos em bolsas de estudo, pesquisas e melhorias na infraestrutura. No Brasil, esse modelo de financiamento, embora ainda pouco utilizado, começa a dar alguns sinais. Pelo menos oito universidades

e instituições de pesquisa estão criando fundos desse tipo, voltados para complementar as fontes tradicionais de recursos destinados para o ensino e pesquisa. O principal exemplo é o da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), que lançou dois fundos *endowment* nos últimos três anos, o Amigos da Poli, com patrimônio de R\$ 5 milhões; e o *Endowment* da Poli, com R\$ 800 mil.



A POSSIBILIDADE  
DAS INSTITUIÇÕES  
DE ENSINO  
RECEBEREM  
DINHEIRO EXTERNO  
AINDA ESBARRA  
EM OPOSIÇÃO  
IDEOLÓGICA

Por aqui, a possibilidade das instituições de ensino receberem dinheiro externo ainda esbarra em oposição ideológica, na falta de preparo, de tradição e de áreas dedicadas ao *fundraising*, que é o conjunto de estratégias e procedimentos que levam as pessoas a doarem, voluntariamente, recursos financeiros. Nas universidades americanas, longe de ser apenas uma "ajuda", as doações de empresas, ex-alunos e fundações constituem uma parcela extremamente relevante da receita. Por aqui, infelizmente, o *fundraising* ainda é visto como uma espécie de "esmola" para resolver problemas pontuais de determinada instituição e não como um instrumento de colaboração da sociedade em prol da educação do País.

Todas estas ações ajudariam a suprir parte da lacuna deixada pelos poderes públicos. No entanto, para isso, os brasileiros precisam se conscientizar do importante papel que desempenham nesse processo. Vale ressaltar que a Constituição Federal menciona esse tema no seu artigo 205, citando que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação

para o trabalho". Ou seja, para o Brasil evoluir nesse sentido, será preciso, antes de tudo, rever a questão cultural e mudar a percepção vigente de que a educação é uma responsabilidade, unicamente, do Estado.

A questão é que o Brasil pode mudar, e há exemplos de líderes empresariais que já caminham para esse objetivo. A Fundação Lemann, criada pelo empresário Jorge Paulo Lemann, uma das 20 pessoas mais ricas do mundo, financia programas de gestão escolar e de bolsas de estudo em várias universidades do mundo e, aqui no Brasil, apoiou o programa Ciência sem Fronteiras, do Governo Federal. A Fundação Bradesco, por meio do portal da Escola Virtual, oferece cursos a distância para até 150 mil alunos simultaneamente. Outro exemplo é o banqueiro Walter Moreira Salles, fundador do Instituto Unibanco, voltado à educação, e do Instituto Moreira Salles, voltado à cultura. Há, ainda, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Museu Iberê Camargo, criado por Jorge Gerdau, e a Fundação Roberto Marinho, atualmente, à frente do Museu do Amanhã, na nova Região Portuária do Rio, entre outras ações espalhadas pelo território nacional. Ou seja, há excelentes iniciativas já em prática; todavia, tantas outras ainda estão bloqueadas pelo retrocesso

dos modelos de gestão pública adotados no Brasil.

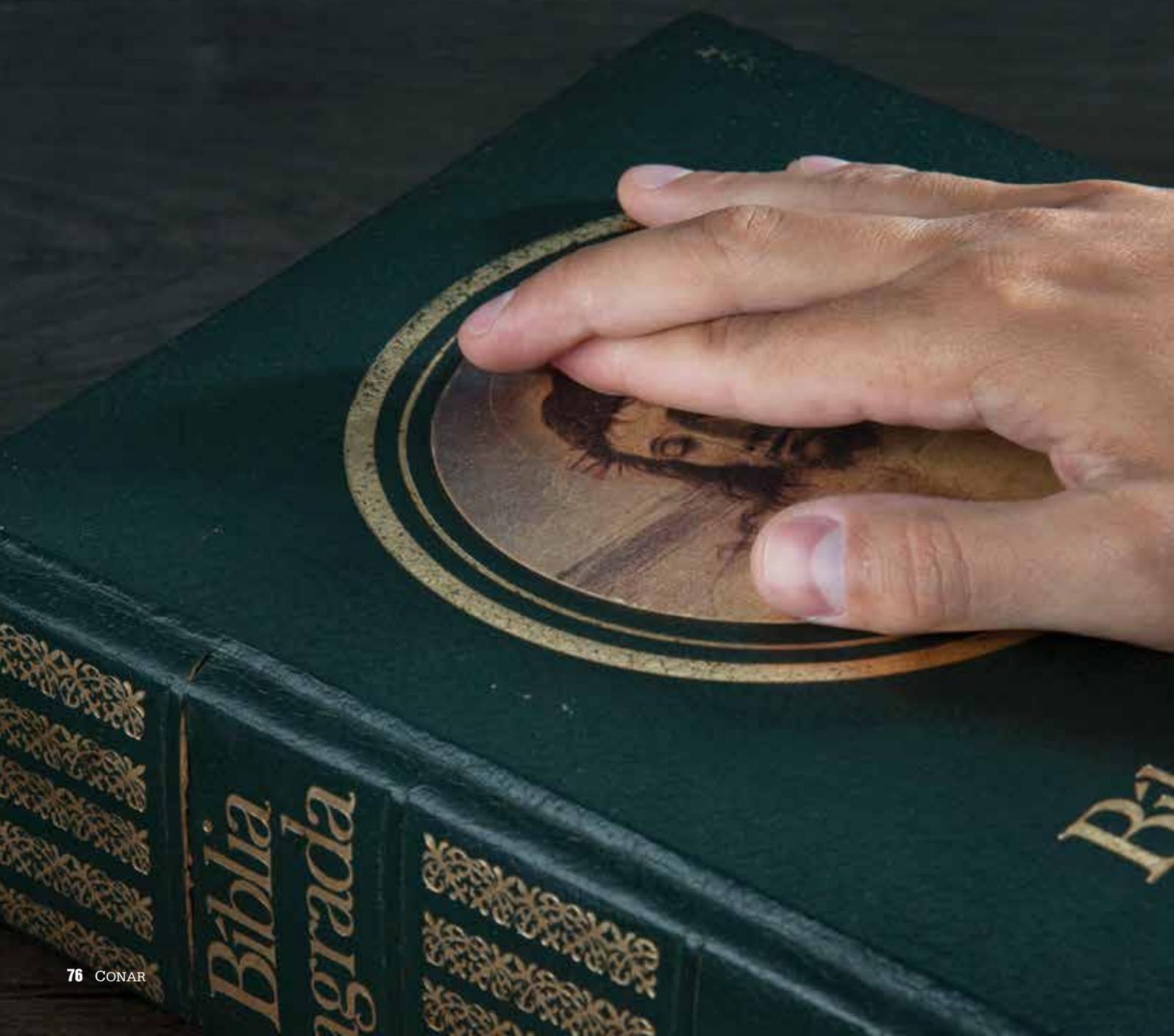
Enfim, para que a educação no Brasil seja realmente um direito assegurado e tenha qualidade competitiva, há a necessidade de uma completa mudança de paradigma. Não se pode mais utilizar e pensar somente em soluções estanques e imutáveis. Faz-se necessário buscar inspiração em todos os modelos bem-sucedidos no mundo, analisar as mais diversas formas de viabilizar um sistema de ensino de qualidade e disponibilizar à população essas parcerias e projetos tão valiosos. É preciso, urgentemente, promover amplos debates sobre esses temas, inclusive, a respeito das adaptações na legislação. Ao incentivar a troca entre o público e o privado, potencializamos o emprego de recursos que vão trazer consequências diretas para o desenvolvimento do capital humano. E isso é determinante para o sucesso econômico de longo prazo de uma nação. Esse é o início de um processo transformador para a educação do nosso País, que tanto clama por um novo caminho. ●

---

Antonio Freitas é PhD pela North Carolina State University, professor titular (aposentado) da UFF e membro da Academia Brasileira de Educação (ABE)  
**Antonio.Freitas@fgv.br**

Ana Tereza Spinola é doutoranda da Universidade de Rennes (França) e professora universitária  
**ana.spinola@fgv.br**

# A MAIS-VALIA



# DA LOROTA

## JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA

Jurista

**N**a Primeira Guerra, os britânicos desenvolveram em segredo um veículo. Eram chamados de "terronaves" (*landships*). Os líderes britânicos, para manter a desinformação, afirmaram que se tratavam de tanques de água destinados a levar o líquido ao front de guerra. E é por isso que tanques se chamam tanques.<sup>1</sup>

Líderes políticos e cidadãos mentem, por diversas razões e sobre vários assuntos, o tempo todo. Na teoria, não há consenso sobre o que seria uma mentira, embora, na prática, a maioria das pessoas entenda-a como uma falsa representação voluntária da realidade. Mentiras são todas iguais? Não; há, por exemplo, mentiras estratégicas e mentiras egoístas. Quando a inteligência britânica transformou o cadáver de um mendi-

go no major William Martin, fazendo com que carregasse planos secretos fajutos, e, com isso, levando os nazistas a crer que os Aliados invadiriam a Grécia, em 1943, em vez da Sicília, mentiu de modo estratégico. Quando Bernie Madoff armou o maior Esquema de Ponzi da história, gerando um prejuízo de 23 bilhões de dólares, mentiu de modo egoísta.

Há gradação na mentira. Há mentirinhas: você chegou atrasado não por causa de *Game of Thrones*, mas por causa do trânsito. Há as inverdades. Bill Clinton "não teve relações sexuais com aquela mulher", desde que você concorde com o marido de Hillary quanto a que sexo oral não é sexo. Há mentiras, estratégicas (o Cavalo de Tróia) ou não (Eduardo Cunha). E há, é claro, mentiraças (a propaganda nazista).

Quando se classifica a mentira, toca-se no tema de sua justificação. Há mentiras aceitáveis? Uma visão utilitarista afirmaria que, em alguns casos, os benefícios produzidos em razão de certas mentiras sobrepõem-se aos prejuízos. Uma visão deontológica, de sabor kantiano, ou buscando preservar a possibilidade da comunicação (Shiffrin),<sup>2</sup> diria que nenhuma mentira é aceitável em caso algum. É certo que, ao se pensar em casos – exemplo kantiano: o assassino que bate à porta perguntando onde está o filho de quem abre –, perspectivas deontológicas podem soar desgraçadamente suprarrogatórias.

Mentir não é nenhuma virtude, mas pode ser instrumento do estado ou do cidadão num mundo complexo. Dizia Maquiavel, numa citação que acabei de inventar: éticas adultas usam cores pálidas. John Mearnsheimer, professor de ciência política na Universidade de Chicago, faz, com dados, observação contraintuitiva: líderes democráticos provavelmente mentem mais do que líderes não democráticos. Sim, pois (i) se preocupam mais com a opinião pública em razão das eleições; (ii) são fiscalizados, e, por isso, estão mais propensos a inventar desculpas; (iii) como têm que prover informações sobre ações de governo, acabam tendo mais ocasiões para esconder os pontos negativos de uma política.<sup>3</sup> Não é que uma ditadura não seja, em si mesma, uma mentira. Mas, numa democracia, há mais verdade na mentira.

Falta-nos, como a todo mundo,

uma teoria – filosófica, sociológica, jurídica – da mentira;<sup>4</sup> não nos faltam, como a todo mundo, mentiras. A elas.

### COMO SE MENTE NO BRASIL DE HOJE

A contemporaneidade conectada é vítima e algoz de mentiras. Como, no ambiente virtual, mentiras são replicadas de lado a lado, e algoritmos tendem a selecionar amigos próximos – i.e., pessoas que pensam parecido –, pode ocorrer um efeito de câmara de eco, e as partes acabam sempre mais convictas em relação às suas crenças. Faça o teste: a *timeline* de duas pessoas com ideologias diferentes é radicalmente distinta. Se o mundo real é, hoje, derivação do que as pessoas veem em seus celulares, nossos *likes* podem estar corroendo nossa diversidade. Precisamos de um republicanismo do algoritmo.

Mas a mentira contemporânea não é só o que nos é autosselecionado. Há outros modos, igualmente sofisticados, de mentir. É possível mentir, por exemplo, com a verdade. É a *função expressiva do desdito*. A coisa toda funciona da seguinte forma: afirma-se algo que se sabe mentiroso; ou verdadeiro, mas calunioso. Depois, desdiz-se o dito. A mágica é feita: a verdade ou mentira inicial passam a ser, mercê de sua repetição, verdades inquestionáveis, agora ainda mais verdadeiras porque, afinal, *tiveram que ser negadas*.

Vamos figurar exemplo hipotético. Digamos que o editor de conceituada revista estivesse me cobrando o texto que havia lhe prometido, sobre as funções do desdito, a ponto de eu ter que desligar o celular para poder escrever em paz. Digamos que faça essa afirmação no próprio tex-



É POSSÍVEL  
MENTIR, POR  
EXEMPLO, COM  
A VERDADE.  
É A FUNÇÃO  
EXPRESSIVA DO  
**DESDITO**

to que lhe havia prometido. Digamos que, no mesmo texto, afirme que, após consulta a meus advogados (é incrível como são sempre "os advogados", nunca um só, já reparou?), não, o editor jamais fez coisa parecida.

Há uma persistência retiniana no desdito; resta algo na memória da água. Um conceituado professor de direito civil, Caio Mário, comentava, ao analisar a ofensa moral, que repará-la é como reagrupar um travesseiro de plumas. Deleuze chegou a observar que todas as palavras são para sempre. Se é assim, desdizer a mentira é mentir de novo.

Mas não é só com a verdade que se mente. Mente-se, também, com o mentido; o sujeito da mentira. É o *contraditório insincero*. O contraditório processual, o "ouvir a outra parte", torna-se uma celebração ritualística da mentira, como se só bastasse dar um telefonema ao acusado – não importando quão burocrática a ligação – para que se firme a verdade, agora, aliás, dialeticamente constituída. O contraditório, dizem os manuais de processo, é a ciência bilateral dos atos e a possibilidade de sua impugnação; para ser verdadeiro, há que ser mais: há que ser um *levar a sério* a versão oposta. Contra o contraditório insincero, proponho o contraditório empático.

Certa vez, um secretário de segurança, ao comentar sobre soldado PM que havia sido pego roubando para comer, afirmou que o militar seria expulso da corporação logo após lhe ser concedido o contraditório.

Embora a repulsa moral do crime seja intensa, o contraditório só pode ser real quando, sendo empático, possa ser efetivo; quando o que acusado afirma possua algum poder de influência sobre a decisão. Do contrário, é uma cruel perda de tempo.

Em tempos de Lava Jato, imprensa e Judiciário se defrontam com uma enxurrada de desditos. A história, essa procissão dos vencedores, ocorre, sobretudo, no plano simbólico, em que narrativas contraditórias se negam até o infinito; ou até que a institucionalidade transite a causa em julgado (no que pode ser o fim de apenas mais uma narrativa). Ao capturar o contraditório e o desdito, a contemporaneidade criou a pós-mentira; a mentira criptohegeliana; a verdade performaticamente falsa.

### A PÓS-VERDADE

Contra a pós-mentira, a pós-verdade, em três estratégias.

Contra a *autocaptura dos algoritmos*, a diversidade. Pode-se pensar, por exemplo, na constituição de espaços de neutralidade, regiões virtuais *algorithm-free*. No mínimo, cumpre saber, ao menos em linhas gerais, quais os critérios com base em que estamos nos autosseleccionando as bolhas epistêmicas que chamamos de mundo.

Contra a *função expressiva do desdito*, o silêncio. A solução tradicional – a responsabilidade civil – mantém a mentira no ar; o desdido igualmente reitera o que negou por duas vezes. Raduan Nassar uma

vez afirmou que, "contra o barulho do mundo, dou-lhe meu silêncio"; contém ouvi-lo.

Contra o *contraditório insincero*, a crítica e a propositura de alternativas. No ponto, estamos teoricamente avançados. Não conheço autor de processo que não denuncie o cantochão "ao autor ao réu ao autor". Na prática, a teoria é outra. Muitos juízes ainda insistem em que as partes deitem falação, para, afinal, ignorá-las. Há que se avançar por aqui.

Enfim: faltando-nos uma teoria da mentira, temos uma prática bem sofisticada. A mentira, com suas pernas curtas, mas suas coxas deliciosas, é recurso da vida pública e privada; é o *timeline* nosso de cada dia; é objeto de luta política e midiática; é recurso da processualística. Não precisamos nos enganar mais: a mentira é uma das verdades da vida cívica brasileira. ●

---

O autor é Procurador do Estado do Rio de Janeiro e professor do programa de pós-graduação em direito da Universidade Veiga de Almeida (UVA)  
jose.vicente@terra.com.br

### NOTAS DE RODAPÉ

- 
1. Obtive essa informação no início da resenha de Gerald Dworkin sobre o livro "Why Leaders Lie", de John Mearsheimer.
  2. Seana Valentim Shiffrin, *Speech Matters*, Princeton University Press.
  3. *Why Leaders Lie*, John Mearsheimer, Oxford University Press, 2013.
  4. O melhor livro sobre o assunto, entre os que conheço, é "Lying: moral choice in public and private life", de Sissela Bok, Vintage Books, 1989.

FRANCISCO LINHARES

CIENTISTA-BIÓLOGO

# TRANS *GE* NICOS

TODA A SEMENTE SERÁ PERDOADA

Paleoantropólogos estimam que o *Homo sapiens* anatomicamente moderno teria surgido cerca de 150.000 anos atrás.<sup>2</sup> Durante a grande maioria de sua história, os seres humanos adquiriam seus alimentos por meio da caça de animais selvagens e/ou coletando alimentos a partir de plantas silvestres; esse estilo de vida sendo definido como de caçador-coletor.<sup>3</sup> Já a agricultura tem sido praticada esporadicamente por cerca de 10 mil anos e de forma mais estabelecida por cerca de 5/6 mil anos, ou seja apenas 3 por cento da história humana. Embora seja um fenômeno relativamente recente, a agricultura teve profundos efeitos na saúde humana e no crescimento das sociedades. Já a partir de 10.000 a.C., no que é também definida como revolução neolítica, houve uma gradual transição do estilo de vida de caçador-coletor a agricultor-criador, e se acredita que essa transição tenha ocorrido em várias partes do mundo contemporaneamente, especial-

mente na região do crescente fértil, uma região do Oriente Médio, onde se originaram as primeiras civilizações de que temos conhecimento. Já por volta do ano 5000 a.C., a agricultura era praticada em todos os grandes continentes, exceto Austrália.<sup>4</sup>

O motivo dessa transição não é bem conhecido, mas o fato mais importante da revolução neolítica é que com o advento da agricultura e o conseqüente aumento de recursos alimentícios disponíveis, se começaram a criar sociedades complexas e hierarquizadas. Até poucos anos atrás a teoria mais aceita do porquê da formação de sociedades complexas e hierarquizadas era que, com o excedente alimentar, o ser humano teria a possibilidade de se libertar da escravidão da busca contínua por alimentos, permitindo a ele ter mais tempo livre para poder se especializar. Mas uma teoria recente sobre esse tema tem apontado para outras possíveis causas. Segundo Mayshar,<sup>5</sup> o que desencadeou a hierarquiza-





ção societária foi o cultivo de espécies acumuláveis e desapropriáveis, em especial os grãos, e não alimentos em geral. A constatação desse fato deriva das culturas indígenas da América Central, que não chegaram a criar estruturas sociais hierarquizadas, pois cultivavam tubérculos, como a mandioca, os quais, apesar de fornecerem um enorme aporte energético, eram perecíveis e portanto não acumuláveis.

Note-se que essa teoria contempla também as culturas Mayas e Aztecas na categoria dos acumuladores, pois possuíam uma alta especialização agrícola e eram capazes de cultivar alimentos acumuláveis,

como milho e outros grãos, além de serem capazes de armazenar e acumular até a batata, por meio de processos de exposição a baixas temperaturas. Segundo essa teoria, o cultivo de alimentos acumuláveis acarretaria riscos de roubo da colheita, por parte de grupos vizinhos, obrigando as sociedades agrícolas a se especializarem em classes de defensores da colheita e classes de produtores de alimentos e seguidamente em organizadores de atividades, até chegarmos aos sistemas hierárquicos teocráticos. O interessante dessa teoria é a demonstração matemática de que a especialização cria um excedente calórico, se comparado

com sistemas produtivos não acumuláveis, com a diminuição do risco para a população.

Dessa forma se explica que o sistema hierárquico e especializado foi o mais bem-sucedido na formação de sociedades mais avançadas, porque produz mais com menos, por meio da especialização e hierarquização, que também favoreceria o avanço tecnológico. Simplisticamente, pode-se interpretar que a produção de alimentos acumuláveis leva indiretamente a formação de sociedades complexas e hierarquizadas, enquanto a produção de alimentos não acumuláveis e perecíveis leva a um sistema alimentar anárquico



O CRESCIMENTO DAS  
SOCIEDADES E O AVANÇO  
TECNOLÓGICO ESTÃO  
INTIMAMENTE LIGADOS AO  
ÊXITO DA AGRICULTURA

*E***S***P***E **CIALIZADA****

mais distribuído e equitativo, que porém não favorece o avanço do conhecimento, posto que toda a sociedade está sempre diretamente ocupada com a produção de alimentos.<sup>5</sup> Portanto fica claro desde a revolução neolítica que o crescimento das sociedades e o avanço tecnológico estão intimamente ligados ao êxito da agricultura especializada.

### **CICLOS ALTERNADOS DE ABUNDÂNCIA E ESCASSEZ ALIMENTAR**

Embora a agricultura seja claramente uma força motriz para o crescimento de civilizações, ela nunca foi uma salvaguarda contra o colapso. Ao longo da história, os sistemas alimentares das sociedades têm alternado tempos de prosperidade e de dificuldades. Ciclos de aumento na produção global de alimentos competiram seguidamente com excessivos crescimentos populacionais, degradação dos recursos naturais, mudanças climáticas, secas, inundações, doenças, guerras e muitas outras forças que, periodicamente, levavam as civilizações novamente à fome.

Como muitos de seus equivalentes modernos, os primeiros agricultores muitas vezes trabalhavam a terra até esgotar o solo fértil. As inovações tecnológicas que surgiram em seguida, tais como a irrigação (cerca de 6000 a.C.), a utilização da tração animal na preparação do solo em conjunção com o arado (cerca de 3000 a.C.) trouxeram ganhos de produtividade e crescimento das popu-

lações. Só que isso acontecia muitas vezes agravando as perspectivas de fertilidade do solo a longo prazo, por causa da erosão e outros meios. Em resumo, a máxima camponesa "aquele agricultor que se enriquece muito hoje vai deixar a pobreza nas mãos dos filhos", valia tanto nos albores das civilizações humanas como nos dias de hoje.

Um exemplo clássico de vulnerabilidade alimentar pode ser dado pelo Império Romano, que, devido à depleção dos solos limítrofes a Roma, ficou dependente de fontes alimentícias cada vez mais distantes, chegando a virem por via marítima até do norte da África. De fato o imperador romano Tibério escreveu: "A própria existência do povo de Roma está diariamente à mercê de ondas incertas e tempestades." Exatamente como aconteceu na Suméria e na Grécia, o declínio do Império Romano foi auxiliado pelo esgotamento dos solos férteis e pela escassez de alimentos.<sup>6</sup>

Ao longo dos séculos seguintes o mau tempo, mudanças climáticas e solos degradados diminuíram ciclicamente a produção agrícola que não conseguiria manter o passo do crescimento populacional, o que foi um dos fatores que levaram às guerras, fome e miséria, característicos da idade média.

### **INTRODUÇÃO DE NOVAS ESPÉCIES E DISTRIBUIÇÃO**

No século XVII os agricultores europeus tinham já introduzido estratégias agrícolas avançadas para

evitar a erosão dos solos como a rotação de culturas, a utilização de estrume animal e outras práticas que melhoravam a fertilidade do solo. Mas exatamente como já tinha ocorrido anteriormente, o crescimento populacional ultrapassava ciclicamente o aumento da oferta de alimentos, deixando grandes segmentos da população em estado de desnutrição. Mesmo assim a população mundial aumentou drasticamente, passando de 550 milhões em 1650 e a 1,2 bilhão em 1850, chegando a atingir 1,65 bilhão por volta de 1900. Esse aumento populacional é muito provavelmente devido à introdução de espécies importadas das Américas, como milho, batata-doce, tomate e batata, que se espalharam rapidamente ao redor do mundo.

De especial importância parece ser a história da batata, que fascinou Charles Darwin em sua expedição à Patagônia, por sua grande adaptabilidade. Charles Darwin escreve em seu livreto de anotações: "é notável que a mesma planta possa ser encontrada tanto nas montanhas estereis do Chile central, onde não cai uma única gota de água por mais de seis meses, como nas florestas úmidas das ilhas do Sul".<sup>7</sup> A batata é acreditada como a principal causa do aumento populacional que ocorreu na Europa a partir de 1750, devido ao seu alto conteúdo calórico, adaptabilidade, facilidade de cultivo e estocagem. Apesar de não ser aceita inicialmente pela população geral, a batata teve, desde

sua introdução na Europa em 1600, grande importância na alimentação animal, aumentando a produção de porcos da Inglaterra. Somente depois de muita insistência por parte das classes dominantes, que conseguiam enxergar na batata um enorme potencial calórico, ela gradualmente virou o alimento favorito das classes pobres da Europa, após receber o selo de aprovação real por parte de Louis XVI. Muitos pesquisadores indicam a batata até como um fator determinante para o acontecimento da Revolução Industrial, já que a utilização dessa planta aumentou o aporte calórico gerado pelas cidades, quase sem aumento de trabalho, e criando assim as condições para uma parcial liberação de recursos humanos que gerou novas tecnologias e a concentração populacional nas cidades, ambos elementos cruciais para o advento da Revolução Industrial.<sup>8</sup>

Outros fatores que influenciaram a concentração populacional em cidades, foram o melhoramento de técnicas de processamento para a conservação de alimentos perecíveis e o surgimento de uma rede de ferrovias e rotas de navegação para a distribuição de alimentos. Essas inovações permitiram que os agricultores enviassem seus bens excedentes a distâncias cada vez maiores, modificando assim a relação entre a quantidade de alimentos produzidos localmente e o tamanho das cidades. A partir de 1850, uma parte dos alimentos consumidos na Euro-

pa começou a vir dos Estados Unidos, onde um clima favorável, grandes áreas planas com solos férteis permitiram que os agricultores norte-americanos passassem a produzir grande excedente de grãos e, eventualmente, de carne, para suprir grande parte Europa.

### REVOLUÇÃO VERDE E INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Os trabalhos desenvolvidos pelo melhorista italiano Nazzareno Strampelli entre 1920 e 1930, que desenvolveu espécies de trigo anãs capazes de aumentar o rendimento agrônomico e resistir melhor a pragas, colocaram as bases para a Revolução Verde. A situação mundial pós-guerra era de escassez alimentar, e muitos camponeses encontravam grandes dificuldades em reestabelecer os rendimentos agrônomicos pré-bélicos, devido ao empobrecimento dos solos. A partir das espécies criadas por Strampelli, um grupo multidisciplinar de cientistas começou um programa de pesquisa cooperativo para aumentar a produção de trigo no México.<sup>9</sup> Por meio da integração do trabalho mecanizado, a utilização em larga escala de tratores movidos a combustíveis fósseis, associado à utilização de inseticidas, herbicidas e fertilizantes químicos e a escolha de espécies mais produtivas, se conseguiu produzir um aumento enorme no rendimento agrícola do trigo, o que converteu rapidamente o México em nação exportadora. Essas metodologias integradas, chamadas

conjuntamente de Revolução Verde e que são a base da agricultura moderna, foram exportadas inicialmente para Índia e Paquistão, rendendo similares resultados, e depois para o mundo inteiro. Entre os vários projetos que visavam aumentar o rendimento agrônomico mundial, o que foi reconhecido como o idealizador da Revolução Verde foi o projeto capitaneado pelo agrônomo americano Norman Borlaug, que recebeu em 1983 o prêmio Nobel por diminuir a fome e desigualdade no mundo.<sup>10</sup>

Cabe ressaltar a importância do petróleo como fonte energética barata, para realizar trabalhos mecânicos, tanto de lavoura como de transformação química, importantes na produção de fertilizantes químicos baratos. O excedente da produção de alimentos acumuláveis produziu, por um lado, uma melhora na qualidade de vida ao redor do mundo e, por outro, uma grande industrialização do sistema alimentar. A problemática pós-guerra de alimentar uma população mundial crescente tinha sido vencida pela Revolução Verde. Exatamente como descrito acima sobre as sociedades arcaicas, a abundância de alimentos acumuláveis que a Revolução Verde gerou foi um dos fatores fundamentais para a especialização, aumento da complexidade social e hierarquização, característicos das sociedades modernas, ricas e opulentas que vivenciamos hoje. A saúde pública começou a melhorar notavelmente a partir da diminuição de deficiências alimentares,



O EXCEDENTE DA PRODUÇÃO  
DE ALIMENTOS ACUMULÁVEIS  
PRODUZIU UMA  
MELHORA NA QUALIDADE DE  
VIDA AO REDOR DO

*MUNDO*

as cidades começaram a crescer, o bem-estar socioeconômico começou a se espalhar pelo globo, todos, parâmetros que contribuiram enormemente para a formação da sociedade moderna atual.

### INDUSTRIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE CAPITAIS

Como a produção e processamento de alimentos tornou-se mais especializada, o trabalho tornou-se mais simples e mais rotineiro, permitindo um maior grau de mecanização. A industrialização caracterizada pela especialização, simplificação, mecanização, padronização e consolidação, transformou o fornecimento

de alimentos num sistema similar às cadeias de produção. Essas práticas agrônomicas favoreceram também a especialização e o estabelecimento de monoculturas em áreas impressionantemente grandes como, por exemplo, o cinturão do milho, conglomerado de regiões agrícolas do interior dos EUA que chegaram a produzir quase 40% da produção mundial de grãos. A produção agrícola tornou-se gradualmente mais dependente dos recursos fabricados fora da fazenda, tais como produtos químicos agrícolas, combustíveis fósseis, fertilizantes sintéticos e grãos elite. Os excedentes de grãos começaram a ser aproveitados para alimentação

animal, que conjuntamente a tratamentos com hormônios e antibióticos e atuação das mesmas práticas industrializantes aplicadas à agricultura, conseguiram acelerar o crescimento animal para criar a atual indústria alimentícia de carnes.

A industrialização do sistema alimentar foi tremendamente bem-sucedida em fornecer enormes quantidades de alimentos, com uma quantidade mínima de trabalho, a preços cada vez mais baixos, o que ajudou a controlar a inflação e manter um desenvolvimento econômico sustentado. Com o sistema alimentar tornando-se cada vez mais industrializado, a capacidade de armaze-



O TRABALHO DE  
MANIPULAÇÃO GENÉTICA  
LEVOU À MELHORIA TANTO  
NO SABOR COMO NO  
RENDIMENTO E TAMANHO DOS

*ALIMENTOS*

namento e o volume das operações cresceram ainda mais, e os produtos alimentícios passaram de ser bens primários locais a *commodities* cotadas na bolsa. Porém, uma das tendências mais recentes na história do sistema alimentar tem sido a mudança na direção de uma maior concentração da indústria para um número, a cada dia, menor de empresas, que controlam a maioria do mercado. As condições econômicas estabelecidas pela industrialização do sistema alimentar e a globalização têm tido um papel relevante em amplificar esse efeito, através de processos de integração horizontal, vertical e de globalização.<sup>11</sup> Aquisições contínuas,

concorrência desleal, campanhas de marketing agressivas e condições favoráveis de financiamento favoreceram o estabelecimento de um sistema agroindustrial emergente, fortemente especializado e concentrado, que controla diferentes etapas da cadeia de produção. Por exemplo, uma única multinacional controla hoje uma grande fatia dos mercados de produção de sementes, pesticidas, fertilizantes, produtos de alimentação animal, estocagem e distribuição de grãos, produção e processamento de carnes avícolas e até indiretamente cadeias de alimentação fast-food.

Tem sido dito que a agricultura dos EUA tornou-se a mais eficiente

do mundo, pelo menos em termos de custos em dólares e centavos de produção. Todos esses benefícios aconteceram longe dos olhos da sociedade e do imaginário coletivo, enquanto o foco dos acontecimentos já tinha sido transferido há muito tempo do campo para a cidade. Porém esses benefícios têm trazido custos para a saúde pública, a equidade social, o bem-estar animal e o ambiente natural. Posto que esses custos não são refletidos no preço dos alimentos, eles são chamados de externalidades ou custos ocultos, que hoje estão recaindo sobre a população geral. Outra consequência da especialização e mecanização foi que

o campo se esvaziou socioculturalmente, enquanto os pequenos produtores perderam totalmente o controle sobre qualquer componente da cadeia de produção de alimentos, ficando à mercê dos conglomerados alimentícios.<sup>12</sup>

### MARKETING AGROINDUSTRIAL E IMAGINÁRIO COLETIVO

A competição entre as diferentes empresas de agrobusiness que começaram a surgir a partir da Revolução Verde foi se acirrando nos anos 70 devido à crise petrolífera, induzindo a integração horizontal e vertical entre empresas. A competição entre empresas que atuavam basicamente no mesmo nível da cadeia de valores (nível horizontal), num mercado de produtos homogêneos como o das *commodities*, se concentrou em dois pontos; a criação de produtos alimentícios de mais rápida e fácil preparação, que tinha a função de atender um mercado de donas de casa que estavam gradualmente saindo para o mercado de trabalho e que, portanto, tinham menos tempo para acudir às necessidades domésticas familiares e batalhas de marketing e estratégias comerciais. As empresas do setor, para se tornarem os grandes players do mercado, investiram fortemente em campanhas de marketing de produtos e de imagem corporativa, focando a imagem da empresa ou produto não no atual sistema de produção alimentar, mas sim em valores de agricultura tradicional, com relativas imagens bucóli-

cas, fortemente associados ao bem-estar familiar e à saúde. Essa estratégia de marketing, associando uma retórica de valores opostos aos que se praticavam na realidade, obteve muito sucesso. A retórica narrativa de valores tradicionais, puros e naturais para produtos agroindustriais impediram que a realidade da agricultura moderna industrializada chegasse ao imaginário coletivo por muito tempo. Anos de estratégias de marketing ilusórias levaram, porém, a uma quebra de confiança na sociedade que analisaremos mais à frente.

### MANIPULAÇÃO GENÉTICA DOS ALIMENTOS AO LONGO DA HISTÓRIA

Um dos principais elementos no êxito mundial de produção de alimentos ao longo da história está ligado à manipulação genética das plantas de interesse alimentar, também chamada de domesticação dos alimentos. A manipulação genética é a modificação dos genes e portanto das características físicas das plantas e pode ser realizada por metodologias de cruzamento clássicas ou mais recentemente por meio de metodologias transgênicas. Essa estratégia foi utilizada pelo homem desde os albores da agricultura. Estudos sobre a evolução e seleção focada, realizada pelo homem, das espécies naturais que hoje utilizamos como alimentos demonstram o quanto o trabalho de manipulação genética levou à melhoria tanto no sabor como no rendimento e tamanho dos alimentos. Por exemplo, se analisarmos o an-

tepassado do milho, um capim chamado Teosinte, existente aproximadamente há 7.000 anos, podemos entender que a planta original tinha muitas ramificações e espigas, com cascas de difícil remoção, grãos pequenos e pobres em fontes calóricas; mas, graças ao processo de domesticação humana, transformou-se no milho atual, muito menos ramificado, com uma única espiga, grande, com muitos grãos, ricos em nutrientes e extremamente mais fáceis de se debulhar.<sup>13</sup> O exemplo da banana é ainda mais impressionante, posto que até poucos séculos atrás o fruto originário era pequeno, cheio de sementes e com um sabor ranço. As cenouras da antiguidade eram raízes peludas fibrosas, que apresentavam diferentes colorações, variando do violeta até o branco, e possuíam um sabor muito forte, chegando a ser desagradável para alguns. A berinjela era um fruto pequeno, esbranquiçado e muito amargo. As melancias, ainda no século XVIII, eram cheias de sementes e possuíam pouca polpa vermelha. Por último, vale a pena relatar o exemplo da mandioca, cuja planta originária tem variantes de sabor acre e que é extremamente tóxica, devido a presença de cianetos. A mandioca silvestre, portanto, é um caso de uma planta natural tóxica, que através da manipulação genética se tornou menos tóxica e hoje representa a terceira maior fonte de calorias para as populações da América Central.<sup>14</sup>

A manipulação genética efetuada por meios clássicos, tais como cru-

zamento, mutagênese e seleção dos caracteres de interesse, está à base de nosso atual sistema alimentar. O advento dos transgênicos simplesmente modificou a metodologia por meio da qual a manipulação poderia ser realizada, diminuindo o tempo de realização da manipulação e o risco de introdução de caracteres não desejados.

### TRANSGÊNICOS E AGROINDÚSTRIA

A agroindústria foi sempre fortemente ligada direta e indiretamente ao âmbito acadêmico, mesmo porque este era a fonte onde se buscar o melhor capital humano e tecnológico para crescer e competir em um mercado fortemente especializado e globalizado. Na década de 80, o âmbito de pesquisa acadêmico começaria a desvendar alguns segredos da natureza que permitiriam efetuar o melhoramento genético de forma muito mais focada e rápida. Por meio do estudo de uma bactéria causadora de tumores em plantas (mecanismo totalmente diferente à formação de tumores em animais), chamada *Agrobacterium tumefaciens*, descobriu-se que essa bactéria era capaz de infectar plantas, transmitindo parte de seu DNA para elas. As plantas infectadas por *Agrobacterium* reconhecem a informação genética da bactéria como própria, decodificam os genes da bactéria e produzem, como se fossem próprios, os hormônios vegetais que induzem a formação do tumor, além das enzimas necessárias para a biossíntese

das opinas, uma especial classe de açúcares que quase somente a *Agrobacterium* consegue aproveitar. De uma forma elegante e completamente natural, a bactéria não só obtém uma fonte de alimento exclusiva, mas esta acaba sendo produzida em grande escala por todas as células tumorais.

Os cientistas, uma vez descoberto o mecanismo de base, identificaram a região que era transferida estavelmente para o genoma da planta e a esvaziaram dos genes que induziam a formação tumoral e a produção do açúcar, transferindo para essa região genes de resistência a um meio antibiótico e criando o espaço para inserir qualquer outro gene. Os genes de resistência ao antibiótico servem somente para selecionar as células transformadas das não transformadas e não produzem resistências em humanos. A metodologia de transformação de plantas com genes oriundos de outras partes é chamada de transgenia. A indústria se interessou prontamente por essa metodologia, pois além de ser facilmente patenteável, permitia modificar de maneira focada o genoma da planta para introduzir modificações específicas, sem ter que trabalhar através do melhoramento clássico tradicional, que envolvia mutagênese, cruzamentos e integração de porções muito grandes de genoma de plantas diferentes. O mercado das plantas transgênicas chega às prateleiras do mundo ocidental em 1994 com o tomate Savr

Flavr, da Calgene. Ao ser o primeiro OGM a chegar ao mercado e ser diretamente comprado pelo consumidor final, o produto teve pouco êxito comercial e foi logo retirado do mercado, devido ao fervor da opinião pública sobre o assunto. Nos anos seguintes muitos novos produtos OGMs foram introduzidos no mercado das *commodities*, mas os que se fixaram e prosperaram enormemente foram principalmente de dois tipos: os que conferiam resistência a um herbicida específico e os que expressavam um gene tóxico para os insetos.

### HERBICIDAS E TRANSGÊNICOS RESISTENTES AO GLIFOSATO

A metodologia transgênica de resistência ao herbicida foi criada como estratégia para diminuir a utilização de herbicidas na agricultura moderna. Herbicidas são utilizados massivamente em monoculturas, independentemente que se trate de culturas naturais ou não, porque o crescimento de outras espécies, chamadas daninhas, roubam luz e energia dos cultivos, diminuindo assim o rendimento agrônômico. Os herbicidas são compostos químicos que atuam sobre vias fundamentais do crescimento vegetal (e não, animal) impedindo assim seu crescimento e levando à morte essas plantas. Porém, os herbicidas podem ser de tipo seletivo ou de amplo espectro, ou seja, podem matar somente algumas ou diferentes espécies. Na agricultura moderna os herbicidas de amplo espectro são utilizados amplamente antes da se-

meadura, enquanto os seletivos são utilizados em etapas posteriores e em concentrações específicas para matar seletivamente outras plantas que atrapalhem o crescimento do cultivo de interesse. Mesmo antes da introdução dos transgênicos, a utilização massiva de herbicidas tinha selecionado plantas daninhas que resistiam a certos herbicidas. Os agricultores, portanto, se viram obrigados a utilizar diferentes herbicidas e em quantidades crescentes para manter altos os rendimentos agrônômicos, o que incidiu também sobre o custo final do produto.

A metodologia transgênica permitiu criar plantas capazes de resistir

a um herbicida específico. O sistema que obteve maior êxito foi o de plantas resistentes ao herbicida glifosato, denominado comercialmente RoundUp, e presente no mercado agrícola desde 1974, com capacidade de matar 76 das 78 pestes que afetavam a lavoura. Além do mais, esse era um dos herbicidas com menor sobrevivência e toxicidade para o solo e, portanto, era tido como o herbicida que menos danos ambientais criaria. Por meio da utilização dessas plantas transgênicas, se poderia diminuir o uso de pesticidas, evitando a aplicação pré-semeadura e aplicando uma única vez o herbicida quando as plantas já tinham alcançado um estágio de vida

mais avançado, resultando assim numa economia de trabalho e despesas com herbicidas para o agricultor. Em 1996, a Monsanto introduziu no mercado uma variedade de soja transgênica resistente ao glifosato, e a partir daquele momento muitas outras espécies resistentes ao glifosato foram comercializadas. Hoje, 89% do milho, 94% da soja e 89% do algodão produzidos nos EUA são resistentes a esse herbicida.<sup>15</sup>

#### O GENE INSETICIDA DE *BACILLUS THURINGIENSIS*

Antes de falar dessa estratégia transgênica, vale a pena ressaltar o potencial nocivo dos insetos na



A METODOLOGIA  
TRANSGÊNICA PERMITIU  
CRIAR PLANTAS  
CAPAZES DE RESISTIR  
A UM HERBICIDA

*ESPECÍFICO*

agricultura, posto que a maioria das pessoas que vivem na cidade podem não perceber o problema. Alguns insetos adultos se alimentam de plantas, como por exemplo os gafanhotos, e criam verdadeiras pragas até descritas na Bíblia, mas são especialmente as larvas dos insetos as que causam maiores estragos na lavoura, atacando especificamente os grãos e estruturas reprodutoras, que são o objeto de interesse do agricultor. Especialmente na agricultura moderna, em que a especialização e regionalização levou ao cultivo de monoculturas em áreas de tamanhos equivalentes a países, o manejo dos insetos é de extrema importância para que o rendimento não seja decimado e para que verdadeiras pragas não se formem.

*Bacillus thuringiensis* (Bt) é uma bactéria descoberta em 1901, que produz uma endotoxina capaz de matar seletivamente alguns tipos de insetos. Estudos feitos seguidamente levaram a utilização dessa bactéria como inseticida biológico, sendo uma prática ainda muito utilizada na agricultura orgânica. Trabalhos de biologia molecular de 1985 individuaram inicialmente os genes responsáveis pela toxicidade, denominados genes cry, e seguidamente as diferentes variantes da endotoxina letal para os insetos, para por último transformar, com esses genes plantas de tabaco como organismo teste. Dados os bons resultados, em 1995 foi aprovada como segura para o consumo humano a batata trans-

gênica para o gene Bt. Essa foi a primeira planta modificada geneticamente pelo homem que produz um pesticida, sendo que muitas plantas produzem pesticidas naturais naturalmente. A batata transgênica não teve muita aceitação pelos mercados e, com o tempo, foi retirada; mas hoje temos que o milho Bt e grande parte do algodão produzido no mundo provêm de plantas transgênicas contendo o gene Bt.

#### CASOS DE TRANSGÊNICOS DE VALOR SOCIAL ADJUNTO

Nem todos sabem que existem transgênicos que foram criados para resolver questões socioambientais específicas. Um desses exemplos é o caso do mamão do Hawaii. O Hawaii sempre foi um dos maiores produtores de mamão para o mercado dos EUA, e a introdução de agricultura de escala na plantação de mamoeiros levou ao alastramento do vírus da mancha anelar que decimou a produção de mamão da ilha nos anos 90. Afortunadamente o problema tinha sido individuado, ao tempo em que um grupo de pesquisadores americanos já estava testando a expressão, por transgenia, de uma proteína da capa viral em algumas espécies comerciais do mamão. A planta transgênica, denominada mamão "Rainbow", ao produzir a proteína viral, criou seu próprio sistema de defesa, num mecanismo parecido com a defesa imunitária de animais. Esse mecanismo levou a planta transgênica a se tornar resistente ao vírus,

e sua introdução fez recuperar a agricultura de mamão naquela ilha. Esse é um claro exemplo de como a metodologia transgênica, não difundida por multinacionais, mais sim por institutos de pesquisa financiados publicamente, pode ter valor agregado em questões socioambientais. Outro caso interessante sobre o tema é o do arroz transgênico chamado "Golden Rice"; dessa vez, desenvolvido em conjunção com multinacionais do setor. O arroz natural, que carece de vitamina A, é o principal alimento de uma enorme fatia da população mundial, principalmente no continente asiático, e seu uso como única fonte calórica primária pelas fatias mais pobres da sociedade está associado à cegueira noturna infantil, uma doença responsável pela morte de aproximadamente 670.000 crianças/ano com idade abaixo dos 5 anos. Com o intuito de diminuir essa carência vitamínica, um grupo de pesquisadores introduziu, por via transgênica, genes para a biossíntese do  $\beta$ -caroteno (precursor de vitamina A) no arroz. O arroz transgênico, que possui uma coloração amarelada devido à presença dos carotenoides e, portanto, é chamado de arroz dourado, foi desenvolvido e distribuído sem fins lucrativos como ferramenta humanitária na prevenção da doença. Mesmo tendo sido cientificamente comprovado que não produz riscos para a saúde e o ambiente, continua sendo hostilizado por pelos movimentos antiglobalização, por motivos que têm mais a ver com a hosti-

lização da concentração de capitais na indústria agroalimentar que por razões de saúde ou ambiental.

### ESTUDOS CIENTÍFICOS SOBRE OS EFEITOS DOS TRANSGÊNICOS BASEADOS EM 20 ANOS DE CULTIVO

Em um estudo recente, feito pela Academia Nacional de Ciências dos EUA, foram revisados inúmeros estudos realizados sobre transgênicos ao redor do mundo ao longo de seus mais de 20 anos de introdução no mercado, trazendo conclusões interessantes.<sup>15</sup> Esses dados, que foram analisados por cientistas desvinculados do setor agroindustrial, colocaram as bases sobre as quais efetua-se uma análise profunda sobre aspectos de saúde pública, ecológicos, ambientais, econômicos, sociais e científicos.

Primeiramente, o que ficou evidente a partir desses estudos é que a metodologia das endotoxinas de *Bacillus thuringiensis* (Bt), trouxe claras vantagens econômicas e de saúde para os agricultores, tanto grandes quanto pequenos, enquanto as plantas transgênicas permitiram diminuir as aplicações de inseticidas, quando comparadas com plantas não transgênicas. As estratégias para evitar a insurgência de resistências contra o Bt, quando aplicadas corretamente, funcionaram em evitar o aparecimento de insetos resistentes às proteínas Cry. No que se refere ao impacto ambiental criado por essa metodologia transgênica, os resultados de diferentes estudos apon-

tam que, nas regiões onde se utilizou essa metodologia, a biodiversidade de insetos era até maior se comparada com regiões onde se utilizavam plantas não transgênicas associadas com a adoção de inseticidas químicos. Por outro lado, os dados sobre a influência de plantas transgênicas sobre a diminuição da população da borboleta monarca são controversos e insuficientes para se afirmar de maneira unívoca algo em prol ou contra essa metodologia, indicando que serão necessárias pesquisas mais aprofundadas a respeito.

Já no que se referem às metodologias transgênicas que levam à resistência ao herbicida glifosato, as conclusões são menos confortantes, já que inicialmente a utilização dessas espécies prometia trazer benefícios, principalmente no que se refere a uma menor utilização de herbicidas. Essa afirmação foi verdadeira nos primeiros anos de cultivo; mas, já após 4 anos de plantação, esses benefícios foram esvaecendo, devido à insurgência de resistências ao glifosato em plantas daninhas, levando os agricultores a terem que aumentar e integrar diferentes herbicidas no cultivo. No que se refere a questões ecológicas, os dados apresentados apontam para níveis similares de biodiversidade em monoculturas transgênicas e não transgênicas, indicando que não há diferenças entre cultivos dessas monoculturas.

No que se refere a questões de saúde pública, os pesquisadores apontaram que muitos dos estudos

realizados sobre saúde animal (posto que é eticamente impossível efetuar estudos em humanos) estavam mal feitos, mas que mesmo assim o grosso dos dados apontam com uma razoável confiabilidade o fato de que os transgênicos não têm afetado a saúde humana, pelo menos não mais que plantas provenientes de monoculturas não transgênicas.

Já no que se refere aos impactos socioeconômicos ligados aos transgênicos, esse estudo aponta que diferentes parâmetros, tais como o custo das sementes, o tipo de variedade utilizada para diferentes tipos de solos e diferentes latitudes e climas, geram dificuldades intrínsecas na realização de uma análise adequada. Como é sabido por grande parte da população, diferentes climas e regiões favorecem alguns tipos de cultivos, e outros, não; portanto, uma generalização sobre o tema resulta mais difícil no âmbito mundial, que deveria ser analisado por microrregiões. O que fica claro analisando individualmente algumas microrregiões é que a introdução dos transgênicos trouxe inegáveis vantagens socioeconômicas para algumas determinadas regiões, mas não trouxe vantagens claras para outras.

### ATIVISMO E CRIAÇÃO DE MITOS E MEDOS SOBRE OS TRANSGÊNICOS

A partir dos anos 70, com o crescimento da agroindústria e o começo da globalização, houve também a criação das primeiras organizações não governamentais ambientalistas.

Com o intuito de combater os problemas da época (energias e bombas atômicas, caças às baleias e aquecimento global, entre outros) os ativistas começaram a fazer campanhas de marketing e ações demonstrativas impactantes para se financiar e chamar a atenção sobre problemas relacionados a globalização e destruição do ambiente. Mesmo tendo, sem dúvida, as melhores intenções, mas devido ao pouco ou nulo embasamento científico, essas organizações nunca surtiram efeitos tangíveis no âmbito legislativo. Por outro lado, por meio de campanhas publicitárias muito bem desenhadas, algumas ONGs conquistaram o coração de uma parte da sociedade mundial preocupada com o destino do planeta, o que permitiu que essas ONGs se transformassem em verdadeiras multinacionais e máquinas de arrecadação de doações.

Com o advento dos transgênicos, também chamados de organismos modificados geneticamente, o foco das campanhas foi modificado para criar o imaginário coletivo de que verdadeiros monstros (*Frankenstein Food*) estavam sendo engendrados pelas multinacionais agroindustriais. E para corroborar a imagem de alimentos não naturais, foram utilizadas muitas meias verdades ou suposições lógicas sem base científica. Por exemplo, em debates sobre os transgênicos, ainda hoje vêm à tona argumentos vazios como os que os transgênicos são estéreis, e, por isso, os agricultores

têm sempre que comprar novas sementes das multinacionais. Primeiramente, no sistema agroindustrial moderno, a maioria dos agricultores já tinha feito a transição para as sementes elite, antes mesmo do advento dos transgênicos, por óbvias razões do maior rendimento agrônomico delas. É o caso, por exemplo, dos híbridos vegetais, plantas derivantes do cruzamento entre espécies ligeiramente diferentes, e que ao manterem os dois genomas parentais, integraram as características de ambos, produzindo plantas mais resistentes a pragas e maior rendimento de massa e de grãos.

O problema dos híbridos é que a utilização dos grãos produzidos pelo agricultor, a partir das espécies híbridas, leva à segregação dos caracteres de interesse agrônomico, e, portanto, a progênie criada no campo pelo agricultor que as plantou acaba não tendo, na geração seguinte, o mesmo rendimento que comprando às sementes híbridas da agroindústria. É portanto uma questão de rendimento que levou o agricultor a preferir comprar as sementes da indústria, em vez de continuar produzindo suas próprias. Além do mais, apesar de que a tecnologia para a formação de plantas estéreis já existisse (se chamava "Terminator"), esta nunca foi introduzida no mercado. Por outro lado é verdade que o agricultor acaba sendo obrigado a comprar as sementes transgênicas de empresas, não podendo produzi-las por si mesmo, mas isso é porque a estratégia

empresarial de venda de sementes transgênicas passa pela assinatura de contratos vinculantes entre agricultor e empresa. Em vista da dificuldade de se vender, no mundo moderno, a ideia de que estratégias de livre mercado sejam prejudiciais ao agricultor, utilizaram-se estratégias de marketing nas que se contava parte da realidade para cativar o doador.

Entre as várias mistificações que ainda se ouvem sobre os transgênicos, outra muito difundida é que os genes de resistência ao antibiótico, introduzidos para selecionar as plantas transgênicas das não transgênicas, poderiam causar a transferência dessa resistência aos humanos ou às suas bactérias intestinais. Estudos científicos desmontaram esse mito completamente; e, para explicar a falácia, utilizarei uma analogia simplística.

É sabido que nós humanos nos alimentamos de matéria orgânica, animal e/ou vegetal, que contem milhões de genes. Se o mecanismo de transferência gênica acontecesse da forma hipotizada pelos antagonistas dos transgênicos, não seria de pensar que outros genes de plantas ou animais seriam transferidos para nosso organismo também? Deveríamos, portanto, estar cheios de genes de plantas e outros animais? E por analogia, cultivos biológicos orgânicos que fazem controle dos insetos por meio da bactéria Bt, não deveriam apresentar o mesmo risco de transferência de genes de bactérias para nós? Existem muitas ou-



A ESTRATÉGIA DE VENDA DE  
SEMENTES TRANSGÊNICAS  
PASSA PELA ASSINATURA DE  
CONTRATOS VINCULANTES  
ENTRE AGRICULTOR E

*EM* PRESA

tras mistificações sobre os transgênicos que foram veiculadas por leigos, e que se revelaram completamente falsas, sem bases científicas e que depois de mais de 20 anos de cultivo massivo de transgênicos ao redor do mundo, não podem mais ser sustentadas. Uma das mistificações mais grosseiras, que deixa clara a pouca seriedade dos argumentos espalhados pelos antagonistas dos transgênicos, é o fato de les tratarem os transgênicos sempre como um todo. O que está claro para cada cientista do ramo é que o risco potencial de cada transgênico reside na produção de um eventual produto tóxico, devido a inserção

do transgene. Dado que os diversos transgênicos (Bt, resistência ao glifosato, proteína da capa viral, entre outros) derivam da inserção de diferentes transgenes e, portanto, produzem diferentes produtos, classificá-los todos como tóxicos não tem nenhum sentido científico. Na prática, cada transgênico deve ser considerado como um caso separado, e colocar todos os transgênicos dentro da mesma categoria de *frankensteins* da natureza é outro erro crasso que, ao ser uma falácia propagandística, nunca foi nem será levada em consideração em qualquer debate regulatório. A propagação de mitos e falsidades não vai diminuir a produ-

ção de transgênicos, mas sim acaba tirando o foco da atenção sobre questões agroambientais, enquanto não se colocam na pauta do debate temas reais e importantes. Por exemplo, um estudo recente veiculado pela Abrasco e Fiocruz evidenciou que boa das frutas e verduras (não transgênicas) que chegam a nossa mesa estão excessivamente contaminados por agrotóxicos. Essa prática, possivelmente provocada por excesso e/ou mau manejo dos agrotóxicos na lavoura, tem efeitos diretos e comprovados na saúde humana e é pouco discutida.

Muitos antagonistas dos transgênicos acreditam firmemente que

os cientistas trabalhem a favor das indústrias do agrobusiness, pois imaginam que exista um certo conflito de interesses em falar mal dos transgênicos, mas pelo contrário, é por meio do trabalho científico que tem se entendido a necessidade de regulamentações mais rígidas e extensivas, antes de permitir a introdução de outros produtos transgênicos no mercado. Os eventuais riscos para o ambiente e saúde poderiam ser minimizados ainda mais com regulamentações que exijam análises com metodologias de última geração, tais como genômicas, proteômicas e metabolômicas, mas esses conceitos não são passa-

dos pelos antagonistas dos transgênicos para a população leiga, pois a única estratégia é o combate cego e absoluto dos transgênicos. Aliás, todo o argumento da eliminação completa dos transgênicos do mercado, depois de mais de 20 anos de sua introdução, deveria ser repensado, pois claramente não tem surtido efeitos.

#### DISCREPÂNCIA ENTRE DADOS CIENTÍFICOS E CAMPANHAS AMBIENTALISTAS

Um dos quesitos que atualmente mais preocupa os cientistas é por que continua existindo uma parte da sociedade que se obstina em apontar os transgênicos como o grande vilão

da agricultura e do ambiente, mesmo existindo um forte corpo de evidências científicas que demonstram o contrário. Em minha opinião, parte da sociedade se sente traída pela industrialização em um de seus valores mais profundos e sagrados, a alimentação. Como escreveu Luneau "a agricultura de atividade, que produz alimentação, se transformou em uma máquina de dinheiro que perdeu completamente de vista tanto o produto como o consumidor. Porém, o ato de comer não pode ser reduzido a uma dimensão comercial".<sup>16</sup>

A capacidade de observação não é uma prerrogativa científica e



A TÃO ACLAMADA  
SUSTENTABILIDADE  
PASSA POR UMA  
AGRICULTURA MODERNA,  
ESPECIALIZADA, MAS

*RENOVÁVEL*

acadêmica, e é normal que existam muitas pessoas que, mesmo sem conseguir definir exatamente os termos da equação, sejam capazes de compreender que algo de errado existe na atual equação alimentar-ambiental. E nisso muitos cientistas concordam, existe um claro problema de como sustentar uma população crescente, com meios de produção renováveis e sustentáveis, e que essa problemática choca com a lógica puramente mercadológica e liberalista de nossa época. O advento da internet, que globalizou imagens expondo o atual estado da agricultura moderna, e que se demonstrou ser o exato contrário do imaginário coletivo criado, acabou gerando descrença e desconfiança na ciência e no sistema industrial.

É nesse cenário que algumas ONGs ambientalistas se enraizaram e cresceram até virarem verdadeiras agências propagandísticas, capazes de influenciar a opinião de milhões de pessoas ao redor do mundo. Porém esses movimentos, que se autoproclamaram defensores do planeta, combateram uma batalha inútil contra os transgênicos, baseando seu discurso em grosseiras falsidades, tanto que vários anos de ativismo fervoroso e campanhas de grande impacto não geraram nem resultados ecológicos, nem legislativos. Em um sistema globalizado não sustentável, com uma população em contínuo crescimento, em um planeta de recursos finitos, foi fácil apontar os transgênicos como *frankensteins*

da história. Porém, a falta de informação e, pior ainda, a desinformação praticadas como estratégia de marketing, tanto pelas empresas do agrobusiness, para esconder a ideologia mercadológica que permeia o business agroindustrial, como pelas ONGs ambientalistas, que necessitavam de imagens fortes para cativar a atenção da sociedade sobre um tema que eles mesmos não compreendiam a fundo, criaram simplesmente uma cisão entre a sociedade e a ciência. A estes fatos, some-se uma comunidade científica que sempre teve grandes dificuldades de comunicação, especialmente com a população geral, exatamente por se negar em eliminar variáveis de difícil interpretação e simplificar o discurso, o que nos levou à atual situação paradoxal em que a população acredita em mitos mais que na ciência.

Dentro do panorama atual e complexo de conhecimento, as posições polarizadas expressas pelos dois lados da disputa nos distanciam da realidade dos fatos. Além do mais, tudo indica que ambas as partes conflitantes na disputa pró-contra transgênicos se avaleraram da mesma estratégia ilusória para garantir a própria sobrevivência em um mercado de opiniões volúveis. Como muitos experts do setor clamam, o que falta é um pouco de *fact checking*. Problemas complexos e extremamente interligados como o da equação alimentar-ecológica não podem ser lidos em chaves simplísticas, de matriz somente mercadológica ou anti-

globalização, mas deveriam integrar conhecimento profundo dos fatos, multidisciplinariedade e imparcialidade. Nesse sentido, o mundo acadêmico e o científico representam, através da análise científica, a melhor maneira de entender os paradigmas da atualidade.

É importante frisar que mais que as discussões entre cientistas, é o conhecimento que a sociedade possui sobre um tema que pode exercer pressão sobre os legisladores para criar novas legislações, assim que fica evidente que ações propagandísticas como, por exemplo, a destruição de campos de transgênicos experimentais de algumas empresas, não produzem nenhum efeito concreto no aspecto regulatório, mas acabam desviando o foco das atenções sobre os problemas reais. A tão aclamada sustentabilidade passa por uma agricultura moderna, especializada, mas renovável, que devolva protagonismo aos agricultores, por meio de um sistema capitalista de valores reais e que preze a saúde humana levando em consideração o fator ambiental.

## OLHANDO PARA O FUTURO

Os últimos 30 anos se caracterizaram por um enorme avanço de conhecimento biológico básico e de tecnologia aplicada. Dados científicos apontam que existe ainda ulterior potencial para a manipulação gênica, especialmente se realizada com instrumentos mais precisos. As pesquisas realizadas nas últimas três décadas sobre temas de fisiologia e

genética vegetal nos permitem olhar para o futuro com um pouco de esperança. Exemplos como a ativação de mecanismos de resposta natural à seca, resistência à alta salinidade e indução de interação entre fungos micorrízicos e espécies vegetais que normalmente não atuam esse tipo de simbiose podem realmente mudar o panorama mundial de produção de alimentos.

Nos próximos anos assistiremos inevitavelmente à introdução de várias novas tecnologias que dificultarão ainda mais a diferenciação entre plantas OGM e plantas naturais; portanto, devemos analisar com cuidado o corpo de evidências que acumulamos nas últimas década-

das, tanto sobre os sistemas produtivos da agricultura moderna como sobre os transgênicos, para aprender com os erros cometidos. O próprio conceito do que é definível como natural é extremamente complexo e representa uma negação do passado de domesticação dos alimentos que consumimos. Ao longo dos últimos 10.000 anos, os sistemas alimentares do mundo têm sofrido enormes mudanças. O sistema industrializado verticístico atual representa apenas um breve momento no longo período da história humana, até mesmo a agricultura é um fenômeno relativamente recente. As muitas transformações do sistema alimentar ao longo do tempo nos devem lembrar

que a forma atual não está necessariamente aqui para ficar, nem nós necessariamente desejamos que ele permaneça inalterado. A compreensão de como o sistema atual veio a ser estabelecido deve ser levado em consideração para analisarmos os pontos fortes e externalidades por ele criadas. Somente assim seremos capazes de transformar o declínio do sistema alimentar que as externalidades de nossa agricultura moderna criaram em uma revolução verde 2.0 e evitar uma nova idade média. ●

O autor é professor de Biologia do Desenvolvimento Vegetal no Centro de Energia Nuclear na Agricultura/USP  
francisco.scaglia@gmail.com

## BIBLIOGRAFIA

1. Thomas Kuhn. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1991.
2. Tattersall I. Homo sapiens (Hominin). Britannica Online Encyclopedia. Available at: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1350865/Homo-sapiens>. 2015.
3. Britannica Online Encyclopedia. Hunting and gathering culture (anthropology). Britannica Online Encyclopedia. 2011. Available at: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/277071/hunting-and-gathering-culture>.
4. Bulliet RW, Crossley PK, Headrick DR, Johnson LL, Hirsch SW. The Earth and Its Peoples: A Global History, Volume I. Boston: Houghton Mifflin; 2008.
5. Mayshar J., Moavz O., Neemanx Z. & Pascali L. Cereals, Appropriability and Hierarchy. Center for Economic Policy Research. Discussion Paper No. 10742. ISSN 0265-8003. 2015.
6. Montgomery D. Dirt: The Erosion of Civilizations. Berkeley and Los Angeles: University of California Press; 2008.
7. Charles Darwin. The Voyage of the Beagle. P.F.Collier Edition. 1909.
8. McNeill W.H. How the Potato Changed the World's History. Social Research. Vol. 66, No. 1, pp. 67-83. 1999.
9. Sergio Salvi. Sulle tracce di Nazzareno Strampelli. Accademia Geografica Treia(Itália). 2013. ASIN. 8890893907
10. Leon Hesser. The Man Who Fed the World: Nobel Peace Prize Laureate Norman Borlaug and His Battle to End World Hunger. Durban House USA. ISSN. 978-1930754904. 2006.
11. Shields DA. Consolidation and Concentration in the U.S. Dairy Industry. Congressional Research Service, USA. 2010.
12. Teaching the Food System. A Project of the John Hopkins Center for a Livable Future. 2015.
13. Piperno D.R., Holst I., Winter K. & McMillan O. Teosinte before domestication: Experimental study of growth and phenotypic variability in Late Pleistocene and early Holocene environments. Quaternary International, 2014. <http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2013.12.049>.
14. Lewis T. Here's what fruits and vegetables looked like before we domesticated them. Sciencealert. <http://www.sciencealert.com/here-s-what-fruits-and-vegetables-looked-like-before-we-domesticated-them>. 2016.
15. National Academy of Sciences, Engineering and Medicine USA. Genetically Engineered Crops: Experiences and Prospects. National Academy Press. USA. ISBN 978-0-309-43738-7. <http://www.nap.edu/23395>. 2016.
16. Gilles Luneau - Introdução de "Le monde n'est pas une marchandise. Des paysans contre la malbouffe - Edition La Découverte & Syros. Paris 2000

11:21 / 11:21



Verde do mar, dos olhos da carioca, do sinal que o carioca adora atravessar sem parar, do mato, do morro, verde das piscinas, das palmeiras, das luzes de neon dos letreiros, da linha 2 do metrô, dos biquínis, dos dólares dos milhões de turistas que se encantam mais do que a gente com isso tudo.

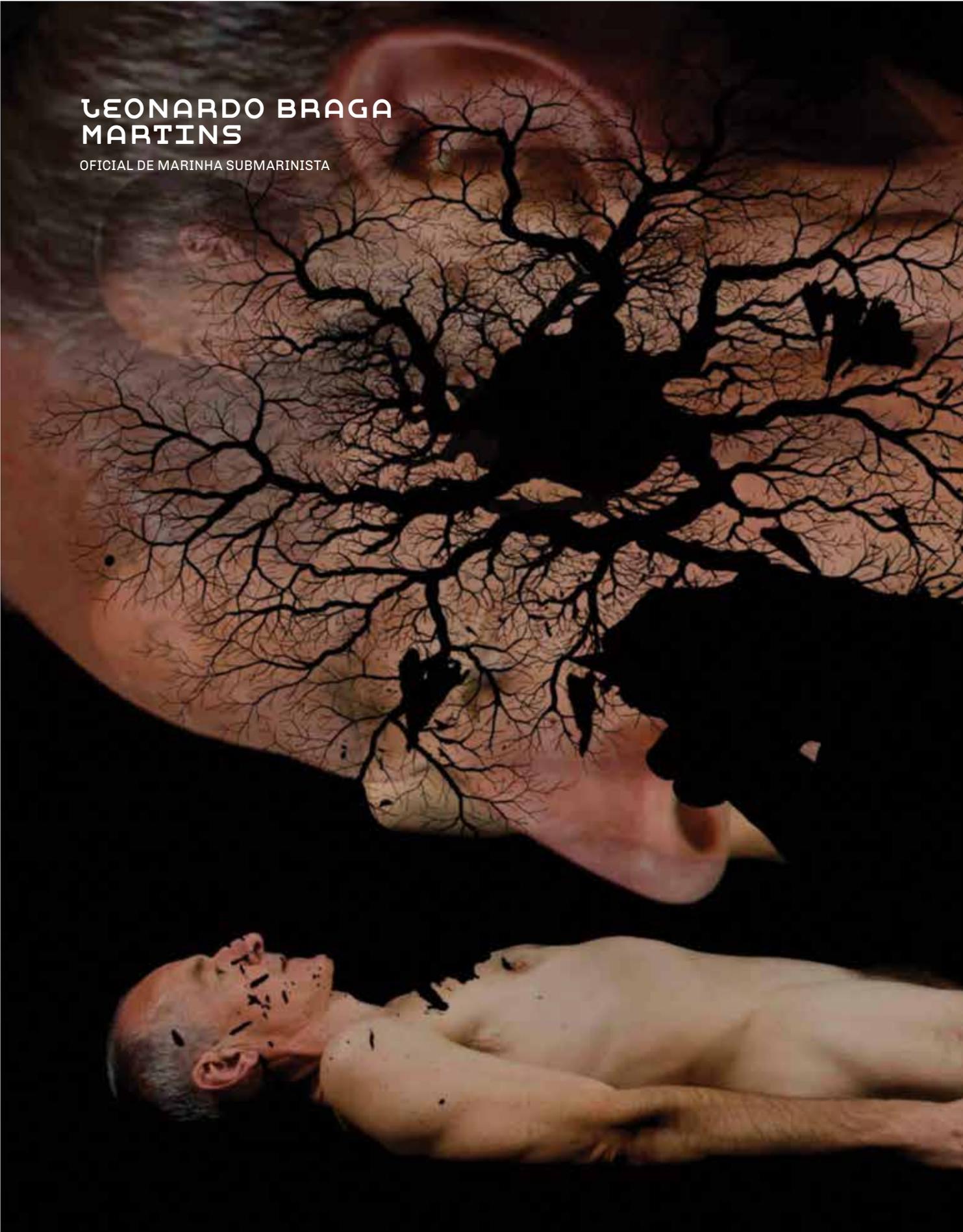


INSIGHT  
**CARIOQUICE**



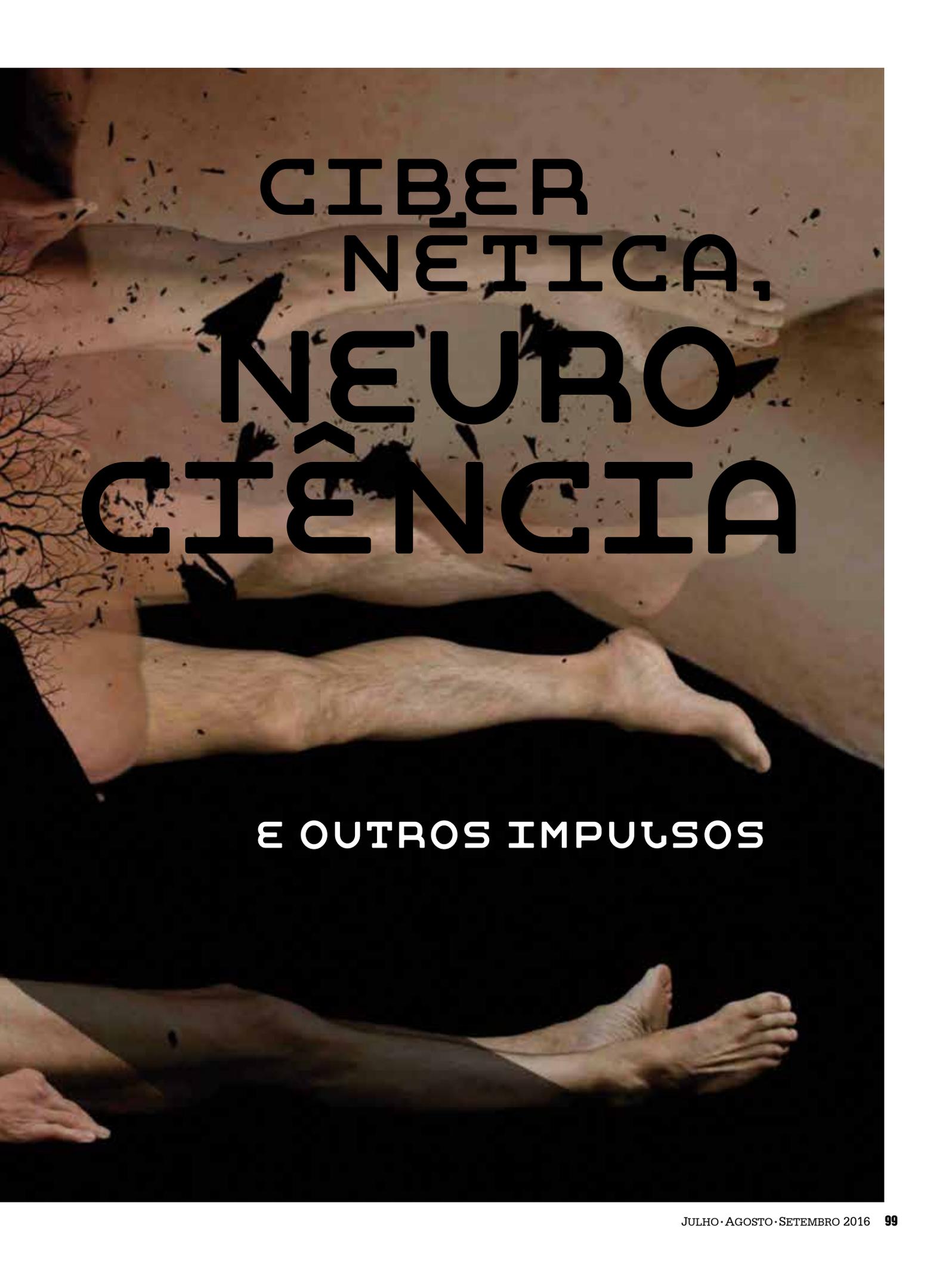
*A gente conhece o Rio de cor.*





LEONARDO BRAGA  
MARTINS

OFICIAL DE MARINHA SUBMARINISTA



**CIBER  
NÉTICA,  
NEURO  
CIÊNCIA**

**E OUTROS IMPULSOS**

# N

No século XXI, a ascensão do artificial atingiu patamares jamais experimentados pelo homem urbano comum. A internet, os smartphones, as redes de telefonia móvel e a ampliação da oferta de serviços em nuvem, passaram a permear, em muito pouco tempo, a experiência cotidiana. Dispositivos, antes restritos às aplicações industriais e militares, beneficiados pelo aprimoramento da eficiência elétrica, a miniaturização de componentes e pela vasta oferta da capacidade de processamento e armazenagem de dados, tornaram-se acessíveis ao grande público. Mas nenhum desses recursos poderia ser mobilizado sem a progressiva sofisticação da capacidade humana de conceber sistemas de controle – um processo de reflexão-ação que deu origem à cibernética.

Mais conhecida pela sua forte influência na produção da cultura material contemporânea, a cibernética teve, desde seu nascedouro, a vida, o homem e a sociedade como objetos

privilegiados de interesse. Este artigo explora algumas contribuições desse movimento para as ciências sociais e apresenta possibilidades de resignificação de conceitos como conhecimento, poder e cultura, a partir do diálogo que se estabeleceu entre a cibernética e neurociência cognitiva no século XXI.

### A CIBERNÉTICA E SUAS ORIGENS

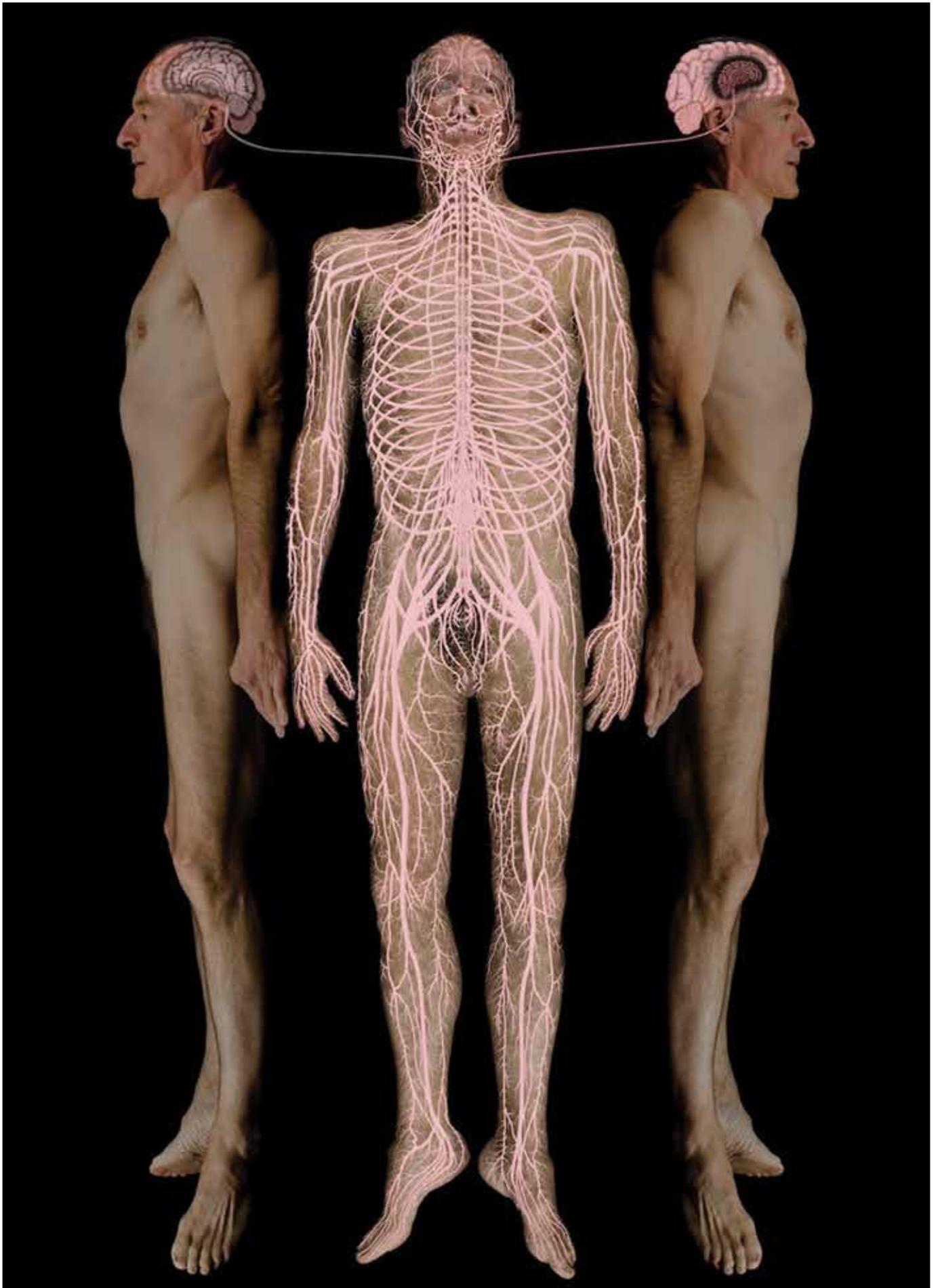
O notável matemático e filósofo Norbert Wiener (1894 – 1964) cunhou o termo *cibernética* em seu livro seminal “Cybernetics or Control

and Communication in the Animal and the Machine” de 1948. A palavra é uma derivação do termo grego “Kybernetes”, que quer dizer timoneiro (WIENER, 1948). Faz menção à ideia de governo ou comando, apresentando de primeira mão o pilar central da abordagem cibernética: a análise de sistemas cujos comportamentos estão orientados para o atingimento de metas. Essa forma de olhar logo mostrou-se poderosa, não só para análise e construção de máquinas quanto também para a compressão das coisas vivas. Assim, muitos se debruçaram sobre os problemas da vida a partir do olhar da cibernética e entre os maiores contribuintes para o campo estão dois biólogos – Walter Canon (1871-1945) e Ludwig von Bertalanffy (1901-1972).

Cannon propôs a visão dos seres vivos como sistemas abertos, dinâmicos, engajados numa busca incessante pelo equilíbrio interno; busca que orientaria suas respostas ao ambiente externo. Essa concepção colocou o cientista entre os pioneiros da cibernética, contribuindo para a legitimação das explicações de cunho teleológico no interior da produção de conhecimento científico (GLASERSFELD, 2002). Leia-se, o propósito passou a ser reconhecido como um princípio válido para a explicação científica, ideia primeiramente justificada por Immanuel Kant e mais tarde por Charles Darwin (PERIN, 2010).

Já Bertalanffy foi responsável pela Teoria Geral de Sistemas (TGS).

MUITOS SE DEBRUÇARAM SOBRE  
OS PROBLEMAS DA VIDA A PARTIR  
DO OLHAR DA CIBERNÉTICA



Seu trabalho pode ser considerado um compêndio de produções intelectuais convergentes que provinham de diferentes áreas do conhecimento humano. Elas tinham em comum uma oposição às abordagens de cunho cartesiano, em que o conhecimento somente se produzia pela dissecação física e teórica dos objetos da pesquisa (DUPUY, 2000). Desse modo, a perspectiva de adotar os padrões de organização e as interações entre componentes, como os objetos privilegiados da reflexão, provocaram uma revolução no *modus faciendi* da pesquisa em campos como a biologia, a economia e a sociologia, proporcionando uma base comum para o diálogo interdisciplinar.

A TGS prevê a descrição formal de sistemas por meio de diagramas de bloco, explicitando três componentes distintos: o primeiro consiste no receptor, unidade responsável por obter informações do ambiente; o se-

gundo é o aparelho de controle, responsável por processar as informações recebidas, compará-las como as referências pré-estabelecidas e, em determinadas circunstâncias, acionar a unidade atuadora; e o terceiro, portanto, é a unidade atuadora, que age sobre o ambiente, a partir dos comandos do aparelho de controle (BERTALLANFFY, 2008, p.43).

Entre esses componentes existe uma relação de circularidade, por meio de uma interligação entre o receptor e o atuador, conhecida como

retroação ou realimentação – em inglês, *feedback*. Essa relação pode ser estabelecida diretamente ou se realizar por meio do ambiente que cerca o sistema, arranjo mais comum. Em ambos os casos, o sistema de controle será instado a comandar a ação do atuador, quando, ao comparar a informação recebida pelo sensor com o padrão de controle programado, encontrar uma diferença. E continuará fazendo isso enquanto essa diferença persistir (Figura 1).

Para ilustrar a explicação, usaremos como exemplo o controle de temperatura de um forno elétrico. No forno, uma vez ligado, o sistema de controle irá comparar a temperatura de operação selecionada pelo usuário com aquela que pode ser medida no interior do aparelho. Considerado um forno inicialmente frio, teremos um sensor a informar uma temperatura igual a do ambiente, que convencionalmente, neste exemplo como 25° C. Suponhamos que o usuário tenha selecionado como temperatura alvo 180° C. Comparando 25° C com 180° C, o dispositivo de controle irá identificar uma diferença e, assim, permitirá a passagem de corrente elétrica para as resistências de aquecimento. Ao se aquecerem, as resistências irão aquecer o ar no interior do forno, cuja temperatura é monitorada pelo sensor do sistema. Quando a temperatura do ar atingir 180° C, não haverá diferença entre o valor medido e o valor ajustado. Nesse momento, o dispositivo de controle irá interromper a corrente elétrica que alimenta

FIGURA 1  
ESQUEMA HIPOTÉTICO DE REALIMENTAÇÃO (FEEDBACK) CIBERNÉTICO DE PRIMEIRA ORDEM DE NATUREZA GENÉRICA



Fonte: Autor, adaptado a partir de BERTALLANFFY, 2008, p. 69

as resistências, evitando assim que a temperatura continue a subir. Quando a temperatura cair novamente, o ciclo se repetirá, pelo menos enquanto o forno permanecer ligado.

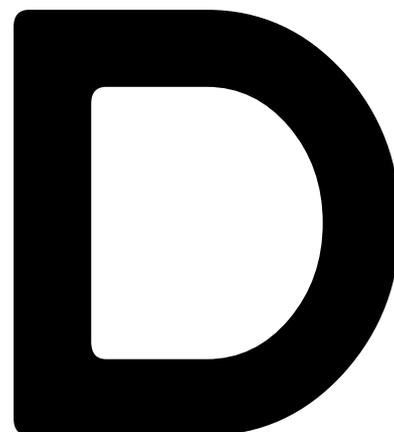
É possível observar, todavia, que a adoção de um "ponto de equilíbrio" (no exemplo, 180° C) é uma escolha desgastante para o nosso sistema modelo. Essa configuração fará com que o forno tenha que ligar ou desligar as resistências de aquecimento com demasiada frequência. Uma estratégia alternativa – adoção de uma faixa de equilíbrio em vez de um ponto – se apresenta a partir da observação dos seres vivos (CANNON, 1963). No nosso caso, em vez de 180° C, poderíamos adotar uma faixa aceitável de 175° C a 185° C. Veríamos que, na partida, o dispositivo de controle manteria em funcionamento as resistências até que atingissem 185° C. Ao atingirem essa temperatura, as resistências seriam desligadas, e pouco a pouco a temperatura iria cair, sem que nenhuma ação de controle fosse requerida. Quando a temperatura do ar alcançasse o limite inferior (175° C), o aparelho de controle acionaria novamente as resistências, e assim a temperatura seria mantida no intervalo almejado.

Como na ilustração do forno, os sistemas artificiais e naturais exibem uma grande variedade de padrões de realimentação, sendo o *feedback* simples apenas um dos exemplos que a cibernética de primeira ordem ajudou a compreender. Na biocibernética, esse processo de equilibra-

ção sistêmica foi batizado por Cannon (1963) de homeostase, e as faixas de equilíbrio foram chamadas de faixas homeostáticas.

### A CIBERNÉTICA DE SEGUNDA ORDEM

A perspectiva da TGS cristalizou-se no que reconhecemos hoje como "cibernética de primeira ordem", descrita por Bertalanffy à época apenas como cibernética. Na cibernética que se segue, conhecida como "de segunda ordem", a perspectiva muda da *observação de sistemas* para *sistemas que observam*. Essa mudança de perspectiva dá origem a uma nova tradição de análise sistêmica da cognição, que tem suas raízes no aprofundamento do movimento cibernético pelo físico-químico Ilya Prigogine (1917-2003), prêmio Nobel de Química em 1977, e pelo físico Heinz Von Foerster (1911-2002), considerado o pai da biocibernética. Mais tarde o referencial teórico da cibernética de segunda ordem seria apropriadamente formulado por Gregory Bateson (1904-1980) e desenvolvido pelo biólogo e neurofisiologista Humberto Maturana com o concurso de seu colaborador próximo, o neurocientista Francisco Varela (1946-2001) (GLASERSFELD, 2002).



Dentro da cibernética de segunda ordem, o constructo teórico de maior interesse para essa reflexão é a Teoria da Cognição de Santiago.<sup>1</sup> Ao distinguir os sistemas vivos dos "não vivos", Maturana e Varela (2001) constroem um novo referencial para a compreensão dos processos cognitivos, a partir de uma mudança de perspectiva. Descarta-se, como possibilidade metodológica, a interpretação do comportamento de um ser vivo a partir de um observador externo. Em vez disso, os autores discutem as características da vida para então depreender o modo como se dá a cognição, por eles compreendida como um processo que reúne, num só fazer, a reflexão e a ação.

O pilar central da teoria é o conceito de organização autopoietica. Ao se perguntarem como é possível

1. O nome da teoria é uma referência à origem comum de Maturana e Varela – o Chile.

distinguir os seres vivos do restante do meio, os autores afirmam que a vida conta com uma característica sem igual, a capacidade de constituir a si mesma, de se autoproduzir. Essa autoprodução se dá por meio de duas linhas de esforço distintas e complementares. Uma é de natureza filogenética, tal como Maturana e Varela (2001, p.117) definem: “uma sucessão de formas orgânicas geradas sequencialmente por relações reprodutivas”. A segunda se dá ao longo da vida de um ser, em que a autoprodução é o recurso que permite ao organismo, dentro de seu nicho ambiental, configurar-se de diferentes modos (estruturas), respeitadas certas relações invariáveis (padrão de organização). Essa plasticidade estrutural, ou metamorfose, permite a emergência de diferentes comportamentos do organismo, resultando, na visão de um observador externo, numa capacidade de adaptação.

Mas ao contrário do que costuma apontar o senso comum, as perturbações externas não *determinam* um efeito sobre um organismo – elas *desencadeiam* processos de resposta que, em última instância, são decorrentes da lógica estabelecida pela estrutura corrente desse organismo. Vemos assim que, por exemplo, um nível de exposição solar capaz de estimular o florescimento de um cacto pode matar uma orquídea. A luz não determina se uma criatura irá viver ou morrer – quem o faz é a sua estrutura. Essa segunda linha de esforço é chamada de onto-



genética, a partir da definição proposta por Maturana e Varela (2001, p.88), ao afirmarem que “a ontogenia é a história de mudanças estruturais de uma unidade, sem que esta perca a sua organização”. Reparemos que essa plasticidade estrutural (a capacidade de modificar a sua própria estrutura) pode ser amplamente observada na natureza. Lá está ela na transformação de girinos em sapos, na mudança da pelagem de animais,

na queda das folhas no inverno, no crescimento de músculos exercitados e no bronzeamento da pele após um dia de praia.

É possível observar que a Teoria de Santiago posiciona a cognição como um fenômeno mais amplo e anterior ao aparecimento do sistema nervoso na história evolutiva. O organismo vivo deixa de ser visto como um sistema de processamento de informações, como se estas possuís-



## A VIDA CONTA COM UMA CARACTERÍSTICA SEM IGUAL, A CAPACIDADE DE CONSTITUIR A SI MESMA

sem existência independente de um observador, para se constituir como um sistema produtor de sentidos, por meio de suas configurações estruturais. Podemos afirmar que, em última instância, o organismo vivo faz o que faz por que tal ação lhe faz sentido, lhe é coerente. Bem-sucedido é, portanto, aquela linhagem de organismos que consegue construir e preservar sentidos capazes de viabilizar a sua existência.

### A COGNIÇÃO DE NATUREZA BIOLÉTRICA

A ascensão experimentada pelas neurociências nos últimos quinze anos resultou na formação do quinto maior campo disciplinar da produção científica global (ROSVALL e BERGSTROM, 2010). Esse processo resultou numa rápida popularização do tema – na percepção dos leigos, a associação de argumentos a explicações ditas “neurocientíficas” passou a conferir maior credi-

bilidade às produções (WEISBERG et al, 2008; WEISBERG, TAYLOR e HOPKINS, 2015), fazendo crescer as iniciativas oportunistas de autores pouco chegados ao rigor metodológico. A esse processo de popularização “desinformante”, somaram-se as dificuldades inerentes de integração do novo campo à produção científica corrente, tão fragmentada e disciplinar. Uttal (2016) ilustra as limitações do atual paradigma de pesquisa das neurociências cognitivas afirmando que a redução dos constructos da psicologia a mecanismos neurofisiológicos mostrou-se uma tarefa muito difícil e mais complexa do que se pensava – talvez impossível –, e que conceitos advindos da psicologia, como cognição, mente, pensamento e consciência, são inadequados para análise das complexas redes inter-neuronais.

A possibilidade de resignificação de conceitos utilizados na pesquisa social, a partir do referencial cibernético de Maturana e Varela, proporciona um caminho metodológico alternativo. Dentro desse contexto, os processos bioelétricos, a cargo das células neuronais e gliais, constituem *apenas* um caso particular da cognição, requerendo que o seu entendimento seja recontextualizado. Um sistema nervoso complexo passa a ser compreendido como um recurso que expande brutalmente a plasticidade estrutural do organismo, proporcionando um repertório muito mais extenso de comportamentos possíveis, que podem ser

construídos e/ou destruídos de um modo muito mais veloz. E como isso teria se dado na história evolutiva? Se retornarmos ao esquema clássico de controle por retroação simples, originário da cibernética de primeira ordem, e substituímos a *informação* por uma *perturbação*, na entrada, teremos nosso ponto de partida para conceber o vivo dotado de um sistema nervoso (Figura 2).

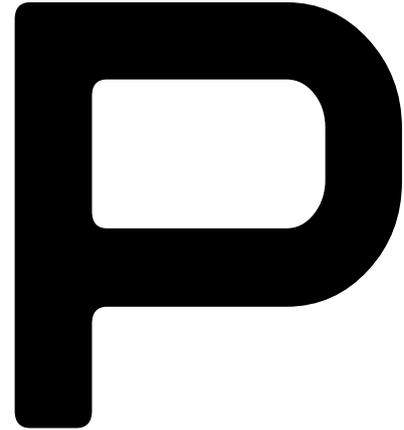
Conectados aos *sensores*, teremos os neurônios aferentes, e, aos mecanismos *efetores*, os neurônios eferentes. Entre eles, na condição de componente de controle, encontraremos a rede de neurônios interneuronais (MATURANA, 2014). Tal configuração – células sensíveis a determinadas perturbações (sensores), conectadas a células capazes de produzir movimento, quando excitadas eletricamente (efetores) – proporcionou à vida multicelular uma notável extensão de suas possibilidades. Na condição de estrutura, facultando a conexão entre sensores e efetores, a rede interneuronal proporcionou a emergência de certos comportamentos, a partir de certas correlações ou, como havíamos dito, certos *sentidos*.

Constata-se que, ao longo da evolução, as espécies aquinhoadas com o aumento da densidade da rede interneuronal e da concentração de seus componentes em regiões específicas, parecem ter sido particularmente bem-sucedidas. A evidência está em toda parte, ao observarmos a grande variedade de es-

pécies que apresentam uma cabeça concentrando a maior parte do SNC (RIBAS, 2006).

### A COMPLEXIFICAÇÃO DAS REDES INTERNEURONAIS

O aumento da quantidade e concentração de neurônios interneuronais propiciou o surgimento de estruturas cada vez mais complexas que, por conseguinte, foram capazes de gerar comportamentos cada vez mais variados. A proporção de interneurônios do cérebro humano ilustra o quanto essa rede prosperou. Estima-se que, para cada dez neurônios efetores, existam 100.000 interneurônios e apenas um neurônio sensor (MATURANA E VARELA, 2001). Considerando uma população estimada de 86 bilhões de neurônios e um número similar de glias (AZEVEDO, Frederico AC et al, 2009), tem-se uma rede de grande escala, que se destaca claramente entre os demais sistemas nervosos centrais de primatas (HERCULANO-HOUZEL, 2009).



Para dar os necessários saltos de escala entre fenômenos bioelétricos, psíquicos e sociais, precisamos oportunamente do apoio de outros autores, como os filósofos Joseph Woodger (1894-1981), Charlie Broad (1887-1971). Wooger (1929) formulou a ideia do fenômeno da vida como uma grande teia de relações, organizada numa cadeia hierárquica de redes dentro de redes, cada vez maiores e mais conectadas – portanto mais *complexas*. Broad, em seu livro "The Mind and its Place in Nature", de 1925, nos oferece o conceito de "propriedade emergente" para definir propriedades únicas de um determinado nível de organização da rede (GUSTAVSSON, 2014) que o distinguem entre os níveis superiores ou inferiores de complexidade.

O diálogo de Broad e Woodger com Maturana e Varela nos permite propor a emergência, nessa escala de rede, de um domínio próprio de interações, em que os sentidos se relacionam com outros sentidos, crian-

do algo que poderíamos chamar de grandes correlações. Vimos que a rede interneuronal é massivamente superior em conexões e quantidade de componentes se comparadas às redes sensoras e motoras. Portanto, a maior parte dos neurônios do SNC se relacionam mesmo a outros neurônios, constituindo um domínio de interações distinto do domínio de existência do organismo. Tal como explica Maturana (2014, p.199), “o resultado fundamental desta situação é que o organismo interage com o meio, mas o sistema nervoso não”.

Tomada como um determinado nível de complexidade, as grandes redes interneuronais dispõe, portanto, de propriedades específicas que não são encontradas nem nos seus níveis superiores, nem nos seus componentes. Isso quer dizer que organismo e sistema nervoso estejam desconectados? Não. Ambos compartilham dos elementos *sensores* e *efetores*, que

constituem as relações do organismo (em sua integralidade) com o ambiente que o cerca. Como nos alerta Maturana (2014, p.200), “apesar do sistema nervoso não interagir com o meio, a estrutura do sistema nervoso segue um trajeto de mudança que é contingente com o fluir das interações do organismo na realização e conservação de seu viver”.

Desse modo, assim como sequências de apenas quatro aminoácidos foram capazes de constituir a enorme variedade de seres vivos existentes na Terra, não é de se espantar que numa rede com trilhões de conexões possam emergir fenômenos como a linguagem, as emoções e a consciência.

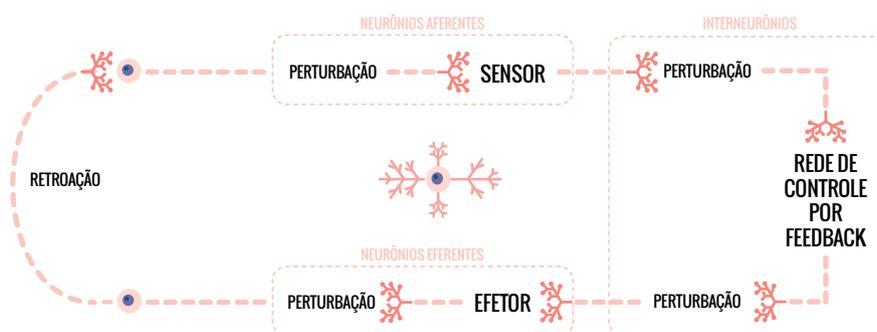
### O MECANISMO DE FEED FORWARD

Na busca de novas respostas para antigas perguntas, seguir-se-á pelos referenciais da cibernética, incluindo nas discussões um esque-

ma de controle denominado de *feed forward*. Segundo Damásio (2011) esse esquema proporciona ao homem uma camada de controle adicional, possível a partir da complexificação das redes interneuronais, e capaz de estender de modo extraordinário as possibilidades proporcionadas pela homeostase baseada em *feedback*: “Eles se entrepõem entre as outras regiões com o bom e óbvio propósito de modular as respostas simples a estímulos diversos e torná-las menos simples, menos automáticas.” (Damásio, 2011, p.380). Conhecido por suas contribuições na formulação de conceitos como mente e subjetividade, Damásio tem ainda outros constructos úteis a essa reflexão, tais como a homeostase sociocultural, a compressão cognitiva e a sua particular modelagem para fenômenos como a emoção e a mente consciente. Fenômenos como esses devem ser compreendidos essencialmente como produtos do domínio de interações próprio da rede interneuronal. Como tais, serão analisados e descritos no interior de uma modelagem que guarda coerência com os princípios gerais da cognição até agora descritos, respeitando características *sui generis*, possíveis apenas em um nível tão alto de complexidade.

Maturana e Varela (2001, p.232 e 233) definem o domínio de interações simbólicas como um domínio *linguístico*. A linguagem aqui é compreendida como um campo que permite “a quem funciona nela, descrever a si

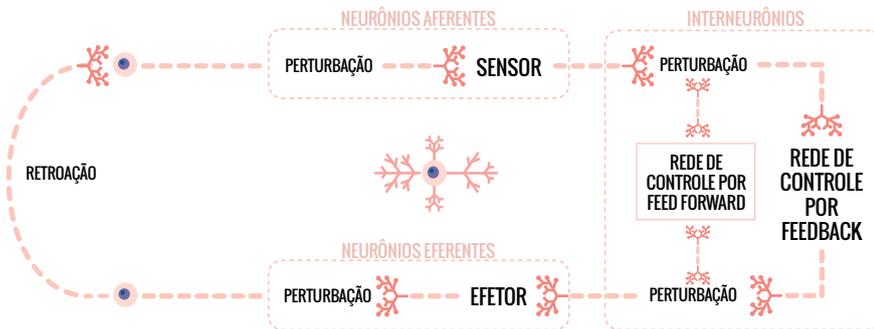
FIGURA 2  
ESQUEMA HIPOTÉTICO DE REALIMENTAÇÃO (FEEDBACK) CIBERNÉTICO DE SEGUNDA ORDEM DE NATUREZA BIOLÉTRICA



Fonte: Autor, adaptado a partir de BERTALLANFY, 2008, p. 69.; MATURANA E VARELA (2001) e LENT (2010)

FIGURA 3

### ESQUEMA HIPOTÉTICO DE REALIMENTAÇÃO (FEEDBACK) COM ANTECIPAÇÃO (FEED FORWARD) CIBERNÉTICO DE SEGUNDA ORDEM DE NATUREZA BIOLÉTRICA



Fonte: Autor, adaptado a partir de BERTALLANFY, 2008, p. 69.; MATURANA E VARELA (2001), LENT (2010) e DIAMOND (2013)

mesmo e à sua circunstância". Leia-se "o próprio domínio linguístico passa a ser parte do meio de possíveis interações" coexistindo com o domínio da existência (o campo da ação material sobre os sensores e efetores). Nas experiências cotidianas, o domínio linguístico é mais conhecido por sua razão instrumental no fenômeno da comunicação. Aqui, recusando definições que circunscrevam a linguagem a um sistema de transmissão e recepção de mensagens, tomaremos o fenômeno como um sistema de lógicas próprias de redes interneuronais complexas, capaz de proporcionar o afloramento do que convencionou-se chamar de pensamento abstrato.

Reconhecendo a importância da homeostase e dos mecanismos de controle baseados na retroalimentação (*feedback*), Damásio (2011, p.69) propõe que o cérebro humano tenha proporcionado ao homem a capaci-

dade de prever desequilíbrios futuros e agir antecipadamente antes que eles aconteçam (Figura 3). Para tal, estariam instaladas no cérebro faixas homeostáticas *simbólicas*, aprendidas a partir da interação do indivíduo com o seu grupo social e com os demais componentes do ambiente que o cerca, num processo de equilíbrio simbólica chamada de homeostase sociocultural (DAMÁSIO, 2011, p.356). Damásio guarda coerência com a visão já descrita de que, no ser humano, a complexificação das redes interneuronais proporcionou a emergência da linguagem, como um sistema de descrição de objetos (e do próprio indivíduo) sobre os quais o homem consegue, mentalmente, interagir ou simular interação a fim de elaborar cenários de futuro (MATURANA e VARELA, 2001). A posição de sujeito de uma ação planejada teria gerado a faísca para um fenômeno singular na história natural – a

consciência, aqui tomada como "um processo que se manifesta com conhecimento que um indivíduo tem da própria identidade, do próprio passado e da própria situação perceptiva e emocional" (MALDONATO, 2014, p.110). Entretanto, ao que tudo indica, o mecanismo de *feed forward* é um fenômeno subjacente à mente consciente, residindo também no nível subconsciente (associado a fenômenos como a intuição e a decisão intuitiva) (KAHNEMAN, 2012; GAZZANIGA, 2012). [Figura 3]

A invenção do futuro requer o conhecimento do passado, em duas dimensões distintas: (1) na expressão das perturbações recorrentes, ocasionadas pelos objetos mais comuns no domínio da existência e (2) na expressão do próprio organismo, cuja recorrência de interação é óbvia – o sistema nervoso nasceu e cresceu ali – e cujo papel é privilegiado na prospecção de cenários, por que nele estão instalados os sensores e efetores que constituem o "sujeito" das ações. Em relação à primeira dimensão, Damásio (1992, p.93) defende que o emprego de estereótipos, classes ou categorias de objetos fixou-se como estratégia cognitiva bem-sucedida na história evolutiva do sistema nervoso central (SNC), como um fenômeno conhecido como "compressão cognitiva". Grosseiramente, poderíamos dizer que a existência de circuitos especializados em processar perturbações recorrentes – que correspondem a classes ou categorias de objetos com proprie-

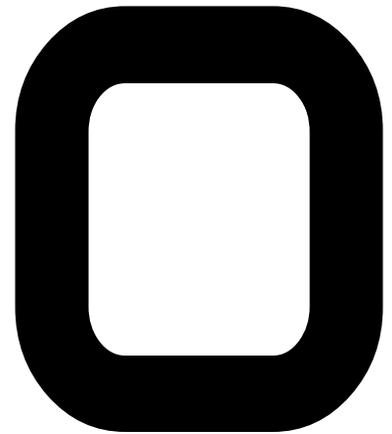
dades definidas – permite ao cérebro, ao detectar uma perturbação, reconhecê-la e combiná-la com reproduções de outras perturbações.

Em relação à segunda dimensão, é possível afirmar que o SNC tem, no corpo, um tema privilegiado. Nas perturbações recíprocas que se estabelecem com as demais redes que compõem organismo, observamos a emergência da comunicação – fenômeno compreendido como o “desencadeamento mútuo de comportamentos coordenados que se dá entre os membros de uma unidade social” (MATURANA e VARELA, 2001, p.214). As perturbações provocadas pelo corpo na rede interneuronal sinalizam, entre outras coisas, as vontades homeostáticas dos órgãos e tecidos que o constituem. As vontades atendidas se manifestam como sensações prazerosas, e as vontades negligenciadas como dor. A punição, como um reforço negativo à manutenção do comportamento doloroso e a recompensa como um estímulo à manutenção do comportamento prazeroso (DAMÁSIO, 2011, p.74).

Mas não só de dor e prazer vivem as comunicações da rede interneuronal com o organismo. Nesse balé de comportamentos coordenados, há passos em que o organismo sinaliza quais predisposições escolheu para lidar com o ambiente no presente momento. Como predisposições, quero dizer a especificação de quais perturbações devem gozar da atenção disponível e quais ações o organismo considera como opções

adequadas ao atual contexto, entre todas as ações possíveis do seu inventário. Esse fenômeno, Damásio (2012) e Maturana (2014, p.45) chamam de emoção. A emoção permite que, para certos contextos, o organismo privilegie o processamento de certas perturbações e a escolha de certas respostas, em detrimento de outras. Numa primeira aproximação, isso não parece representar vantagem. Todavia, um olhar atento aponta que a existência de estados emocionais no cérebro dos humanos modernos resulta num desempenho superior. Ao restringir a variedade de estruturas selecionadas para produzir os comportamentos, o SNC processa mais rapidamente as perturbações e comanda mais rapidamente os efeitos, porque existem menos caminhos neurais a serem percorridos; o que se traduz, para um observador externo, num menor número de opções acessíveis à escolha.

Podemos fazer analogias ao cardápio de um restaurante. Imagine que você está jantando com um amigo e, antes de escolher, vocês decidiram compartilhar uma porção para duas pessoas. Nesse caso estabeleceu-se, previamente à escolha, um determinado contexto, que limitará as opções àquelas suficientes para duas pessoas. Você não precisará, portanto, ler a parte do cardápio relativa aos pratos individuais (limitou as perturbações). Ao apreciar uma lista menor de pratos você dispenderá menos tempo para decidir (comando mais rápido).



Os trabalhos científicos da neurociência contemporânea apontam que emoção é um mecanismo ancestral, que precede a alta complexificação das redes neuronais e, portanto, a emergência da mente consciente. Por séculos, antes desses achados, ela foi compreendida como um incômodo, um elemento “atrapalhador” da decisão racional. Isto porque, na mente consciente, o que emerge é a sensação de que um estado emocional foi selecionado involuntariamente. É o coração acelerado, o frio da barriga, o suor frio. É uma experiência que desafia o desejo de estar sempre no controle. A essa tomada de consciência das mudanças disparadas no corpo pela alteração involuntária do estado emocional, Damásio (2012) chama de sentimento. Por muito tempo, foi o sentimento tudo o que nós, seres humanos, soubemos sobre a emoção. Mas hoje as evidências clínicas demonstram claramen-

te que estávamos errados. A falta de emoções não gera o decisor perfeito; gera a incapacidade de decisão (DAMÁSIO, 2012).

### PODER, SOCIEDADE E CULTURA

Quando organismos dependem da comunicação entre si para assegurar o seu bem-estar, eles formam uma unidade social. No caso do homem, a notável plasticidade estrutural proporcionada pelo SNC possibilita que, no devir de gerações, os novatos tenham suas estruturas moldadas pelos adultos, de modo a reproduzirem os comportamentos julgados adequados. Portanto, na condição de sistema, o grupo social força a manutenção das suas grandes correlações, desencadeando, por meio de perturbações específicas e intencionais, mudanças estruturais no interior dos seus indivíduos.

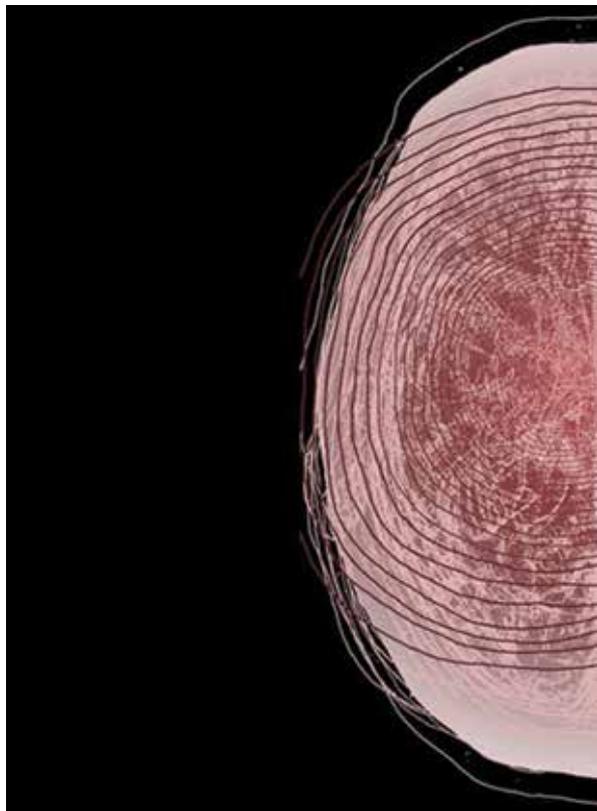
Ao contrário da deriva natural, há um processo intencional que seleciona, entre os padrões constantemente criados pela autopoeise interneuronal, aqueles que produzem modos de ser e agir socialmente aceitáveis. Este processo acontece com todos nós. Assim aprendemos a falar, a ler e escrever. Assim somos moldados para exibir o comportamento de escovar os dentes depois das refeições. A esses comportamentos estáveis ao longo de gerações, adquiridos de modo ontogenético pela comunicação entre os entes de uma unidade social, chamamos de “condutas culturais” (MATURANA e VARELA, 2001, p.223). A cultura não é

um fenômeno presente em todas as unidades sociais. Há grupos, como o dos insetos sociais, cuja coordenação está fortemente ancorada em instruções filogenéticas. Seus participantes até possuem cérebros complexos, mas “de certo modo inflexíveis,

vulneráveis a interrupções de suas sequências comportamentais” (DAMÁSIO, 2011, p.348). Para que haja cultura é necessária a plasticidade estrutural, é preciso ser moldável pelas interações com o outro.

Quando a reflexão, neste momento, passa a permear o campo da sociologia, é oportuno citar que a cibernética motivou a emergência de abordagens sociológicas alternativas pelas mãos de nomes como Talcott Parsons (1902-1979), George Homans (1910-1989), Walter Buckley (1922-2006) e Niklas Luhmann (1927-1998). Apesar de alguns críticos não serem capazes de diferenciar as contribuições científicas

HÁ UM PROCESSO INTENCIONAL QUE SELECIONA OS PADRÕES QUE PRODUZEM MODOS DE SER E AGIR SOCIALMENTE ACEITÁVEIS



da cibernética de primeira ordem em relação às de segunda ordem, nesta última foi possível verificar a superação de boa parte das maledicências contra o movimento cibernético. As críticas em geral se embasavam na compreensão de que, embora a abordagem sistêmica de primeira ordem se opusesse ao reducionismo cartesiano, com ele compartilhava a mesma visão mecanicista da vida (DUPUY, 2000). Superada a visão mecanicista, a cibernética de segunda ordem continuou a exibir alguns aspectos sujeitos a crítica sociológica. Dois deles são de interesse especial para este trabalho: as questões da clausura operacional e do poder.

### CLAUSURA OPERACIONAL E ESTRATÉGIAS DE EQUILIBRAÇÃO

Na Teoria da Reprodução Cultural de Pierre Bordieu (1930-2002) e Jean-Claude Passeron, encontramos o modelo teórico mais capaz de explicar a ação do grupo sobre o indivíduo, na intenção de manter, por meio da cultura, as grandes correlações sociais. Tal pertinência, contudo, se dá em dura oposição à abordagem cibernética. Bordieu proporciona aos pesquisadores uma oportunidade preciosa de reflexão crítica, ao rejeitar a autorregulação fechada proposta por N. Luhmann, (FERNANDES, 2006, p.52). Diante dessa rejeição, ao mesmo tempo que se faz necessário defender o caráter fechado dos sistemas nervosos, a partir das evidências que a pesquisa neurobiológica de Maturana e Varela (2001) acumulou, se mostra igualmente oportuno distinguir duas características operacionais primárias, que emergem das discussões realizadas por eles e por Damásio (2011), (1) os desequilíbrios internos do SNC geram ações palpáveis, que se traduzem em comandos para os seus efeitos, capazes de mudar o ambiente no entorno de modo concreto; (2) os SNC são sistemas autopoieticos, cuja autopoiese se dá pelo contínuo rearranjo dos circuitos neurais que ocorre diuturnamente por meio de fenômenos como a neurogênese e sinaptogênese.

Rememorando o exemplo inicial, podemos perguntar: o que o forno elétrico faz, não é realizar uma mu-

dança no ambiente (levar o ar a 180° C) para satisfazer a sua lógica, a sua coerência interna? Seguindo essa metáfora, o SNC não faz a mesma coisa? Há evidências de que sim, com pelo menos uma diferença. A capacidade de simular a interação entre objetos simbólicos, a fim de produzir conclusões sobre eventos que não foram concretamente observados, permitiu ao homem experimentar soluções que igualmente não existem, mas que podem se tornar realidade a partir da sua ação sobre os elementos disponíveis no domínio da existência.

A atitude transformadora do ambiente se configura como uma estratégia de equilíbrio por conformidade externa. As ideias, ao surgirem naturalmente, são selecionadas em proveito da realização de uma visão de mundo em que o ambiente é modificado para atender as correlações internas do sujeito criador. Aos elementos materiais que concretizam essa mudança no domínio da existência, chamamos de artefactos ou próteses (BARTRA, 2014).

Para alguns, por outro lado, a plasticidade neural estaria a serviço mais fortemente da imitação de comportamentos já estabelecidos pela cultura vigente, numa estratégia de modificação das correlações internas a fim de assegurar a coerência do interno com o ambiente cultural. Desse modo, podem angariar as recompensas que o grupo social lhes oferece, pela manutenção de sua conformidade, assim como



evitar as punições advindas da não conformidade. Trata-se de uma estratégia de equilíbrio por conformidade interna.

Nesse ponto retornamos a Bourdieu, para oferecer um contraponto, constatando que a reprodução cultural não se dá sem resistência (DEVARES, 2011). Espera-se que, numa unidade social, ocorram embates permanentes entre perfis que buscam o equilíbrio pela conformidade externa e perfis que o fazem por meio da conformidade interna. (CASTELLANI e HAFFERTY, 2009, p.183).

## PODER

O emprego do poder como conceito operacional foi rejeitado ou limitado por importantes cibernéticos como Bateson e Luhmann. Para o primeiro o uso do conceito era censurável e tóxico (BATESON, 1972, p.492), para o segundo, de acordo com Simioni (2008, p.5) o poder “é um meio de comunicação simbolicamente generalizado, que disponibiliza à sociedade uma forma específica de comunicação para resolver o problema social de coordenação de ações”. É o meio preferencial de comunicação dos sistemas políticos.

Na perspectiva do mecanismo antecipatório, ou *feed forward*, a realização da visão de futuro desejada se dá pela apropriada formulação e escolha das ações, dentro do inventário disponível. Um inventário muito limitado de opções redundará em menores chances de sucesso. A incapacidade de decidir tam-

bém. Assim, dentro desse arcabouço, emerge como um conceito viável e operacional, o poder como um inventário de opções de ação. Em decorrência, a liberdade seria, em essência, o mesmo que poder. Mas não um poder qualquer; mas um poder suficiente para satisfazer a necessidade de equilíbrio de um sujeito. E quando o exercício de uma opção de ação, por um, impõe a indisponibilidade de uma determinada ação, por outro, temos uma relação de poder de natureza weberiana.

## RECONSTRUINDO DEFINIÇÕES FUNDAMENTAIS

A partir de Damásio (2011, 2012) e Maturana e Varela (2001), será possível dispor de algumas definições fundamentais, que podem ser colocadas a serviço das discussões interdisciplinares em ciências sociais: (1) Conhecimento: a configuração estrutural de um organismo capaz de produzir um comportamento adequado para um contexto definido. (2) Competência: comportamento adequado, para um contexto definido, concepção aderente ao modelo do sociólogo e antropólogo Philippe Perrenoud (2013, p.45). (3) Aprendizagem: processo de construção de conhecimento, a partir da história de interações do organismo com o ambiente, seja ele natural ou cultural. Assim a aprendizagem é tomada como um fenômeno de natureza ontogenética, em que os processos bioelétricos têm papel de destaque sem constituírem, contudo, as únicas for-

mas de construção do conhecimento. (4) Poder: inventário de opções de ação. Definição que guarda coerência com o proposto pelos sociólogos Zygmunt Bauman e Tim May, ao afirmarem que:

Compreende-se melhor o poder como a busca de objetivos livremente escolhidos para os quais nossas ações são orientadas e do controle dos meios necessários para alcançar esses fins. O poder é, conseqüentemente, a capacidade de ter possibilidades. Quanto mais poder alguém tem, mais vasto é o leque de escolhas e mais ampla a gama de resultados realisticamente buscáveis. Ser menos poderoso ou não ter poder algum significa que talvez seja necessário moderar e até reduzir as esperanças realistas em relação aos resultados das ações. Assim, ter poder é ser capaz de atuar mais livremente, enquanto ser relativamente menos poderoso, ou impotente, corresponde a ter a liberdade de escolha limitada por decisões alheias — de quem tenha capacidade de determinar nossas ações. O exercício da autonomia de um indivíduo pode levar os demais à experiência de heteronomia. (BAUMAN e MAY, 2010, p.102) ●

---

O autor é capitão de corveta da Marinha de Guerra do Brasil e mestre em Defesa Civil pela Universidade Federal Fluminense (UFF) [bragamartins@gmail.com](mailto:bragamartins@gmail.com)

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Frederico AC et al. Equal numbers of neuronal and nonneuronal cells make the human brain an isometrically scaled up primate brain. *Journal of Comparative Neurology*, v. 513, n. 5, p. 532-541, 2009.
- BARTRA, Roger. *Anthropology of the Brain: consciousness, culture and free will*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. University of Chicago Press, 1972.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BERTALANFFY, Ludwig. *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Tradução de Francisco Guimarães. 3.ed. Petrópolis, RJ:2008.
- CANNON, Walter. *The Wisdom of The Body*. New York: Norton, 1963.
- CASTELLANI, Brian; HAFFERTY, Frederic William. *Sociology and complexity science: a new field of inquiry*. Springer Science & Business Media, 2009.
- DAMASIO, Antônio. *E o cérebro criou o Homem*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DAMASIO, Antonio; DAMASIO, Hanna. Brain and language. *Scientific American*, v. 267, n. 3, p. 88-95, 1992.
- DAMÁSIO, António. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. Tradução de Dora Vicente e Georgina Segurado. 3 ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- DE VARES, Sidnei Ferreira. *Reprodução social e resistência política na escola capitalista: um retorno às teorias reprodutivistas*. *Educação Unisinos*, v. 15, n. 2, p. 133-141, 2011.
- DIAMOND, Adele. Executive functions. *Annual review of psychology*, v. 64, p. 135, 2013.
- DUPUY, Jean-Pierre. *On The Origins of Cognitive Science: the mechanization of the mind*. Tradução de M.B. DeBevoise. Massachusetts Institute of Technology, 2009.
- FERNANDES, António Teixeira. O campo político. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 16, 2006, p. 41-85, 2006.
- GAZZANIGA, Michael. *Who's in Charge?: Free Will and the Science of the Brain*. Hachette UK, 2012.
- GLASERSFELD, Ernst V. UNESCO Encyclopedia. Section on System Science 255 and Cybernetics, 2002. Disponível em <http://www.eolss.net>. Acesso em 10 mar. 2016.
- GUSTAVSSON, Kent, "Charlie Dunbar Broad", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/broad/>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- HERCULANO-HOUZEL, Suzana. The human brain in numbers: a linearly scaled-up primate brain. *Frontiers in human neuroscience*, v. 3, p. 31, 2009.
- KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Editora Objetiva, 2012.
- LENT, Roberto. *Cem bilhões de neurônios? 2a Ed.* São Paulo: Atheneu, 2010.
- MALDONATO, Mauro. *Dicionário das Ciências da Mente: psicologia, psiquiatria, psicanálise, neurociências*. Tradução de Roberta Barni e Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014.
- MATURANA, Humberto R. e VARELA, Francisco J. *A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da cognição*. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MATURANA, Humberto R. *Cognição, Ciência e Vida cotidiana*. Organização e Tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- PERIN, Adriano. Kant e Darwin sobre a Noção de Teleologia em Biologia: da autonomia na consideração do organismo à autonomia na consideração das populações. *Fundamento: Revista de Pesquisa em Filosofia* (Ouro Preto), v. 1, n. 1, p. 158-186, 2010.
- PERRENOUD, Philippe. *Desenvolver competências ou ensinar saberes?: A escola que prepara para a vida*. Tradução de Laura Solange Pereira. Revisão Técnica de Maria da Graça Souza Horn e Heloisa Schaan Solassi. Porto Alegre: Penso, 2013.
- RIBAS, Guilherme Carvalho. Considerações sobre a evolução filogenética do sistema nervoso, o comportamento e a emergência da consciência Considerations about the nervous system phylogenetic evolution, behavior, and the emergence of. *Rev Bras Psiquiatria*, v. 28, n. 4, p. 326-38, 2006.
- ROSVALL, Martin; BERGSTROM, Carl T. Mapping change in large networks. *PLoS one*, v. 5, n. 1, p. e8694, 2010.
- SIMIONI, Rafael Lazzarotto. A comunicação do poder em Niklas Luhmann. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 97, p. 153-178, 2008.
- UTTAL, William R. *Macroneural theories in cognitive neuroscience*. Psychology Press, 2016.
- WEISBERG, Deena Skolnick et al. The seductive allure of neuroscience explanations. *Journal of cognitive neuroscience*, v. 20, n. 3, p. 470-477, 2008.
- WEISBERG, Deena Skolnick; TAYLOR, Jordan CV; HOPKINS, Emily J. Deconstructing the seductive allure of neuroscience explanations. *Judgment and Decision Making*, v. 10, n. 5, p. 429, 2015.
- WIENER, Norbert. *Cybernetics: Control and communication in the animal and the machine*. New York: Wiley, 1948.
- WOODGER, Joseph H. *Biological Principles: a critical study*. London: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co. 1929.



O MAIS  
**QUERIDO**  
DO BRASIL

A CONSTRUÇÃO  
DE UMA  
**NAÇÃO**

**RENATO  
SOARES  
COUTINHO**

HISTORIADOR

A temporada do futebol brasileiro em 2016 trouxe novamente à tona uma antiga questão para a direção do Clube de Regatas do Flamengo: em qual estádio jogar as partidas como mandante?

De fato, o futebol rubro-negro enfrenta essa situação há tempos, desde a fundação do departamento de terra do clube. Nas primeiras décadas do futebol do Flamengo, o campo da Rua Paysandu, cedido pela Família Guinle, foi a casa oficial da equipe. Quando o terreno foi requisitado pelos proprietários em 1932, o time de futebol voltou a perambular pelos campos da cidade até a inauguração do seu primeiro estádio próprio, o Estádio da Gávea, em 1938. A partir dos anos 1950, com a construção do Maracanã, a equipe de futebol passou a atuar com maior frequência no campo construído para a Copa do Mundo, especialmente em função da enorme capacidade de público das arquibancadas do estádio.

Porém, com o passar dos anos, o estreito vínculo simbólico criado entre o clube e o Estádio Mario Filho enfrentou sucessivos períodos de crise. Inúmeras reformas, obras estruturais ou eventos de grande porte foram responsáveis pelo fechamento do estádio por longos períodos. O Estádio da Gávea, antigo, acanhado e sem iluminação para partidas noturnas, deixou de ser uma opção viável para os jogos mais importantes. Por conta disso, desde os anos 1990 o Flamengo vem enfrentando sistematicamente o problema de ficar sem lugar para jogar na cidade do Rio de Janeiro. A solução durante essas fases sem campo para atuar em terras cariocas foi e está sendo a mesma: colocar o pé na estrada.

Em termos desportivos, a escolha de jogar fora da sua cidade poderia representar a derrocada absoluta de uma equipe. Especialmente no futebol, o mando de campo é decisivo. A porcentagem de vitórias dos clubes visitantes que jogam sem os seus torcedores é historicamente mais baixa. Na maioria das vezes, o time que joga em seus domínios consegue triunfar. Além do fator desportivo, não contar com apoio dos torcedores representa também um grande problema financeiro. Em suma, jogar longe dos seus domínios pode significar um enorme fracasso em campo e nas finanças.

Mesmo diante desse cenário nada favorável, os atuais gestores do clube não abdicaram da ideia de atuar em locais distantes do Rio de Janeiro. Mesmo reconhecendo o desgaste causado nos jogadores por conta das viagens, o presidente Eduardo Bandeira de Mello faz questão de ressaltar que "quem tem torcida em todos os estados não precisa se preocupar com esse tipo de coisa".

É provável que essa afirmação tenha como objetivo evitar uma possível crise em função da falta do Maracanã. No entanto, se observarmos o ranking das médias dos públicos do campeonato, podemos confirmar que no caso do Flamengo o problema da falta de campo no Rio de Janeiro pode, sim, ser enfrentado sem grandes prejuízos. Mesmo sem jogar com o apoio da torcida carioca, o clube ocupa a sexta colocação no ranking com média de 20.021 torcedores,<sup>1</sup> à frente de agremiações populares como o Atlético Mineiro e o São Paulo, que contam atualmente com seus estádios. Fluminense e Botafogo, que enfrentam o mesmo problema com os principais estádios entregues para os Jogos Olímpicos, aparecem na décima sexta e décima oitava posições respectivamente. De fato, o presidente do Flamengo tem os números ao seu lado. Mesmo jogando em Brasília, Natal ou Vitória, o clube permanece apresentando uma média de público que indica a existência de torcedores espalhados por todo território nacional.

Chegamos, então, ao problema que motivou a elaboração deste texto.<sup>2</sup> Como uma agremiação desportiva de um bairro da Zona Sul carioca se tornou capaz de arregimentar adeptos em todo o território nacional?

É consenso entre os institutos de pesquisa que no século XX o clube de futebol que conquistou o maior número de adeptos no Brasil foi o Clube de Regatas do Flamengo. Com pequenas variações, as pesquisas de popularidade mostram até hoje que o rubro-negro tem uma grande penetração nacional, tendo um grande contingente de torcedores espalhados principalmente pelos estados nordestinos, nortistas e do Centro-Oeste, além da grande popularidade em Minas Gerais, Espírito Santo e, é claro, Rio de Janeiro. A partir desses dados, a questão principal passa a ser entender porque especifi-

camente o Flamengo conseguiu tamanha adesão popular.

Algumas respostas apressadas tentam explicar esse fenômeno de popularidade nacional. A primeira delas é a tese que destaca o perfil vencedor do clube, que contou com craques como Zico e Junior na geração que encantou o país na época que as transmissões televisivas cresceram.

Há mais de um problema nessa perspectiva. O primeiro deles é que o Flamengo não é um clube tão vencedor quanto a torcida rubro-negra gosta de exaltar. É claro que as equipes rubro-negras venceram campeonatos importantes, mas as principais vitórias do Flamengo ocorreram em um curto espaço de tempo, que durou entre 1978 e 1983, período que coincidiu com a melhor fase do jogador Zico. O Flamengo conviveu ao longo da sua história com esquadões de maior longevidade, como o Vasco da Gama dos anos 1950 e o Santos dos anos 1960 e 1970. Se as vitórias em campo justificassem a popularidade, o time de Pelé certamente deveria ter mais abrangência do que o Flamengo de Zico.

Outro aspecto negligenciado por essa tese é o fato de que o Flamengo já era o detentor dos maiores públicos do futebol brasileiro antes do apogeu da Era Zico. Até hoje, os três maiores públicos da história do clube permanecem sendo anteriores à geração que conquistou todos os títulos. A maior assistência ocorreu em 1963, na final do campeonato carioca contra o Fluminense, com cento e noventa e quatro mil pessoas no Maracanã. A segunda maior é de 1976, em um clássico contra o Vasco da Gama. O terceiro maior público também foi em um *Fla x Flu*, disputado em 1969 com mais de cento e setenta mil pessoas no estádio.<sup>3</sup>

Além dos maiores públicos, as excursões do Flamengo pelo território nacional já nos anos 1940 e 1950 mobilizavam milhões de adeptos brasileiros. As visitas do Flamengo a Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco, geravam o interesse dos torcedores e da imprensa, que divulgava à exaustão a paixão que o clube despertava nos lugares mais distantes do Brasil.

A segunda tese que visa explicar a popularidade do Flamengo faz mais sucesso entre analistas da imprensa

e entre os sócios e dirigentes do clube. Muitos atribuem o crescimento da torcida aos tempos do amadorismo, quando o clube não tinha estádio e treinava na rua, fato que despertava a atenção dos garotos que ajudavam a buscar as bolas que saíam do campo. Nessa perspectiva há presente a ideia de que o clube carrega o DNA da popularidade. Como se desde a fundação da instituição, nos tempos das regatas elegantes, o Flamengo fosse capaz de representar os valores correntes entre as camadas populares brasileiras.

## **O FLAMENGO NÃO É UM CLUBE TÃO VENCEDOR QUANTO A TORCIDA RUBRO-NEGRA GOSTA DE EXALTAR**

O primeiro problema dessa interpretação é que ela não possibilita a explicação da nacionalidade da torcida. Se a relação forjada na rua entre os torcedores e o clube explica a popularidade, como entender a preferência pelo Flamengo em lugares como Manaus e Natal, onde não havia essa relação direta?

Mais complicado ainda é estabelecer uma relação consistente entre o Flamengo e os valores populares nos tempos do amadorismo. As matérias veiculadas na imprensa da época mostram como o Flamengo, assim como boa parte das instituições esportivas da *Belle Époque*, não tinha a menor pretensão de angariar simpatizantes nas camadas populares, e como seus eventos sociais eram altamente restritivos. Em outras palavras, o Flamengo dos tempos da fundação se parecia muito pouco com aquilo que é hoje o clube *mais queri-*

do do Brasil. Portanto, assim como a tese do clube vencedor, essa perspectiva pouco pode explicar sobre os motivos da popularidade do Flamengo. Permanecemos, então, com a mesma questão: quais fatores contribuíram para a popularidade e para a abrangência nacional do Flamengo? Podemos começar a buscar as respostas nos símbolos exaltados pelo próprio clube. Um detalhe relevante que pode ser notado nas festividades e nas homenagens feitas pelo Flamengo na atualidade é o destaque dado a alguns nomes que fizeram história na instituição. Ídolos como Leônidas da Silva, Domingos da Guia, Zizinho e Dida são lembrados até mesmo por aqueles que não os viram. Entre os dirigentes homenageados, dois nomes são os mais celebrados: José Bastos Padilha, nome oficial do Estádio da Gávea, e Gilberto Cardoso, único dirigente que tem uma estátua no clube.

É interessante perceber que os nomes dos fundadores do clube e dos primeiros jogadores da equipe de futebol costumam ser negligenciados nas maiores homenagens e permanecem desconhecidos por grande parte da torcida. Nas listas dos maiores jogadores do clube de todos os tempos, há sempre a lembrança de Leônidas e Domingos da Guia. Bahiano, Amarante e Gustavo, jogadores da primeira equipe de futebol do Flamengo, não costumam figurar nessas listas. Como em qualquer instituição centenária, há aqueles lembrados e aqueles esquecidos.

Uma breve investigação sobre a trajetória dos ídolos eternizados na memória do torcedor permite uma constatação evidente: todos pertencem ao período em que o clube já era profissional; os lembrados construíram suas trajetórias após os anos 1930.

Temos então um momento privilegiado para a constituição da memória do Clube de Regatas do Flamengo: a década de

1930. Enquanto jogadores da década de 1910 praticamente não constam nas escalafões dos maiores times do Flamengo de todos os tempos, os atletas da década de 1930 possuem lugares cativos nas listas e homenagens. É preciso, então, investigar o que ocorreu a partir de 1930.

Não por coincidência, muita coisa aconteceu no clube nessa década. Sem dúvida, a grande mudança foi a vitória política do modelo profissional. O profissionalismo, implantado no clube durante a gestão José Bastos



Padilha, não representou apenas uma revolução nos rumos administrativos do clube. O clube nesse período organizou um projeto de construção de novos símbolos identitários que permitiram reorganizar a relação da instituição com a torcida. Ou seja, o profissionalismo gestado nos anos 1930 ocorreu em convergência com o processo de popularização da instituição. E foi a transformação das bases simbólicas da instituição ocorrida nos anos 1930 que forjou a memória popular do clube, atribuindo ao Flamengo um caráter popular que remon-

ta ao passado imemorial dos tempos amadores. Em um complexo processo de construção da memória, o passado amador e elitista passou a constituir o *Flamengo profissional* sendo lembrado como a fase embrionária da vocação popular da instituição.

Ao verificar que a década de 1930 foi um divisor de águas na história do clube, foi inevitável associar o Flamengo com os acontecimentos políticos e sociais que também alteravam profundamente a história da sociedade brasileira. O processo de modernização autori-

tária levado adiante pelo Estado brasileiro avançava ao mesmo tempo em que benefícios materiais e simbólicos eram conquistados pelo operariado. As manifestações populares historicamente relegadas à condição de caso de polícia – como a capoeira, desfile de blocos carnavalescos, a desconfiança em relação ao samba, entre outros – começavam a encontrar nas celebrações cívicas espaços para a afirmação da sua legitimidade. O pertencimento à nação passava a ser nos anos 1930 uma estratégia de reconhecimento dos valores, tradições e anseios dos trabalhadores, bem como da própria cultura popular. Estado e trabalhador haviam encontrado um vocabulário adequado para o reconhecimento mútuo: o nacionalismo.

Atento a essas transformações sociais, o Flamengo foi o primeiro clube de futebol no Brasil que se apropriou do bem-sucedido discurso nacionalista estatal. Através de campanhas de marketing e ações sociais, o antes clube refinado passou a dialogar com os setores populares, reivindicando o posto de clube representante da nação.

#### **O FLAMENGO DA FINA FLOR CARIOCA: O RUBRO-NEGRO NOS TEMPOS DO AMADORISMO**

Não é exagero afirmar que o Clube de Regatas do Flamengo foi fundado em 1895



e reinventado nos anos 1930. O clube de regatas, que nasceu grupo de regatas na última década do século XIX, pouco parecia com o clube que se tornou nos dias atuais: o representante da brasilidade popular. Mesmo o departamento de terra, criado em 1911 por jogadores de futebol oriundos do Fluminense Football Club, surgiu preso aos valores do “refinamento civilizado” europeu. Por isso a ênfase deste texto está na década de 1930, pois apenas nesse momento o Flamengo passou pelo processo de reinvenção dos símbolos que permitiram a superação dos valores racistas e elitistas que norteavam as ações do clube nos seus primeiros anos.

Em paralelo às transformações simbólicas que aproximavam o clube dos símbolos populares, ocorreu a profissionalização do departamento de futebol do Flamengo. Por isso a era amadora, anterior à década de 1930, pode ser associada ao período elitista do clube.

Entretanto, a memória exaltada pelo clube e por escritores que se dedicaram a narrar a trajetória da instituição normalmente não faz a distinção dessas duas fases. Ao contrário, as narrativas sobre o Flamengo têm por hábito reproduzir a ideia de que a popularidade do clube foi gestada nos tempos do remo, e que de maneira progressiva ganhou força com o crescimento do futebol. Em outras palavras, essa perspectiva atribui ao clube a marca da popularidade desde a sua fundação.

Talvez o escritor que tenha conseguido contribuir mais para a difusão de alguns mitos sobre a origem popular do clube seja Ruy Castro. No início dos anos 2000, a Editora DBA lançou uma coleção chamada “Camisa 13”. Com intuito de fortalecer o mercado de publicações dedicadas ao futebol, a editora selecionou autores conceituados para escrever de maneira acessível a história dos principais clubes de futebol do Brasil. Um dos primeiros livros lançados foi *O Vermelho e o Negro: a pequena grande história do Flamengo*.<sup>4</sup> Ruy Castro narra de maneira fascinante o desenrolar da trajetória do clube rumo ao topo da adesão popular. Mas o próprio autor deixa claro que a obra não pretendia fazer um mergulho analítico profundo. Numa das passagens mais emblemáticas, ele afirma que

um dia, quando se mergulhar de verdade nos fatores que, historicamente, ajudaram a consolidar a integração nacional, o Flamengo terá de ser incluído. Durante todo o século XX, ele uniu gerações, raças e sotaques em torno de sua bandeira. Ao inspirar um rubro-negro do Guaporé a reagir como um rubro-negro do Leblon (com os mesmos gestos e expletivos, e no mesmo instante), o Flamengo ajudou a fazer do Brasil uma Nação.<sup>5</sup>

## SEGUNDO JOÃO DO RIO, A CIDADE DO RIO DE JANEIRO TEM UMA DÍVIDA COM O FLAMENGO

Portanto, seria um despropósito acusar o autor de falta de rigor metodológico ou algo parecido, quando o próprio admite faltar ainda um trabalho consistente sobre o tema. Preciso como costuma ser nos seus textos, Castro fez o que lhe cabia nessa publicação: reproduzir a história que o clube inventou para si.

Na perspectiva tradicional apresentada por Castro, o Flamengo nasceu popular, desde as regatas. As difíceis condições dos remadores, o caráter gozador dos seus primeiros sócios, a falta de um campo de futebol para treinar quando o futebol foi implantado e a rivalidade com o Clube de Regatas Vasco da Gama estão na raiz da popularidade do clube. Em suma, o clube, que hoje movimenta milhões de torcedores no país, construiu as bases da sua popularidade na Zona Sul carioca durante a Belle Époque. Para o autor, “o remo era popular e, ao mesmo tempo, chique”.<sup>6</sup> E as rivalidades e disputas simbólicas ocorridas nesse esporte foram transmitidas

para o futebol quando este se disseminou. A passagem do público do remo para o futebol ocorreu de maneira linear, sem representar uma grande alteração social no perfil daqueles que assistiam às regatas e daqueles que assistiriam ao futebol algumas décadas depois.

No mesmo parágrafo que Castro caracteriza o remo como "popular", ele descreve as regatas como grandes festas e banquetes promovidos por ricos que abriam as suas portas. "As provas eram prestigiadas por políticos, industriais, banqueiros, escritores e até pelo presidente da República."<sup>7</sup> Ou seja, o público era composto majoritariamente pela elite carioca. Nesses termos, parece que o autor utiliza a palavra "popular" como é regularmente usada na linguagem cotidiana, no sentido de "querido". É verdade que Castro não se propõe a discutir o significado de "popular". Mas essa ressalva é necessária, pois é no mínimo discutível a associação entre o público das regatas na Primeira República com as torcidas de futebol, que se consolidaram nos anos 1930.

Visando afirmar a associação entre a paixão pelo remo e as apaixonadas torcidas de futebol, Castro cita João do Rio para ressaltar a proeminência do Flamengo nos tempos das regatas. Segundo o cronista, a cidade do Rio de Janeiro tem uma dívida com o Flamengo, pois "dali partiu a formação das novas gerações, a glorificação do exercício físico, para a saúde do corpo e a saúde da alma... Foi o núcleo de onde irradiou a paixão avassaladora pelo esporte".<sup>8</sup>

Ou seja, segundo os autores mencionados, do remo surgiu o sentimento responsável por arrebatando milhões de pessoas que se envolveram com o futebol pelo país afora. Nas festas endinheiradas das regatas foram gestados os símbolos que comporiam o imaginário esportivo brasileiro no século XX. Exemplo mais emblemático – e discutível – escrito por Castro: o nacionalismo.

Segundo Castro, nas disputas entre Flamengo e Vasco nas regatas, surgiu a rivalidade que relacionaria o Flamengo à brasilidade e o Vasco ao lusitanismo, despertando nos torcedores o sentimento nacionalista que daria ao Flamengo a condição de preferido dos brasileiros. O autor afirma que "os vascaínos podem

ranger os dentes com essa ideia, mas, ao ter acendido os brios nacionalistas do carioca, o Vasco foi um dos responsáveis pela súbita e avassaladora popularidade do Flamengo".<sup>9</sup>

De fato, os vascaínos devem questionar a ideia. Isso porque, além do clube cruzmaltino não estar associado ao lusitanismo nos tempos das regatas, também não é possível pensar na brasilidade popular do Flamengo na época, na medida em que o clube fazia questão de representar os valores de uma "civilização superior" europeia. O exercício físico, exaltado por João do Rio como núcleo irradiador da paixão pelo esporte, tinha como escopo preparar o corpo e a mente para os regamentos de uma sociedade ilustrada. Aliás, o caráter pedagógico do esporte, a racionalidade do preparo do corpo e os cuidados com a higiene eram práticas de uma elite que visava se diferenciar daquilo que era entendido como Brasil. É sabido que Brasil e mestiçagem eram sinônimos de atraso para a intelectualidade do final do século XIX.

O historiador Leonardo Pereira no livro *Footballmania* nos mostra como também o futebol nasceu condicionado por essa visão evolucionista que relacionava esporte com civilização.

Se os primeiros sócios do Fluminense já tinham definido para ele a marca do refinamento, os entusiastas do jogo iam, com o tempo, sofisticando sua imagem: criando uma terminologia própria, definindo códigos de conduta compartilhados e concretizando através dos seus uniformes importados a aparência refinada que pretendiam assumir, reforçavam a imagem restritiva e excludente do jogo – que garantiria aos seus poucos praticantes o papel de vanguarda da civilização.<sup>10</sup>

Não era possível pensar em clubes populares baseados em sentimentos nacionalistas num momento em que as práticas esportivas estavam circunscritas a grupos sociais vinculados a um imaginário elitista e evolucionista. Esse Flamengo apresentado por Castro é um mito que negligencia um aspecto fundamental da história do desporto no Brasil: a popularização dos esportes

e das torcidas não ocorreu dentro dos clubes. Ao contrário, os quadros sociais e atléticos dos clubes da cidade permanecem sendo espaços bastante restritos até os dias atuais. Apenas o futebol, esporte que se profissionalizou em meio à ferrenha disputa entre dirigentes esportivos amadoristas e profissionalistas, se espalhou pelas camadas populares. E esse processo, único entre os esportes brasileiros na forma como foi conduzido, não ocorreu nos tempos das regatas ensolaradas da *Belle Époque*. Em outras palavras, o futebol a partir do profissionalismo representou uma severa ruptura com tudo que o remo representava. E por essa razão, remo e futebol, apesar de praticados nos mesmos clubes, não compartilham torcidas, nem mídia, e muito menos uma história que apresente similaridades em suas trajetórias.

Todavia, vale repetir que este Flamengo mitológico não foi inventado por Castro, e sim reproduzido. A invenção da memória popular do Flamengo ocorreu no mesmo momento em que o clube se associou aos símbolos populares. Reinventar o passado era parte fundamental no processo de transformação da instituição, e a imprensa esportiva contribuiu para a difusão de um "passado novo". Mas antes do Flamengo popular, representante das camadas menos favorecidas da nação, outro clube existia. Um clube de ídolos hoje desconhecidos, de feitos esquecidos. Um clube com idiosincrasias que foram renegadas após a década de 1930. Um clube que foi apagado pela memória que se forjou em seu projeto de popularização. Um clube elitista, representante da fidalguia carioca.

É interessante notar como a imprensa veiculava as imagens referentes ao clube antes da sua profissionalização e popularização. O Flamengo clube do povo, da paixão ensandecida, o mais querido do Brasil, era, até meados dos anos 1930, o clube da "fina flor" carioca, o clube da força de vontade. Não apenas no remo, mas também no futebol, o clube era respeitado pela elegância e pela disciplina dos seus atletas associados. No primeiro aniversário do clube após a criação do departamento de terra, que deu origem ao time de futebol, o *Jornal do Comercio* assim anunciou os festejos:



Festeja hoje o 17º aniversário de sua fundação o veterano e fidalgo Club de Regatas do Flamengo. Fundado a 15 de novembro de 1895 por uma plêiade de entusiasmados *sportsmen*, entre os quais Augusto Lopes, Mario Spínola, Jose Felix de Menezes, Napoleão Coelho de Oliveira, José Agostinho Pereira da Cunha e Mauricio Pereira, o Flamengo tem prestado os mais relevantes serviços ao desenvolvimento e progresso do sport náutico entre nós. Constituído pela *fina flor* (*grifo meu*) dos nossos *sportsmen*, com um passado cheio de glórias, com uma história que se confunde com a própria história do rowing fluminense, o sympathico centro de regatas da praia do Flamengo é justamente considerado como um dos mais fortes sustentáculos da nossa canoagem.<sup>11</sup>

O refinamento dos associados era a marca do clube. Gustavo de Carvalho, primeiro artilheiro da história do Flamengo, foi titular do time apenas entre maio e julho de 1912. Motivo: ele se mudou para a Inglaterra para cursar engenharia.<sup>12</sup> Seguindo caminho inverso, Moderato, ídolo do clube nos anos 1920, veio de Porto Alegre para o Rio de Janeiro para cursar a Escola Politécnica e por conta disso ingressou no clube. Em 1932, às vés-



peras do profissionalismo, o *Jornal dos Sports* ainda exaltava o Flamengo da fina flor. Na aquisição do defensor Almir, o periódico destacou que "Almir, que é estudante de medicina e tem apenas 19 anos de idade, vai formar a seguinte linha de forwards, constituída exclusivamente de futuros médicos: Adelino, Almir, Eloy, Vincentino e Cássio".<sup>13</sup>

Enquanto os jogadores permaneceram amadores e associados ao clube, a carreira era motivo de orgulho. Ser médico, advogado, engenheiro, conferia status superior ao fato de ser bom de bola. Não à toa os jogadores não abriam mão das suas formações.

Não apenas os jogadores eram exaltados por conta dos hábitos refinados. Também o público dos jogos merecia destaque pela elegância. Num *match* disputado entre Flamengo e América, o jornal *A Gazeta de Notícias* fez questão de mencionar que "na assistência, que era seleta (*grifo meu*), notavam-se muitas senhoras e

senhoritas".<sup>14</sup> Sobre o mesmo jogo, o *Correio da Manhã* comentou que "o *field* da Guanabara encheu-se de uma sociedade fina e elegante, ciosa de observar o mais importante *matches* até agora realizados nesta capital".<sup>15</sup>

Mesmo com a crescente rivalidade dos clubes, o comportamento visto como adequado nos tempos do amadorismo era o do assistente de um espetáculo. Vale ressaltar, como mostra o historiador Leonardo Pereira, que nem sempre esse comportamento adequado era seguido pelos espectadores. Há relatos de brigas e invasões de campo já nos primeiros anos do campeonato da Liga Metropolitana. Mas os casos de transgressão da ordem acabavam por reforçar o discurso de exaltação daquilo que era entendido como o *ethos* do verdadeiro *sportsmen*: a civilidade. Em 1916, após uma briga no bairro da Saúde, o *Correio da Manhã* noticiou que a desordem nos campos de futebol estava desmoralizando o *sport* de maior predileção do povo civilizado.<sup>16</sup> A exceção acabava por confirmar – e divulgar – a regra.

A imagem do torcedor ativo, capaz de interferir no andamento da partida em disputa, era ainda incipiente no imaginário esportivo nos tempos do amadorismo. Os casos de polícia nos indicam a tensão existente nesses eventos, mas a regra do assistente era ser parte passiva do jogo. E essa visão era compartilhada por imprensa, clubes e jogadores, que invariavelmente reclamavam da participação dos espectadores através de

vaias e aplausos. O torcedor ativo, valorizado por apoiar a equipe, é uma construção posterior, que somente se consolida na medida em que o torcedor comum, que não mantém nenhuma relação institucional com o clube, começa a ser reconhecido como parte integrante majoritária das torcidas.

Nas primeiras décadas do século XX, o bom espectador era acima de tudo regrado pelas convenções da boa etiqueta. E por conta desses requisitos que eram necessários ao bom espectador, não é difícil relacionar esse ideal civilizado ao perfil do sócio do clube. Na época do amadorismo, o público era composto quase em sua totalidade pelo quadro de associados. No Flamengo, era hábito reunir-se na garagem de remo do clube para seguir em grupo para os jogos do time de futebol. Por este motivo, enquanto o quadro social permaneceu sendo o agente organizador do público assistente, não é possível considerar a existência de um Clube de Regatas do Flamengo popular, como propõem Ruy Castro e outros escritores que se dedicaram a narrar a história do Flamengo. Isto porque para ser sócio do clube era preciso pagar uma mensalidade que não estava de acordo com a renda das camadas populares. E mesmo para aqueles que podiam pagar, as exigências não eram poucas. A história de Zé Augusto, um professor da Escola Politécnica que cresceu dentro do clube praticando atletismo, retrata o que eram essas dificuldades de pertencimento.

Zé Augusto tinha ido para o Flamengo ainda garoto. Era garoto, garoto não fazia mal que fosse preto. Mas o garoto cresceu, aí o Flamengo reparou na cor dele. Não tinha nada contra ele, pena que ele não fosse branco. Zé Augusto nunca apareceu no rink de patinação em noite de festa. Sabia que se aparecesse muita gente ia falar. O rink de patinação era mais do futebol... Como não se metia a jogar futebol, Zé Augusto não se metia a dançar. Ele só ficara no Flamengo porque não jogava futebol, não dançava, isto é, não chamava muita atenção.<sup>17</sup>

Certamente um sujeito que não dançava nas festas, que não jogava futebol, também não frequentava

as garagens na concentração da torcida, mesmo sendo sócio do clube. Diante disso, como supor que um homem comum do Rio de Janeiro, que assistia aos treinos do clube na praia, podia fazer parte da torcida nos tempos do amadorismo?

Mais complicado ainda é enxergar algum processo de ampliação territorial da torcida nesses tempos, já que o conceito de sócio-espectador exigia a participação do indivíduo na vida social do clube. Aliás, os maiores indicadores de que a popularização do clube não se iniciou nas décadas de 1910 e 1920 são os jogos nos bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O Flamengo sofria represálias em estádios que hoje são ocupados sem grandes dificuldades pela torcida nos dias de jogos. Em 1932, no bairro de Olaria, o Flamengo disputou uma partida como visitante e não dispensou críticas aos assistentes locais. *Flamengo perde em Olaria e volta reclamando*, estampava a manchete:

Próximo ao gol de Fernandinho parecia um verdadeiro *front*. Fui obrigado a pedir ao nosso director sportivo que mandasse garantir o nosso arqueiro, pois os assistentes lhe arremessavam tudo que tinham as mãos: pedras, cascos de laranja, garrafas, o diabo!<sup>18</sup>

As reclamações de Rubens, capitão do time, deixam claro que ainda no início década de 1930, até mesmo o bairro de Olaria, próximo ao Centro da cidade, representava um domínio distante da sua casa.

O clube amador, ainda restrito à Zona Sul da cidade, precisava levar os seus adeptos aos bairros do subúrbio, que seguiam em caravana junto com a equipe. O crescimento das caravanas representou inclusive um marco na diferenciação dos significados atribuídos ao público dos jogos. As experiências de cruzar a cidade em comboio para apoiar os jogadores em campos adversários renderam as primeiras manifestações de exaltação da torcida como fator determinante para o rendimento do time. Mesmo sendo ainda uma típica prática de associados, a caravana contribuiu para o início da mudança da representação do verdadeiro

torcedor na imprensa esportiva. Entusiasmados com a dedicação dos associados, os jornais começaram a destacar o valor da "torcida", mesmo quando esta aparecia ainda entre aspas.

Mais uma vez ficou provado o valor da "torcida" nos jogos de football do nosso campeonato. Deu o exemplo a pugna Andarahy X Flamengo. É que os andarahyenses eram tidos como favoritos por jogarem em seu próprio campo, com sua torcida a animá-los. Mas o Flamengo soube evitar o desagrado aos seus players de terem que jogar sem que sua "torcida" os incitasse: levou-a consigo, numa caravana alegre, entusiástica e animadora para os seus jogadores...<sup>19</sup>

## A POPULARIZAÇÃO DO FLAMENGO OCORREU SOMENTE A PARTIR DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO CLUBE

O termo "torcida" só começou a perder as aspas anos depois, após a consagração dos concursos de torcedores promovidos pelo *Jornal dos Sports* em 1936. Em 1932, ano que merece destaque por ter sido a última temporada amadora do C. R. F., as tensões oriundas das transformações promovidas pelo debate *profissionalistas X amadoristas* ainda combinavam elementos simbólicos do *football* amador com o futebol profissional que se fortalecia. Por isso a torcida civilizada, formada pela fina flor da elite carioca, começava a ser exaltada não pelos hábitos polidos, mas pela capacidade de motivar os atletas. Porém, a fina flor estava curtindo seus últimos dias como representante da agremiação. A torci-

da que se elevaria com o profissionalismo, a fim de motivar os jogadores do clube, teria um perfil social completamente distinto.

Mas antes de falar dos novos significados da torcida nos tempos do profissionalismo, insisto no ano de 1932. Isto para que fique claro que o clube, representado por dirigentes e associados, fez questão de prolongar ao máximo o amadorismo elitista que era a marca do Flamengo desde a sua fundação. As teses que pressupõem a progressiva popularização do clube desde a sua fundação são colocadas em xeque quando as ações do clube às vésperas do profissionalismo são trazidas à tona.

Por exemplo, em janeiro de 1932, o remo realizou uma façanha sem precedentes no clube. Três remadores conseguiram navegar do Rio de Janeiro à cidade de Santos. Após sofrerem com uma tempestade na região de Paraty, Angelú, Engole-Garfo e Boca Larga lograram chegar sãos e salvos no litoral paulista. Esse feito foi celebrado até mesmo pelo Presidente Getúlio Vargas, que enviou saudações ao "glorioso" Clube de Regatas do Flamengo. No retorno da tripulação rubro-negra ao Rio de Janeiro, a direção do clube programou uma grande festa de recepção. Em nota oficial publicada na imprensa, a direção do clube solicitou "para o desembarque dos vitoriosos remadores... o comparecimento dos seus sócios e de suas excelentíssimas famílias".<sup>20</sup>

Se para a imprensa esportiva a palavra "torcida" aparecia entre aspas ainda nos primeiros anos 1930, para a direção do clube a entidade "torcida" nem convidada estava para uma das mais importantes celebrações do clube. A multidão instada a receber os heróis nos braços, segundo a direção, era composta pelos associados e suas famílias. Em nota oficial, a direção sintetizava aquilo que os amadoristas pensavam: os representantes do clube eram os "associados civilizados".

### O FLAMENGO MAIS QUERIDO DO BRASIL: O CLUBE E O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL

Até agora, o objetivo principal foi mostrar que a popularização do Clube de Regatas do Flamengo não ocorreu antes de 1933. A popularização ocorreu somente

a partir da profissionalização do clube. Sendo assim, o clube esquecido dos tempos do amadorismo em nada se diferenciava dos outros clubes elitistas da cidade. Dirigentes e associados eram tratados pela imprensa esportiva como símbolos de um *sport* promotor do espírito civilizado europeu. O Flamengo não carrega o gene da popularidade, como costumeiramente afirmam os estudiosos do clube.

Mas qualquer pesquisador que tiver a curiosidade de observar os jornais esportivos dos anos 1930, especialmente o *Jornal dos Sports*, poderá perceber que a imprensa mudou completamente a maneira como entendia e divulgava o clube ao longo dessa década. Está claro que uma das hipóteses deste texto é que essa mudança está intimamente associada ao profissionalismo e à gestão do presidente José Bastos Padilha, que implantou o regime profissional.

O antigo clube, refinado e civilizado, representado pela fina flor da elite carioca, passou em menos de cinco anos por uma transformação que o conduziu a símbolo da brasilidade mestiça e popular. Essa transformação pode ser verificada pela maneira como a imprensa esportiva fazia referências ao clube antes e depois de 1936. É claro que já em 1934 e 1935 havia manchetes de um novo Flamengo que se fortalecia e se reinventava com o profissionalismo. Mas a combinação de ações de marketing com cobertura jornalística pode ser encontrada apenas a partir de 1936.

As principais ações de marketing do Flamengo contaram com a parceria e a divulgação do *Jornal dos Sports*. E isso não foi por acaso. A história do periódico se confundiu com a do clube a partir do dia 17 de outubro de 1936, quando o jornalista Mario Filho adquiriu o jornal.

Até 1936, Mario Filho, que anos depois se tornou a maior referência do jornalismo esportivo, estava no jornal *O Globo*, da família Marinho. Em *O Globo* ele comandava a seção de esportes. Mas em 1936, em meio ao debate sobre a profissionalização do desporto brasileiro, Filho contou com o apoio de dois empresários para poder adquirir o seu próprio jornal, o *Jornal dos Sports*. Vendo que o *JS* não passava por um bom momento financeiro,

Roberto Marinho, do jornal *O Globo* e José Bastos Padilha, presidente do Flamengo, apoiaram Mario Filho na compra do *JS*.

A relação entre Padilha e Filho não tinha um caráter somente empresarial. Os dois eram amigos, cunhados e compartilhavam do mesmo posicionamento em relação ao fim do amadorismo e a consolidação do profissionalismo no futebol brasileiro. Para eles, a ação do Estado era imprescindível no processo de transição do modelo de gestão do futebol.

## AS PRINCIPAIS AÇÕES DE MARKETING DO FLAMENGO CONTARAM COM A PARCERIA E A DIVULGAÇÃO DO JORNAL DOS SPORTS

A chegada de Filho ao *Jornal dos Sports* modificou inteiramente o perfil e o conteúdo das coberturas jornalísticas. A primeira mudança foi a elevação do futebol à condição de principal esporte. A segunda e mais importante mudança ocorreu em relação a “qual” futebol se tornaria o protagonista do jornal. Quando digo “qual”, faço referência ao seguinte problema: o futebol seria abordado no jornal a fim de exaltar o caráter civilizador do desporto ou o futebol divulgado pelo jornal seria o símbolo da brasilidade popular, marca da ascensão de uma nação moderna?

Quero ressaltar que a pergunta acima está intimamente ligada ao processo de profissionalização do desporto. Ou seja, o debate entre os defensores do amadorismo e os defensores do profissionalismo ex-

plicitava o mesmo problema descrito acima: o que é, e para que serve o futebol brasileiro? Para civilizar ou para integrar?

Não é difícil pensar que ao defender o profissionalismo, o *Jornal dos Sports* de Mario Filho estivesse necessariamente mudando o olhar sobre a função social do futebol. Isso porque o profissionalismo encerrava necessariamente com um aspecto do futebol amador: as proibições formais e informais de participação dos jogadores negros e de origem pobre nos principais clubes da cidade. Nos tempos do amadorismo, a grande polêmica que envolveu criações e dissoluções de ligas e clubes foi a questão da participação de jogadores não associados aos clubes, que precisavam ser remunerados para jogar. O argumento que defendia o vínculo apenas afetivo dos jogadores ao clube na verdade fazia com que jogadores oriundos das camadas menos abastadas, que necessitavam trabalhar para prover suas vidas, ficassem alheios às disputas dos campeonatos.

Dessa forma, o *JS* foi o primeiro periódico que ao defender abertamente a sua adesão ao projeto de futebol profissional, passou também a defender a integração de jogadores de origem popular nos clubes da cidade. E essa defesa é vista não somente através da campanha pelo fim do amadorismo, mas principalmente pela exaltação da participação desses novos agentes sociais no universo simbólico do desporto nacional.

Foi nesse contexto de transformação do significado social do futebol que ocorreu a primeira grande ação de marketing realizada pela direção do Flamengo visando associar o clube à Nação. Em outubro de 1936, às vésperas da partida contra o Fluminense, o *JS* divulgou que os rubro-negros cantariam o hino nacional antes da partida. Se hoje essa prática parece corriqueira, até 1936 não havia registro de nenhuma mobilização orquestrada para que a torcida cantasse uníssona alguma canção, ainda mais o hino nacional. Para essa demonstração de civismo, foram impressos dez mil exemplares da letra do hino para que fossem distribuídos para a assistência.<sup>21</sup> Nos dias que antecederam ao jogo, enquanto a direção do clube organizava o evento, o *JS* divulgava:

Um episódio cívico no próximo Fla-Flu. A directoria do CR Flamengo, em sua reunião da noite de hontem, assentou providências no sentido de ser executado no próximo domingo em pleno estádio do Fluminense o hino Nacional. Como se sabe, de accordo com recente decreto do Governo, em todas as reuniões e festividades cívicas, ou sportivas que reúnam público, se torne obrigatório, ao início ou ao encerramento, a execução do Hymno símbolo. Cabe assim, ao glorioso rubro-negro, a iniciativa da execução dessa demonstração cívica. Desejando emprestar ao facto cunho do maior brilhantismo o grêmio do Sr. Bastos Padilha convidara a se fazerem presente não só o chefe da Nação, como as altas autoridades civis e militares do país.<sup>22</sup>

É importante destacar que o jogo era no campo do Fluminense. Mesmo havendo um decreto que exigia a execução do hino, coube à direção do Flamengo a organização do evento, que contou com a presença do presidente do país. Além disso, o acontecimento foi utilizado como símbolo da aproximação do clube com o sentimento de nacionalidade, movimento que não podia ser verificado nos tempos do amadorismo.

Em novembro de 1936, uma nova campanha foi lançada pelo clube com apoio do *JS*. Em menos de um mês como diretor do jornal, Filho organizava a segunda campanha em associação com o Flamengo. Nessa ocasião o clube premiaria a melhor fotografia tirada por qualquer membro da imprensa.

O Flamengo resolveu prestar uma homenagem aos photographos do Rio – a esses auxiliares indispensáveis da imprensa moderna – instituindo um concurso interessantíssimo sob o patrocínio do *JS*. Trata-se de premiar a melhor photographia sobre qualquer actividade do Flamengo, social ou sportiva, sobre qualquer acontecimento.<sup>23</sup>

Na cerimônia de abertura do evento, um cartaz indicava qual era a temática central da campanha. "Uma vez Flamengo, sempre... Tudo pelo Brasil!"<sup>24</sup> era a chamada da campanha das fotografias. Mais importante do

que fotografar conquistas desportivas era registrar o perfil, a imagem do clube. E por isso as fotos enviadas para o jornal foram quase todas ligadas aos torcedores e não aos jogadores.

Uma das fotos que foi publicada no JS era do então promissor jornalista Roberto Marinho. O alvo da câmera de Marinho também foi a torcida, pois "como uma coisa e outra perdia-se na multidão imensa que superlotava o estádio do Fluminense, ele focalizou em um dado momento três torcedoras do Flamengo..."<sup>25</sup>

As outras fotos publicadas e premiadas preservavam as mesmas características. Mostrar o público, exaltar a multidão ou o comportamento entusiasmado das pessoas que torciam e lutavam pelo clube. Crianças fazendo uma pipa com o distintivo do Flamengo, uma senhora cosendo o escudo do Flamengo no peito de uma blusa, mulheres escolhendo e joias e entre elas uma que prefere o escudo do Flamengo às joias, adultos e crianças no aniversário do Flamengo embebedando um macaco – a legenda da foto dizia: "bebendo a saúde do Flamengo".<sup>26</sup>

Ao final do concurso, a foto vencedora simbolizou exatamente aquilo que jornal e clube queriam exaltar como o retrato do Flamengo. Hans Peter Lange tirou uma fotografia de dois operários, com equipamentos de segurança, trabalhando na construção do Estádio da Gávea, que se tornaria a casa do Flamengo dois anos depois. Os dois operários não posaram para a fotografia, não vestiam a camisa do clube, mas representavam o novo perfil social do torcedor do clube: o trabalhador. Mais uma vez nação e trabalho se misturavam às ações de marketing do Flamengo. Essa combinação foi a marca do clube a partir da segunda metade dos anos 1930.

Após o evento do hino nacional e da campanha das fotografias, clube e JS não perderiam a chance de enfatizar o caráter nacional do Flamengo nas comemorações do seu aniversário, no dia 15 de novembro. Na edição comemorativa, o periódico destacou sem medir palavras o processo de nacionalização do clube.

A data de hoje não pertence somente ao Flamengo – pertence também – e deveríamos dizer principalmente – ao

sport brasileiro. Quando um club attinge a um certo desenvolvimento, quando seu nome fica ligado estreitamente ao sport nacional, não se deve nem se póde separar uma coisa da outra. Ambas se completam na conquista de um único ideal. Convém salientar sobretudo, que o Flamengo vale como um symbolo. As energias da raça ali se desbordam sem conhecer barreiras. E o entusiasmo, a abnegação, o esforço continuo, sem tréguas, é a chama não se extingue.<sup>27</sup>

A representação da nação precisava nesse momento ser feita não pela elegância, mas pelo clube símbolo das energias da raça brasileira. Raça que constituía uma nação jovem, que se reinventava, assim como o clube.

Há clubs jovens e clubs velhos. O Flamengo é o clube moço, de energias que renovam sem cessar. Quarenta e um annos – eis a vida do Flamengo. O mesmo entusiasmo perdura, a mesma fé. Apenas esse entusiasmo dispersivo antes, aparece agora controlado, organizado, como as águas de uma represa.<sup>28</sup>

O entusiasmo se organizava na forma de torcida, renovada e organizada. Inventava-se o jeito novo de torcer, de ser adepto de um clube, na mesma medida em que se afirmava qual era o jeito velho. E esse jeito novo permitiu a inclusão de grupos sociais que comporiam a nova torcida. O discurso nacionalista, adotado como estratégia de inclusão, permitiu a participação dos novos grupos sociais da nova nação. E esses novos grupos, majoritariamente compostos por trabalhadores urbanos, passaram a lotar as arquibancadas não mais sendo o símbolo do desvio; mas como representantes do novo brasileiro. Nesse sentido, a associação da nação com o projeto de popularização do clube foi fundamental. O primei-



ro elemento aglutinador do homem comum que passava a frequentar o estádio foi o nacionalismo. O trabalhador urbano, repleto de sentimento nacionalista, motivado pela ascensão de um Estado Nacional que abria canais de diálogo e concedia benefícios simbólicos e materiais, encontrou um motivo inicial para aderir às cores um clube: o pertencimento à nação. O *Jornal dos Sports* investiu, com muito sucesso, nesse projeto. Mas não apenas ele. O presidente do Flamengo na época, José Bastos Padilha, agia em conjunto com Mário Filho.

O último ano da gestão José Bastos Padilha foi marcado pelas campanhas publicitárias voltadas para a formação de gerações de torcedores. No ano da pacificação dos esportes, com a oficialização do profissionalismo e com a reunificação do campeonato carioca, que estava dividido entre clubes amadores e profissionais, o clube viveu tempos de grande otimismo e agitação.

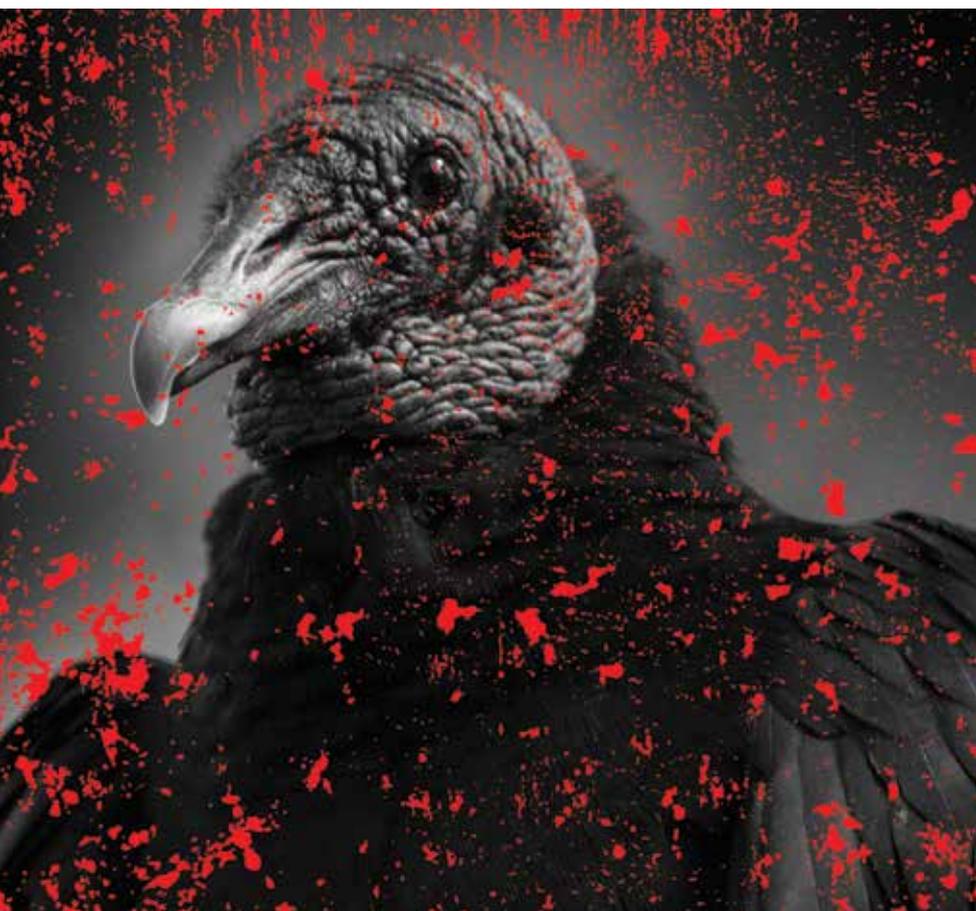
Dentro de campo, a equipe repleta de grandes jogadores havia feito uma campanha valorosa em 1936. Ficou em segundo lugar, tendo perdido o campeonato apenas no jogo desempate contra o Fluminense.

Fora de campo, o clube organizava lançamento da primeira campanha de caráter pedagógico promovida pelo clube. O programa de educação física e cívica anunciava a preparação de milhares de crianças que formariam a futura *geração flamenga*. A notícia enaltecia o plano, que era o resultado final dos anos anteriores de transformação do clube.

A obra realizada pela administração Bastos Padilha está enquadrada em um programa vasto, iniciado há quatro anos e que prossegue sem desfalecimentos. O programa não surgiu, claro, aos olhos do público, quando em 1933, o sr. Bastos Padilha assumia a presidência do

Flamengo. Depois se chegou à evidência de que tudo obedecia a um plano traçado. Por isso mesmo, não houve um passo em falso. Mas a grandeza desse programa não conhecido em seus detalhes mínimos obriga a uma pergunta: qual será o programa de 1937 ou, pelo menos, qual será o ponto inédito do programa do Flamengo para 1937? Fala-se na campanha dos dez mil sócios, na construção do stadium, mas esses pontos já foram atacados e caminham para a realização integral. A interrogação tem de buscar o inédito, se é que o Flamengo em 1937 vae emprender o que não tentara em anos anteriores. Recebe-se então um sim. O sr. Bastos Padilha declara que o Flamengo vae preparar a futura *geração flamenga*.<sup>29</sup>

Em 1937, a meta final do processo de profissionalização começava a ser realizada: a popularização. A própria relação amistosa com a imprensa, que enaltecia os feitos do Flamengo destacando a continuidade das ações do clube, também era



parte desse projeto. Não bastaria levar adiante um programa de popularização do clube se não houvesse canais de divulgação desses planos.

A campanha em si consistia em um plano de educação física para os filhos dos sócios do clube. Sem pagar a mais para frequentar as escolinhas, as crianças poderiam utilizar as quadras e campos do clube, tendo aulas sobre os fundamentos dos esportes e sobre moral e civismo do cidadão. A campanha ainda estava restrita aos filhos dos sócios, mas nessa época o quadro social tinha mais de sete mil membros. Por isso o objetivo da campanha era alcançar mais de dez mil crianças, um número significativo para o Rio de Janeiro da década de 1930. Além disso, ainda era novidade no país um plano de educação física para jovens. Vale lembrar que apenas em 1931, com a Reforma Francisco Campos, a educação física passou a ser obrigatória no ensino secundário.

Nas declarações da direção do clube, a valorização da atividade física vinha sempre acompanhada da exaltação do sentimento nacionalista, pois essa era marca principal das campanhas do clube. Em todos os eventos promovidos pelo clube em 1936 e 1937, o objetivo maior era a exaltação da nação moderna e popular. Moderna, pois era a expressão da "raça" brasileira em constante progresso; popular porque era composta por diversos setores da sociedade, especialmente os trabalhadores. Essa perspectiva estava presente na declaração oficial do clube sobre a campanha educacional: "o Flamengo proporcionará educação *physica* científica racional a milhares e milhares de crianças. Plasmará uma juventude eugênica, pronta a servir a Pátria em todos os domínios da actividade humana".<sup>30</sup>

Seguindo a perspectiva nacionalista corrente, Padilha destacou na solenidade de lançamento que a campanha de formação da geração flamenga era um "empreendimento gigantesco, que assume vital importância para os destinos da nacionalidade. As crianças de hoje formarão o Brasil de amanhã. Preparando a futura geração rubro-negra, o Flamengo trabalha pela pátria".<sup>31</sup> Em última análise, a finalidade da campanha era "a exal-

tação de dois nobres sentimentos: o amor pela pátria e o interesse pela educação *physica*".<sup>32</sup>

Ainda durante o lançamento da campanha de educação física, o clube anunciou a organização de um programa complementar ao plano de educação dos jovens torcedores. Contando com a parceria do *Jornal dos Sports* e de *O Globo*, o clube preparou um concurso aberto para todas as crianças em que o objetivo era a associação das palavras Flamengo e Brasil. As crianças teriam que colecionar os selos publicados nos periódicos e enviar uma carta contendo os selos e a frase criada. O concurso permitia a participação de crianças de até quinze anos e a frase que serviu como modelo para os concorrentes era a utilizada pelo clube nas medalhas dos atletas que participaram das Olimpíadas de 1936: "Como Flamengo, servi ao Brasil".<sup>33</sup>

Os prêmios iam desde bicicletas, carrinhos de brinquedo, até bonecas, já que meninos e meninas estavam divididos em categorias diferentes. Os selos foram publicados entre os dias 2 de março e 30 de abril, e o resultado do concurso foi divulgado no dia 4 de maio. Nesse tempo, o concurso que ficou conhecido como "Pelo Brasil e pelo Flamengo" mobilizou milhares de jovens torcedores.

A exaltação dos valores nacionalistas pelo Flamengo atingiu seu ponto máximo nesse concurso. Nenhum outro clube insistiu tanto na associação entre a sua marca e a nação. Nem mesmo o Fluminense, clube muito bem relacionado com o Estado Nacional, promoveu esse movimento de aproximação com o sentimento nacionalista. Até porque, o Fluminense após a profissionalização organizou os seus símbolos identitários em torno da preservação do caráter aristocrático que era marca do clube nos tempos da sua fundação. Por mais que o Fluminense tivesse sido o grande líder da articulação do processo de profissionalização, isso não significou no caso tricolor uma associação com a popularização do clube. E os valores nacionalistas correntes na década de 1930 dialogavam necessariamente com a questão popular.

Com a foto constantemente estampada na capa do *Jornal dos Sports*, Padilha divulgava os preceitos das campanhas do clube através de matérias de gran-

de destaque, que muitas vezes ocupavam três páginas. Nessas matérias o patriotismo exacerbado chegava a ser caricato:

Na grande família flamenga, cohesa, irmanada pelos mesmos anseios generosos, o jovem vê a síntese de todas as nobres virtudes vivas, Flamengo e Brasil. Duas palavras que aparecem sempre juntas, porque ser Flamengo verdadeiro é uma forma de ser patriota.<sup>34</sup>

Seguindo o mesmo tom de Padilha, o JS de Mario Filho divulgava o sucesso do concurso. No dia 9 do mesmo mês a manchete do jornal exaltava:

Brasilidade – é o traço marcante da alma rubro-negra: toda a trajetória do Flamengo tem sido marcada por um vivo sentimento de brasilidade. É o traço predominante da alma rubro-negra. E isto é geralmente reconhecido na comunhão sportiva nacional. Basta folhear a correspondência referente ao grande concurso.<sup>35</sup>

No dia da divulgação do resultado, dezenas de frases foram publicadas no jornal. A comissão julgadora, composta por Padilha e Mario Filho, examinou 5.526 cartas.<sup>36</sup> As frases que citavam o nome do presidente do Flamengo, mesmo não estando entre as vencedoras, foram divulgadas. As três mais destacadas foram: "Criança! Procura ser para o Brasil o que Padilha é para o Flamengo! Pedro Alvarez descobriu o Brasil e Padilha o Flamengo! Deus fez o mundo, Padilha o Flamengo!"<sup>37</sup>

Em cinco anos de mandato, Padilha se tornou o primeiro presidente a dialogar com a torcida de um clube. Até então, os presidentes eram citados na imprensa sportiva apenas nos eventos sociais ou nas querelas entre dirigentes. Utilizando um forte discurso nacionalista e abrindo o clube para a participação da torcida, Padilha passou a ser associado à imagem de fundador do clube, como se antes dele não existisse Flamengo para ser vivenciado por esses sujeitos. Esse sentimento indica como o ato de torcer era uma experiência nova para o torcedor comum naquele momento.

As frases vencedoras foram enviadas por Marcio Lyra, de treze anos e Maria de Lourdes Magalhães, de 11 anos. O menino escreveu: "O Flamengo ensina: amar o Brasil sobre todas as coisas" e ficou com uma bicicleta. A menina recebeu o primeiro prêmio pela frase "Um Flamengo grande, um Brasil maior." Outras frases premiadas foram: "Brasil e Flamengo, palavras que se confundem num mesmo sentimento", "Flamengo, alerta pelo Brasil!", "O Brasil é a Pátria dos meus sonhos, o Flamengo é o club do meu coração!"<sup>38</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 26 de outubro de 1966, o *Jornal dos Sports* publicou uma matéria especial sobre a gestão Padilha, analisando seus feitos três décadas depois.<sup>39</sup> Na entrevista concedida ao autor da matéria especial, Padilha resumiu a sua gestão como tendo sido o momento de "busca da mística" do clube. Nas palavras do ex-presidente, quando lembrava dos desafios que enfrentou nos primeiros anos de mandato, "sem que saibamos colocar o Flamengo dentro de uma corajosa realidade, ele perecerá ou, última análise, continuará sendo o que é: nem mais nem menos que uma emoção doméstica, não um estado d'alma".<sup>40</sup>

Colocar o clube dentro de uma (nova) realidade era o projeto da sua gestão. Mais do que enriquecer ou melhorar o time, o projeto consistia numa nova configuração de valores que transformasse o clube na instituição mais popular do país, no espaço de representação da "alma do brasileiro". E essa transformação do clube não ocorreria sem a reinvenção articulada e consciente promovida pela direção do clube em associação com a nova torcida que surgia.

Durante a entrevista, Padilha cita que o clube mais popular do Rio de Janeiro na ocasião que assumiu a presidência do Flamengo era o América Football Club, e que o rubro-negro ocupava apenas a quarta posição no ranking dos clubes mais queridos. O clássico das multidões, dizia ele em entrevista, era a rivalidade entre América e Vasco.<sup>41</sup> Poucos indícios apontam para a tal popularidade do América nos anos 1930. Porém, certo era

que o Vasco da Gama na época era um clube com bases populares muito mais consistentes que o Flamengo.

Em cinco anos como presidente do C. R. Flamengo, Padilha reverteu o quadro da distribuição das torcidas. Para isso, organizou campanhas publicitárias, articulou o clube com a imprensa esportiva, construiu o Estádio da Gávea, aumentou o número de sócios e da receita, contratou os maiores jogadores negros da seleção brasileira e, principalmente, preparou o clube para ser o representante da brasilidade popular que se consolidava na década

de 1930. Todas essas transformações foram promovidas a partir de uma convicção de Padilha, revolucionária nos anos 1930: "os clubes são como Nações: cada qual tem sua característica, seu temperamento, suas motivações, sua legenda, e nós precisamos muito disso".<sup>42</sup> A gestão Padilha inventou a nação flamenga em sintonia com a nação brasileira que se inventava na época. ●

---

O autor é professor de História do Brasil da Universidade Castelo Branco  
rscoutinho@hotmail.com

#### NOTAS DE RODAPÉ

1. Fonte: <http://app.globoesporte.globo.com/futebol/publico-no-brasil/campeonato-brasileiro/>, atualizado em 25 de agosto de 2016.
2. Este artigo resulta de uma condensação de parte do meu livro *Um Flamengo grande, um Brasil maior: o Clube de Regatas do Flamengo e a construção do imaginário esportivo nacionalista popular (1933-1955)*. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2014.
3. Os maiores públicos do clube estão disponíveis em: <[http://www.flamengo.com.br/flapedia/Maiores\\_p%C3%BAblicos\\_do\\_futebol\\_brasileiro](http://www.flamengo.com.br/flapedia/Maiores_p%C3%BAblicos_do_futebol_brasileiro)>.
4. CASTRO, Ruy. *O vermelho e o negro: pequena grande história do Flamengo*. São Paulo: DBA, 2001.
5. *Ibidem*, p. 17
6. *Ibidem*, p. 39
7. *Idem*
8. RIO, João do. *Apud* CASTRO, Ruy, *ibidem* p. 40
9. *Ibidem*, p. 34.
10. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro 1902 – 1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 40.
11. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1912.
12. ASSAF, Roberto & GARCIA, Roger. *Os grandes jogos do Flamengo: da fundação ao hexa*. Barueri: Panini Books, 2010, p.25.
13. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1932.
14. *A Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1912.
15. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1912 *apud* ABINADER, Marcelo. *Uma viagem a 1912: surge o futebol do Flamengo*. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2010, p. 75
16. *Ibidem*, p. 129.
17. FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 143
18. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1932.
19. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1932.
20. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1932.
21. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1936.
22. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1936.
23. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1936.
24. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936.
25. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936.
26. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1936.
27. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1936.
28. *Idem*.
29. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1937.
30. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 2 de março de 1937.
31. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1937.
32. *Idem*.
33. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1937.
34. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 2 de março de 1937.
35. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 9 de março de 1937.
36. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1937.
37. *Idem*.
38. Todas as frases foram publicadas no *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1937.
39. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1966. Matéria especial organizada pelo jornalista Geraldo Romualdo da Silva sobre o futebol carioca na década de 1930.
40. *Idem*.
41. *Idem*.
42. *Idem*.

# JUNTO É BEM MELHOR.

Acreditamos no poder da interação. Sabemos que as trocas geram mudanças positivas que nos motivam, levam mais longe e fazem bem. É por isso que a gente se dedica tanto a ampliar as possibilidades de conexão entre as pessoas. Porque coisas incríveis acontecem quando a gente interage.



[OI.COM.BR](http://OI.COM.BR)

Singular  
Como  
Você.

Você é o que viveu.  
Ninguém mais trilhou  
um caminho como o seu  
ou aprendeu como você  
aprendeu: sabendo que o certo  
se constrói com trabalho.  
Você olha para trás e sabe  
que chegou lá. Por isso valoriza  
aquele que você elegeu como  
o seu Banco de confiança,  
que entende suas necessidades  
e atua com expertise  
e sofisticação para que você  
alcance seus objetivos.

**Bradesco Private Bank.**  
Singular como você.



A presente Instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para a Atividade de Private Banking no Mercado Doméstico.

private.bradesco @Bradesco facebook.com/Bradesco  
Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022

SAC - Alô Bradesco: 0800 704 8383  
SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099  
Ouvidoria: 0800 727 9933



**Bradesco**  
Private Bank